

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO**

DANIEL SZMIDT

**A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA AO LONGO DO PERÍODO RIO BRANCO
(1902-1912):
O olhar da imprensa e da diplomacia estadunidense e argentina**

**São Leopoldo
2011**

Daniel Szmidt

**A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA AO LONGO DO PERÍODO RIO BRANCO
(1902-1912):
O olhar da imprensa e da diplomacia estadunidense e argentina**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos

Orientadora: Professora Dra. Heloisa Jochims Reichel

São Leopoldo, RS

2010

S998p Szmidt, Daniel.

A política externa brasileira ao longo do período Rio Branco (1902-1912) : o olhar da imprensa e da diplomacia estadunidense e argentina / Daniel Szmidt. – São Leopoldo, 2011.

129 p. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio Dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2011.

“Orientação: Profª Drª Heloisa Jochims Reichel, Ciências Humanas.”

1. Política externa – Brasil. 2. Imprensa. 3. Brasil - Relações exteriores – Argentina. 4. Brasil - Relações exteriores – Estados Unidos. 5. Diplomacia. I. Título.

CDU 327(81)“1902/1912”

***Dedico este trabalho a meus pais
e à minha namorada, Alessandra.***

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio de diversas pessoas. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais pelos conselhos e pelo ombro amigo. Morando em uma nova cidade e a 2.000 km de casa desde julho de 2010, foi necessário contar com eles para me adaptar.

Agradeço também à minha namorada pela compreensão pelas horas dedicadas à pesquisa e pelo carinho, especialmente nesse último mês de pesquisa. Nos momentos de maior tensão, seu apoio foi fundamental.

Na condução da pesquisa, foi de grande importância os conselhos e a orientação prestados pela professora Heloisa Jochims Reichel, a qual, com paciência, sempre indicou minha falhas e os caminhos a serem percorridos. Tendo sido seu bolsista entre 2001 e 2003 e orientando na dissertação de conclusão do curso de especialização em História do Rio Grande do Sul (2007-8), posso dizer que a professora Heloisa desempenhou um decisivo papel na minha formação acadêmica.

Agradeço também aos professores Eliane Fleck e Karl Monsma, que fizeram sugestões importantes por ocasião de minha qualificação (abril de 2010). À solicitude dos funcionários do PPG-História, especialmente da secretária Janaína, expressei meu agradecimento. Diversas vezes contei com sua ajuda para solucionar problemas. Devo também aos colegas do Mestrado, com os quais mantive diálogos que enriqueceram o trabalho.

Em Brasília, gostaria de agradecer o apoio prestado pelos bibliotecários do Instituto Rio Branco, Marco Aurélio Borges de Paola e Diogo Trindade Fois, os quais me auxiliaram na elaboração da ficha catalográfica e na indicação de obras, especialmente aquelas relacionadas à política externa argentina.

Aos professores Pedro (Espanhol) e Shaun (Inglês) por terem me auxiliado na tradução de algumas expressões estrangeiras e pela compreensão por eventuais desatenções em sala de aula nos dias anteriores à entrega da dissertação.

Também encontrei ajuda em Buenos Aires, durante o levantamento das fontes. Expressei minha gratidão para os funcionários da biblioteca do Congresso da Nação e da biblioteca municipal Miguel Cané. Os donos do hotel *Los Patios de Montserrat* – um casarão do século XIX em pleno centro da cidade – também contribuíram, ao me dar dicas sobre a cidade e sobre as bibliotecas que eu poderia visitar.

Por fim, agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa de estudos.

“O dever do estadista, o de todos os homens de verdadeiro senso político, é combater as propagandas de ódios e rivalidades internacionais.”

Barão do Rio Branco

RESUMO

A ascensão do Barão do Rio Branco ao cargo de chanceler, em 1902, determinou uma mudança de rumos para a política externa brasileira. Ao pôr em prática um projeto de recuperação do prestígio nacional, Rio Branco solucionou litígios fronteiriços e fez uso da amizade com os Estados Unidos para ampliar a influência do Brasil na América do Sul. O objetivo do presente trabalho foi analisar como o Brasil e sua política externa foram representados por setores da imprensa e por diplomatas da Argentina e dos Estados Unidos ao longo dos dez anos da gestão de Rio Branco. Na Argentina, os jornais *La Nación*, *La Prensa*, *El País*, *El Diario*, *La Razón* e *El Sarmiento* e a *Revista de Derecho, Historia y Letras* foram consultados. Em relação à visão dos Estados Unidos, foram consultados os arquivos online de *The New York Times*, os discursos de Elihu Root por ocasião de sua viagem ao Brasil, em 1906, e a obra do jurista e diplomata John Basset Moore. A análise comparativa dessas fontes permitiu constatar que, na Argentina, setor expressivo da imprensa apresentava o Brasil como uma ameaça a ser contida, criticando a atuação internacional brasileira, enquanto na leitura norte-americana o Brasil era representado como um aliado importante e um país relativamente estável no contexto latino-americano.

Palavras-chave: Política Externa brasileira. Argentina. Estados Unidos. Imprensa. Representações.

ABSTRACT

Barao de Rio Branco's rising to the position of chancellor in 1902 determined a change of course for the Brazilian foreign policy. By executing a project which intended to recoup the national prestige, Rio Branco solved boundary litigations and used the leverage with the United States to increase Brazil's influence in South America. The point of the present paper was to analyze how Brazil and its foreign relations policy were interpreted by sectors of the press and diplomats both from Argentina and the USA during the 10 years of Rio Branco's tenure. In Argentina, newspapers as *La Nación*, *La Prensa*, *El País*, *El Diario*, *La Razón*, and *El Sarmiento* as well as the magazine *Revista de Derecho, Historia y Letras*, were all researched. As to the American view, the online files of *The New York Times*, the speeches of *Elihu Root*, during his trip to Brazil in 1906, and the works of the jurist and diplomat *John Basset Moore* were researched. The comparative analysis of these sources led us to the conclusion that in Argentina a significant part of the press considered Brazil as a threat to be contained, criticizing Brazil's Foreign relation actions, whereas in the American view Brazil was an important ally and a relatively stable country in the Latin American context.

Key-words: Brazilian foreign policy. Argentina. United States. Press. Representations.

LISTA DE SIGLAS

ED – El Diario

EP – El País

ES - El Sarmiento

HUP – Harvard University Press

LN – La Nación

LP – La Prensa

LR – La Razón

NYT – New York Times

PAN – Partido Autonomista Nacional

RDHL – Revista de Derecho, Historia y Letras

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: American Progress (Destino Manifesto).....	p.33
Figura 2: Litígio de Palmas.....	p. 39
Figura 3: Litígio Guiana Inglesa.....	p. 41
Figura 4: Roosevelt e o Big Stick.....	p. 54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA AO LONGO DO PERÍODO RIO BRANCO (1902-1912).....	21
2.1 A formação de um diplomata.....	21
2.2 A política externa após a proclamação da República e durante o período Rio Branco: dois momentos de inflexão.....	24
2.2.1 A proclamação da república e a nova política externa.....	24
2.2.2 O período Rio Branco.....	29
2.2.2.1 A aliança não-escrita com os Estados Unidos.....	32
2.2.2.2 A atuação na América do Sul.....	38
2.3 Prestígio internacional e a herança de Rio Branco.....	45
3. A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS E AS REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA E DE DIPLOMATAS ESTADUNIDENSES ACERCA DA AMÉRICA LATINA E DO BRASIL.....	48
3.1 Estados Unidos: o quadro interno.....	48
3.2 A política externa norte-americana.....	50
3.2.1 As motivações econômicas.....	51
3.2.2 As motivações ideológicas, as estratégias e os instrumentos de política externa.....	53
3.2.3 A gestação e o desenvolvimento de uma política imperial (1850-1910).....	56
3.3 A imprensa norte-americana.....	59
3.4. As representações acerca da América Latina e do Brasil no jornal The New York Times.....	61
3.5 Os discursos de Elihu Root: legitimação do corolário e da liderança norte-americana.....	69
3.6 O pensamento de John Basset Moore.....	75
3.7 América Latina: dois blocos de países.....	78

4. A PERCEPÇÃO DA IMPRENSA E DE DIPLOMATAS ARGENTINOS ACERCA DO BRASIL E DA DIPLOMACIA BRASILEIRA (1902-1912).....	80
4.1 A Argentina liberal-conservadora (1880-1916): oligarquias, expansão econômica e crescimento demográfico.....	80
4.2 A política externa argentina.....	85
4.2.1 Princípios e objetivos.....	85
4.2.2 As relações com os Estados Unidos.....	87
4.2.3 A Argentina na América do Sul.....	89
4.2.4 As relações com o Brasil.....	91
4.3 A visão de diplomatas e da imprensa argentina sobre o Brasil e sobre a política externa brasileira.....	93
4.3.1 Brasil e Estados Unidos: temor de uma aliança.....	98
4.3.2 O Brasil e a América do Sul sob a ótica argentina.....	103
4.3.3 A questão do rearmamento naval.....	108
4.3.4 Atritos comerciais e imigração.....	111
4.4 As relações Brasil-Argentina após a queda de Zeballos.....	114
CONCLUSÃO.....	116
FONTES CONSULTADAS.....	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123

1 INTRODUÇÃO

O período entre 1902 e 1912 foi de essencial importância para o Brasil no que diz respeito à sua inserção internacional. Ao longo desses 10 anos, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, esteve à frente do Itamaraty, obtendo uma série de conquistas para a diplomacia brasileira. Entre elas, destacam-se o acréscimo - via negociações pacíficas - de cerca de 900.000 km² ao território nacional, a ampliação da influência do Brasil no cenário sul-americano e a recuperação do prestígio internacional brasileiro, desgastado após uma década de instabilidades internas. Sua atuação como Ministro das Relações Exteriores é considerada, até hoje, como um marco de nossa política externa: não é à toa que a academia que forma os diplomatas brasileiros, o Instituto Rio Branco, fundada em 1945, leva seu nome.

Ao iniciar sua gestão como Ministro das Relações Exteriores, Rio Branco pôs em prática um projeto que tinha como meta ampliar o papel do Brasil no cenário sul-americano. Para alcançar seu objetivo, Rio Branco projetou uma relação mais estreita com os Estados Unidos, concretizada sem a assinatura de acordos formais (daí a conhecida expressão aliança não-escrita, formulada pelo historiador norte-americano Bradford Burns). País em franca expansão, tanto no que dizia respeito à economia como à política externa, os Estados Unidos já eram a potência do continente americano; aliar-se a ele, portanto, abria possibilidades de atuação para o Brasil na sua área de atuação privilegiada: a América do Sul e, em especial, a região do Rio da Prata.

Nos Estados Unidos de Theodore Roosevelt, o Brasil também tendeu a ser visto, nos círculos dirigentes, como um país com o qual manter relações de proximidade poderia render frutos. Os Estados Unidos buscavam, afinal, participar da corrida imperialista típica de fins do século XIX. Nesse sentido, a década de 1890 foi um marco, já que significou sua entrada nessa competição por espaços coloniais. É dessa década, por exemplo, a vitória na guerra Hispano-Americana, a qual teve como desdobramentos a anexação americana de Porto Rico, a conquista das Filipinas e o estabelecimento de uma espécie de protetorado sobre Cuba.

Na Argentina, a situação era outra. O Estado argentino conhecera processo de centralização e estabilização política tardio – quando comparado ao brasileiro. É apenas na década de 1860 que, com Bartolomé Mitre, o país alcançou sua unificação. Tendo atingido mais estabilidade política a partir de 1880, com a consolidação das oligarquias no poder, a Argentina buscava, à semelhança do Brasil, ampliar sua presença na América do Sul. Logo,

os dois países eram antagonistas, ou no mínimo concorrentes naturais no plano geopolítico. Nesse contexto, a política externa do Barão criava receios em parcela significativa dos estadistas e diplomatas argentinos. A crescente influência brasileira na América do Sul, a amizade com os Estados Unidos e os planos de reerguer a marinha brasileira, por exemplo, estavam entre as causas desses receios. Assim, o Brasil aparecia, para muitos, como uma ameaça a ser contida. Surgem, então, setores imbuídos de um posicionamento antibrasileiro.

O principal expoente dessa corrente foi Estanislao Severo Zeballos. Ministro das Relações Exteriores argentino em três ocasiões, foi rival de Rio Branco em diversos episódios (tendo saído perdedor em todos) e conduziu uma campanha contra o Brasil, tornando-se o porta-voz daqueles que propunham uma política mais agressiva em relação ao vizinho. Assim, entre sua indicação – pela terceira vez – ao posto de chanceler (1906) até sua queda, em 1908, após a imprensa ter divulgado um plano de sua autoria que propunha um ataque ao Brasil, Zeballos foi figura de destaque na cena política argentina. Na verdade, ele permaneceria na vida pública mesmo após o conhecido caso do Telegrama Número 9.

Nesse episódio, um telegrama brasileiro que tinha como destinatário o governo de Santiago foi interceptado em Buenos Aires (na época, as linhas telegráficas que uniam Brasil e Chile passavam por território argentino). Distorcendo o texto do telegrama, Zeballos afirmou que seu conteúdo era hostil à Argentina e que o Brasil preparava-se para um ataque. Utilizando a imprensa para acusar o Brasil, Zeballos acabou sendo surpreendido quando Rio Branco tornou público o código cifrado do telegrama, revelando seu verdadeiro conteúdo, o qual não previa nenhuma medida que pudesse gerar receios na Argentina. Esse caso representou o momento de tensões mais altas entre os dois países nos inícios do século XX.

Levando em consideração o tema acima exposto, o objetivo deste trabalho é analisar a visão que setores da imprensa e diplomatas dos Estados Unidos e da Argentina tinham acerca do Brasil, em geral, e da política externa brasileira, em particular. Nos dois países selecionados, a imprensa emergiu, desde o fim do século XIX, como um importante instrumento político e social, seja para legitimar a ordem vigente (podemos nos lembrar do papel fundamental que a chamada imprensa amarela teve no desenrolar da Guerra Hispano-Americana ou do uso que as oligarquias argentinas fizeram da imprensa como instrumento civilizatório¹), seja para contestá-la (proliferaram também periódicos de oposição, geralmente de cunho socialista ou anarquista).

¹ Esses temas serão abordados nos capítulos 3 e 4, respectivamente.

Deve-se acrescentar que a imprensa de então era mais opinativa. Não havia, como há hoje, a pretensão de ser imparcial ou neutro. Assim, a imprensa revelava imaginários, ao mesmo em que contribuía para formá-los. O período focalizado, além disso, foi caracterizado, no que diz respeito à política externa, por uma profusão de imagens. Enquanto, nos Estados Unidos, crenças como a do Destino Manifesto estavam disseminadas na sociedade, contribuindo para justificar a política imperial estadunidense, na Argentina, a presença de uma grande massa de imigrantes europeus contribuiu para a formação de um imaginário negativo sobre os países vizinhos em que o número de índios, negros ou mestiços era alto.

O trabalho partiu da hipótese, levantada tendo como fundamento a bibliografia disponível sobre o assunto, de que a imagem que se tinha do Brasil nos Estados Unidos tendia a ser positiva, devido aos laços estreitos que foram estabelecidos entre os dois países ao longo do período e à estabilidade política alcançada desde a superação das convulsões ocorridas ao longo da República da Espada (1889-94). Nesse sentido, a imagem negativa que em geral havia, nos EUA, sobre os países e povos latino-americanos, considerados atrasados institucionalmente e inferiores do ponto de vista social, não seria aplicada ao Brasil, ou, ao menos, seu conteúdo seria então minimizado.

Em relação às representações produzidas sobre o Brasil na Argentina, partimos da possibilidade de que os diversos impasses que opuseram os dois países no decorrer do período e as disputas pela influência na América do Sul tenderam a criar, nos meios políticos, diplomáticos e jornalísticos – ou ao menos em parcela significativa desses meios – uma imagem negativa, caracterizada pela crença de que o Brasil era um país belicoso e submisso aos interesses dos Estados Unidos.

O estudo das relações internacionais brasileiras nesse período e, mais especificamente, das imagens construídas sobre o Brasil na Argentina e nos Estados Unidos, reveste-se de grande importância, pois permite analisar como o Brasil se inseriu no concerto internacional ao longo de sua história e como ele foi percebido no exterior. Muitos estudos de qualidade têm sido feitos tendo como referência as relações internacionais brasileiras, em geral, e as relações entre Brasil, Argentina e Estados Unidos, em particular.

Adelar Heinsfeld, em tese de doutorado (2000), abordou os reflexos da política do Barão do Rio Branco na Argentina. Em outra pesquisa (2005), o professor Heinsfeld adotou como objeto a disputa por hegemonia entre Brasil e Argentina na primeira década do século XX.

Em dissertação de Mestrado, Rodrigo Andrade Cardoso (2003) analisou o paradigma da rivalidade entre Brasil e Argentina no período que se estende de 1906 a 1912. Luís

Claudio Villafane (2010), por sua vez, abordou o papel de Rio Branco como uma espécie de *founding father* da identidade brasileira, já que princípios que geralmente se atribuem à política externa brasileira – como o de pacifismo – foram incorporados à noção de brasilidade.

Sempre há espaço, porém, para novas abordagens. Nesse sentido, não são muitos os estudos brasileiros que têm como fonte a imprensa estrangeira (em particular, a estadunidense). A pesquisa em fontes de outros países, pois, pode lançar novas luzes sobre o estudo da política exterior do Brasil, na medida em que nos proporciona uma outra perspectiva (a perspectiva estrangeira) sobre a política exterior adotada pelo Brasil nos anos em que o Barão do Rio Branco ocupou o cargo de chanceler.

Delimitados o tema, os objetivos e as hipóteses, convém aclarar que a dissertação foi organizada e redigida em 3 capítulos. O capítulo 2 tem como foco a condução da política externa brasileira ao longo dos dez anos do período Rio Branco. Abordam-se os princípios e objetivos que influenciaram as escolhas feitas, bem como se apresentam as principais questões com as quais a chancelaria nacional teve de lidar. O capítulo faz referência, também, a opiniões de pensadores, como Oliveira Lima e Salvador de Mendonça, que destoavam do pensamento americanista brasileiro conduzido desde 1889 e aprofundado por Rio Branco a partir de 1902.

O capítulo seguinte focaliza os Estados Unidos entre o final do século XIX e o início do século XX. Descreve-se o contexto interno desse país – caracterizado pela expansão econômica e pela formação de monopólios (os então chamados trustes) – e os principais condicionantes de sua política externa, marcada, na época, pela gestação de uma verdadeira política imperialista, segundo Rémond (1989).

O foco do capítulo 3, no entanto, é a análise de como setores da imprensa e diplomatas norte-americanos representavam a América Latina, em geral, e o Brasil, em particular. Para pesquisar a ótica norte-americana sobre esse tema, foram consultadas três fontes: os arquivos online do jornal *The New York Times* (NYT), os discursos de Elihu Root por ocasião de sua viagem à América do Sul, em 1906, e os trabalhos do jurista e diplomata John Basset Moore.

Essas fontes, disponíveis *online*, são valiosas para o historiador brasileiro, que pode acessá-las sem ter de incorrer nos custos de uma viagem aos EUA. Ainda que haja algumas limitações ao pesquisador – no caso do NYT, não é possível, por exemplo, verificar o número total de páginas de cada edição, bem como a posição da reportagem no corpo da página –, tais fontes abrem possibilidades e revelam como setores da sociedade norte-americana viam a América Latina e o Brasil.

O capítulo 4, por fim, aborda a Argentina de fins do século XIX e inícios do século XX. Tal período, marcado pela consolidação das oligarquias e pela emergência de um estado nacional centralizado, também foi caracterizado pela adoção de uma política externa mais assertiva, a qual buscava ampliar a presença argentina nas relações internacionais.

O objetivo central do capítulo é analisar que tipo de representações os periódicos argentinos publicaram acerca do Brasil e de sua política externa. Procura-se destacar as diferentes imagens – e as motivações por trás de cada uma - que eram divulgadas sobre o Brasil.

Como fonte, consultamos diários argentinos, em especial *La Nación* (LN) e *La Prensa* (LP), os dois jornais de maior circulação na época. Pesquisou-se, também, em outros periódicos, a saber, *El País* (EP), *El Diario* (ED), *La Razón* (LR) e *El Sarmiento* (ES). Fonte de grande valor para a pesquisa foi a *Revista de Derecho, Historia y Letras*, a qual era administrada por E. Zeballos e foi veículo para diversos artigos de sua autoria e da autoria de seus colaboradores, os quais compartilhavam de sua visão negativa em relação ao Brasil.

Por fim, buscou-se, nas considerações finais, estabelecer uma comparação entre as representações produzidas nos Estados Unidos e as produzidas na Argentina. Reflete-se, também, sobre o significado do período Rio Branco para as relações Brasil-Argentina e Brasil-Estados Unidos no decorrer do restante do século XX, pois parte das imagens construídas sobre essas relações ao longo dos dez anos em que o Barão comandou o Itamaraty foi retomada ou reinterpretada desde então.

Como a pesquisa lida com a imprensa como fonte historiográfica, são necessárias algumas palavras sobre dois conceitos - representação e imaginário – os quais embasaram a pesquisa. Roger Chartier e Bronislaw Baczko são dois dos grandes expoentes que trabalham com esses conceitos. *A imaginação social* - obra de Baczko (1985) - e *História Cultural entre práticas e representações* – trabalho de Chartier (1990) - têm servido de referência a inúmeras teses que operam com os conceitos de representação e imaginário. Como o presente projeto utilizou como fonte a imprensa, podemos destacar, em especial, a atenção dada por Baczko aos meios de comunicação. Nesse sentido, ele destaca o poder dos meios de comunicação de massa

Como já observamos, os meios de comunicação de massa garantem a um único emissor a possibilidade de atingir simultaneamente uma audiência enorme, numa escala até então desconhecida. Por outro lado, os novos circuitos e meios técnicos amplificam extraordinariamente as funções performativas dos discursos difundidos e, nomeadamente, dos imaginários sociais que eles veiculam. (Baczko, 1985, p. 18)

Ainda que os meios de comunicação de inícios do século XX não atingissem, em relação ao número de receptores, os elevados números dos dias atuais, eles já eram percebidos, no Brasil, na Argentina e nos Estados Unidos - sem falar na Europa - como elemento importante da vida política e social. Isso originou verdadeiras *lutas de representações* (CHARTIER, 1990) tanto entre as imprensas de um país contra as de outro, como entre os diversos periódicos de um mesmo país, já que a relativa liberdade de expressão do período abria possibilidades para visões conflitantes.

Baczko (1985, p. 22) ainda se debruçou sobre a relação entre representações, imaginários e projeções sobre o futuro.

Os imaginários sociais operam ainda mais vigorosamente na produção de visões futuras, designadamente na projeção de angústias, esperanças e sonhos coletivos sobre o futuro.

Podemos relacionar o parágrafo acima com o projeto desenvolvido, na medida em que os jornais argentinos e estadunidenses apresentavam relatos e projeções sobre o futuro. Tais projeções muitas vezes eram conflitantes, o que gerava disputas.

Uma série de autores também tem se dedicado à imprensa como fonte do labor historiográfico. No Brasil, Maria Helena Capelato é autora de obras que versam sobre esse tema, como *Imprensa e História no Brasil (1994)*, *Multidões em cena (1998)* e *Imprensa, uma mercadoria política (1991)*. Os trabalhos de Violette Morin - *Aplicação de um método de análise da imprensa (1970)* - e Márcia Janete Espig - *O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico* - (1988) ofereceram subsídios para analisar e comparar os jornais que consultei.

Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, Marco Morel e Tânia Maria Ferreira (2006) também têm contribuído para o aperfeiçoamento da imprensa como fonte historiográfica. Para esses autores, a perspectiva limitada de ver a imprensa como portadora da “verdade” já foi superada. Já se superou, igualmente, a idéia depreciativa que a enxergava como mero instrumento das forças sociais dominantes. Ainda segundo esses autores, a imprensa proporciona fundamentos para se pensar e repensar a história, pois surge como agente histórico que intervém nos processos e acontecimentos, não podendo ser encarada, portanto, como um simples ingrediente do acontecimento.

Do ponto de vista metodológico, a análise comparativa entre as representações publicadas nos diários argentinos e estadunidenses foi o fio condutor do trabalho.² Foi necessário, portanto, levar em consideração o contexto histórico em que essas representações foram processadas, as diferenças nas óticas das imprensas dos dois países e as disputas que se estabeleceram a partir delas. Por fim, nunca é demais lembrar, quando se trabalha com a imprensa como fonte de pesquisa, que o que se buscou nos periódicos não foram informações sobre os acontecimentos do período (estas foram buscadas tendo como referência a bibliografia especializada) mas, sim, a maneira como estes foram apresentados ao leitor.

² Em relação aos excertos de reportagens ou discursos, optamos por apresentar, no corpo do texto, o excerto traduzido, enquanto o original foi apresentado em nota de rodapé. As traduções são minhas.

2 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA AO LONGO DO PERÍODO RIO BRANCO (1902-1912)

Neste capítulo, será abordado o modelo de política externa que José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, adotou durante o período em que exerceu o cargo de ministro das relações exteriores. Para tanto, será dada atenção aos anos que antecederam sua posse e que foram determinantes para definir um conjunto de princípios orientadores e de uma leitura do papel que o Brasil deveria exercer na América do Sul e no mundo. Os anos entre 1876 – quando iniciou sua carreira diplomática ao ser nomeado cônsul do Brasil em Liverpool - e 1902 – quando recebeu o convite do presidente Rodrigues Alves para assumir a chancelaria – foram decisivos na formação de Rio Branco, na medida em que este conseguiu experiência diplomática e diversas vitórias para o Brasil, conforme será visto adiante.

No item 2.2, abordam-se os desdobramentos da política externa brasileira a partir de 1889 - quando a República conferiu ao Brasil uma nova orientação no plano externo – e entre 1902 e 1912, quando Rio Branco promoveu novamente uma inflexão. A aproximação promovida entre o Brasil e os Estados Unidos e a inserção brasileira na América do Sul, tema que envolvia questões complexas, como as de fronteiras, serão abordados em subitens desse tópico.

O prestígio internacional de que o Brasil passou a usufruir a partir da atuação de Rio Branco, bem como sua herança para a política externa brasileira nas décadas seguintes à sua morte, será contemplado no item 2.3. O objetivo do capítulo, portanto, é o de fornecer a base para as análises que serão feitas nos capítulos seguintes.

2.1 A FORMAÇÃO DE UM DIPLOMATA

José Maria da Silva Paranhos Júnior nasceu no Rio de Janeiro em 1845, momento em que o II Reinado de D. Pedro II ainda lutava para se estabilizar³. Assim como Joaquim

³ De acordo com historiadores como Maria Yedda Linhares (1990), o Império brasileiro começou a vivenciar seu período de estabilidade a partir de 1848, com a supressão da revolta liberal em Pernambuco (a Praieira). Desse momento até 1870, o Império viveria seu apogeu, entrando em declínio após o fim da Guerra do Paraguai, quando forças sociais que criticavam a forma de governo monárquica, como o Exército, ganharam força.

Nabuco, outra figura de grande destaque no cenário político de então, teve pai ilustre. José Maria da Silva Paranhos, o pai, destacou-se como um dos maiores estadistas do período imperial. Iniciou carreira política em 1848, quando se elegeu deputado pela província do Rio de Janeiro. Um dos maiores nomes do partido conservador – junto com Carneiro Leão⁴ - ocupou também diversos ministérios, entre eles o de Negócios Estrangeiros. Entre 1871 e 1875, foi o presidente do Conselho de Ministros, no gabinete mais longo do regime monárquico. Ao longo desse período, o Visconde de Rio Branco – o título foi concedido em 1870, após as negociações que puseram fim à Guerra do Paraguai – realizou diversas reformas, entre elas a aprovação da lei do Ventre Livre, em 1871, e a reforma tarifária que ficou conhecida pelo seu nome (Tarifa Rio Branco), caracterizada por conceder isenção geral de impostos de importação para máquinas e outros insumos que eram empregados em atividades agrícolas.

Para o futuro Barão do Rio Branco, porém, sua herança mais importante foram as diversas missões que realizou na área platina, pois permitiram que o jovem Paranhos Júnior – que o acompanhou em diversas ocasiões – obtivesse conhecimento da política externa nacional. Entre as missões chefiadas por Paranhos pai encontram-se uma ao Paraguai, em 1858, e a missão de 1865 ao Uruguai, a qual formalizou a paz entre colorados e blancos. Nessa ocasião, o general Flores foi nomeado presidente, passando a adotar política pró-Império. A presença do futuro Visconde na região platina, assim, ocorria em um momento em que o Brasil adotava postura ativa na região e punha em prática seu projeto de potência regional. (VARGAS GARCIA, 2005, p. 78)

Para Alvaro Lins⁵, autor de uma biografia sobre Rio Branco, a influência de seu pai foi fundamental: “faria sempre dele o seu modelo e o seu ideal.” Além disso, “resolveria depois certas questões de política exterior que o Visconde do Rio Branco havia estudado e encaminhado” (LINS, 1995, p. 24).

A atuação do Visconde pai no Prata é ilustrativa: para ele, o Brasil deveria atuar no sentido de proteger a independência de Paraguai e Uruguai – na época, a década de 1840, Juan Manuel Rosas buscava reeditar o antigo Vice-Reino do Rio da Prata -, o que implicaria renunciar a anexações de territórios estrangeiros. Tais diretrizes seriam retomadas, décadas

⁴ Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856) teve destacada atuação no Partido Conservador. Em 1852, foi um dos artífices dos gabinetes da conciliação, momento marcado pelo arrefecimento provisório das rivalidades entre saquaremas e luzias. Além disso, auxiliou o Visconde de Rio Branco pai a construir sua carreira política.

⁵ A biografia de Alvaro Lins continua sendo um dos clássicos estudos sobre o Barão do Rio Branco. Lins, diplomata de carreira, publicou seu livro em 1945, a pedido do chanceler Oswaldo Aranha, que queria homenagear os 100 anos de nascimento do Barão. Apesar de seu tom demasiadamente laudatório, a obra contém informações detalhadas a respeito da atuação de Rio Branco.

mais tarde, por seu filho, como veremos a seguir. O Barão do Rio Branco provinha, portanto, de uma família em que política e relações internacionais eram assuntos conhecidos.⁶

No Brasil, formou-se em Direito, tendo estudado primeiramente na faculdade de direito de São Paulo e concluído os estudos na de Recife, em 1866. Apesar de ter-se formado em um ambiente onde dominava o romantismo, em especial o byronismo, Rio Branco sempre mostrou ter espírito mais prático. Escolheu trabalhar pouco tempo como advogado. Atuou como jornalista, escrevendo artigos para o jornal *25 de março*, de Recife.

Em 1871, atuou como editor do jornal *A Nação*⁷. Para a revista francesa *L'Illustration*, contribuiu com artigos sobre a história do Brasil, em especial sobre a Guerra do Paraguai, tema de sua especialidade. A importância da imprensa era percebida por Rio Branco, que, ao longo de sua gestão, escreveu diversos artigos – muitas vezes utilizando pseudônimos – com o intuito de defender as posições que tomava. Exerceu também a função de professor de história do Brasil, em 1868, do colégio D. Pedro II. Por intermédio de seu pai, foi eleito deputado provincial (pela província de Mato Grosso), tendo ocupado essa cadeira ao longo de duas legislaturas, até 1876⁸.

Rio Branco, porém, sentia-se mais atraído pela política externa. Conforme Arno Wehling (2002, p. 107), acreditava que esta se constituía em uma espécie de “grande política”, em contraposição à “pequena política”, a política interna.⁹ Sua carreira diplomática iniciou-se em 1876, quando foi nomeado cônsul-geral do Brasil em Liverpool, um posto importante para a época, considerando-se o significado dessa cidade no contexto da segunda revolução industrial. Passou diversos anos atuando nesta cidade, embora passasse grande parte do tempo em Paris. Durante o período em que esteve na Europa, Rio Branco dedicou-se ao estudo da história brasileira, em particular da história política e diplomática.

Como não queria perder o contato com o Brasil, trocava correspondências – mapas, em particular - com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado ainda no período regencial, em 1838, e que teve importante papel na formulação de uma identidade nacional¹⁰.

⁶ Ressalta-se que, enquanto o Rio Branco pai destacou-se mais pela oratória e pelo trabalho no Parlamento, o filho brilhou mais pela reflexão e pelo trabalho de gabinete.

⁷ Jornal do Rio de Janeiro de linha conservadora.

⁸ A carreira política, entretanto, não atraía o Barão. Mais tarde, em 1909, seu nome foi cogitado para concorrer à presidência, mas ele recusou-se a concorrer, afirmando que serviria melhor ao seu país se continuasse como ministro.

⁹ Rio Branco aproxima-se, nesse ponto, de Joaquim Nabuco, que também fazia essa distinção entre política externa e interna (ver, por exemplo, sua obra auto-biográfica *Minha Formação*)

¹⁰ Mais tarde, entre 1907 e 1912, Rio Branco ocuparia a presidência desse órgão. O fato de D. Pedro II ter sido presidente do IHGB era motivo de orgulho para o Barão, que não escondia suas simpatias pelo governo imperial.

Também escreveu, como mencionado acima, diversos artigos sobre a história brasileira¹¹. De acordo com Synesio Sampaio Goes Filho (2002, p. 114), a escrita histórica do Barão poderia ser considerada, pelos padrões atuais, “história factual pelo número elevado de datas e eventos citados”, fato “perfeitamente compreensível, pois o século XIX foi o século do amor aos documentos, o século de Ranke”. O mesmo autor prossegue afirmando que, como historiador, nunca se desvencilhou da figura do servidor público: em seus escritos, sempre buscava defender os interesses nacionais. Alvaro Lins (1995, p. 409), na mesma linha, afirma que o estilo de Rio Branco não correspondia ao

[...] de orador, de homem que dirige os acontecimentos na solidão de um gabinete. Não usava jogo de imagens, recursos de retórica, efeitos verbais [...] A sua linguagem apresentava-se nua, sóbria [...] sem alguma palavra que não correspondesse a alguma coisa de essencial.

De qualquer modo, o conhecimento que então acumulou foi essencial futuramente em sua atuação como chanceler. Em 1883, representou o Brasil na feira de São Petersburgo. O final do oitocentos, afinal, foi caracterizado pela ocorrência de diversas feiras mundiais, oportunidade utilizada por diversas nações para apresentar ao mundo as novidades que a segunda Revolução Industrial trazia.

2.2 A POLÍTICA EXTERNA APÓS A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E DURANTE O PERÍODO RIO BRANCO: DOIS MOMENTOS DE INFLEXÃO

2.2.1 A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E A NOVA POLÍTICA EXTERNA

O golpe que deu origem à República, em 1889, modificou a inserção internacional do Brasil. Em primeiro lugar, foi necessário obter o reconhecimento dos demais países. Na América do Sul, os vizinhos do Brasil não tardaram a fazê-lo. Uruguai e Argentina, no dia 20 e 29 de novembro de 1889, respectivamente, foram os primeiros. Em relação aos Estados

¹¹ Entre os escritos de Rio Branco destacam-se as *Efemérides Brasileiras*, *A questão de limites entre o Brasil e a Argentina*, *A questão de limites entre o Brasil e a Guiana Francesa*, bem como diversas outras obras de história diplomática, biografias, séries de comentários relativos às questões de fronteira e artigos publicados (geralmente com o uso de pseudônimos) em jornais. Seus escritos valeram-lhe a cadeira 34 da Academia Brasileira de Letras em 1898 (HAICKEL, 2007, p. 7).

Unidos, a orientação do governo de Washington era, inicialmente, favorável ao reconhecimento do novo regime. O então presidente Harrison, contudo, julgou ser conveniente esperar para reconhecer formalmente o governo brasileiro. De acordo com Clodoaldo Bueno (Cervo; Bueno, 2002, p. 152), a “hesitação decorria da boa impressão que dom Pedro II deixara no povo norte-americano por ocasião de sua viagem aos Estados Unidos em 1876, e dos indícios de que o novo regime poderia evoluir para uma ditadura militar”. Nos Estados Unidos, os favoráveis ao rápido reconhecimento assinalavam que maquinações europeias poderiam pôr em risco o novo regime. Não estava ausente, também, a vontade de atrair o Brasil para a órbita de poder estadunidense. Essa posição foi a vencedora e, em 29 de janeiro de 1890, a república foi oficialmente reconhecida pelo governo norte-americano.

Mais difícil foi obter o reconhecimento das potências europeias. A Grã-Bretanha, logo após o 15 de novembro, continuou a manter relações oficiosas com o Brasil, mas o reconhecimento formal deu-se apenas mais tarde, em maio de 1891. A França, que tinha questões de limites pendentes com o Brasil (caso Amapá-Guiana Francesa) reconheceu o governo de Deodoro da Fonseca em junho de 1890. Outros países europeus, como Bélgica, Itália, Espanha e Portugal, aguardaram as eleições para o Congresso Constituinte para realizar o reconhecimento da república. (CERVO; BUENO, 2002) ¹²

O golpe de novembro de 1889 deu origem, no que diz respeito à política externa brasileira, a um novo modelo de inserção internacional, o qual defendia maior aproximação com os países latino-americanos e com os Estados Unidos. A influência norte-americana, nesse período, teve impactos na vida política nacional. A Constituição de 1891, por exemplo, que inaugurou, no Brasil, a forma de Estado federalista, deve muito à Carta norte-americana de 1787. Americanizar o país, enfim, significava caminhar rumo ao progresso e libertar-se, por fim, das amarras coloniais (BANDEIRA, 1973). Mas nem todos pensavam assim! Para muitos positivistas e, é claro, monarquistas, a americanização não era desejável. Talvez o exemplo mais conhecido de crítica aos Estados Unidos tenha vindo de Eduardo Prado, que, em 1893, publicou *A Ilusão Americana*¹³, obra em que desferiu ataques a este país.

¹² Nesses primeiros momentos republicanos, os diplomatas brasileiros tiveram de atuar no sentido de garantir às potências estrangeiras que o Brasil assumiria seus compromissos internacionais e que a estabilidade interna seria mantida. O Encilhamento e a Revolta da Armada, nesse sentido, não contribuíam para o êxito dessa tarefa. Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2002) afirmam que a imprensa europeia acompanhou com apreensão o quadro interno brasileiro desses anos, o que contrasta com os elogios que a imprensa norte-americana fazia à república.

¹³ Nessa obra, que chegou a ser proibida pelo governo de Floriano Peixoto, Prado afirma que “a amizade americana (amizade unilateral e que, aliás, só nós apregoamos) é nula quando não é interesseira” (PRADO 1980 apud BANDEIRA, 1973, p. 148)

Nessa obra, Prado sustenta que há um grande abismo entre o Brasil e os Estados Unidos, caracterizado por diferenças raciais, religiosas, comportamentais, entre outras (OLIVEIRA, 1999, p. 140). Para ele, nada os levaria a ter as mesmas formas de governo. O discurso pan-americanista dos Estados Unidos esconderia más intenções, e a Doutrina Monroe não teria tido, conforme o autor, o objetivo de proteger a América Latina, mas, sim, de expandir a influência dos Estados Unidos. Prado exemplifica a política dos Estados Unidos para a América Latina por meio do caso texano.

Favoreceu o quanto pôde a revolta daquele território, animou-o a separar-se do México, para mais depressa absorvê-lo, e depois declarou guerra ao México, verdadeira guerra de reconquista que humilhou aquela república ao extremo e arrebatou-lhe metade de seu território. (PRADO, 1980, p. 37)

Prado também estabelece distinções entre o Brasil e os demais países do hemisfério. Estes são caracterizados como instáveis e teriam traído suas origens europeias ao adotar a forma de governo republicana. Outro crítico era Oliveira Lima¹⁴, o qual, como veremos depois, era mais ameno em suas críticas aos Estados Unidos, mas ressaltava que estes já se encaminhavam para o imperialismo.

A opção pelo americanismo, contudo, era a preferência. A presença brasileira na I Conferência Internacional Americana, que estava sendo realizada quando a república foi proclamada, é evidência disso. O governo provisório determinou a retirada da delegação chefiada pelo monarquista Lafaiete Rodrigues Pereira, substituindo-a pela delegação chefiada por Salvador de Mendonça, republicano histórico e que se tornaria, então, o primeiro representante do Brasil republicano nos Estados Unidos. Salvador de Mendonça, orientado por Quintino Bocaiuva, deu um “espírito americano” à delegação brasileira no encontro. A atitude do governo imperial, a de manter certa distância e reticência em relação aos Estados Unidos (CERVO; BUENO, 2002, p. 171), foi substituída. A Conferência Interamericana, vista pelos diplomatas do império como expressão do poder e da influência dos Estados Unidos sobre a América Latina deu espaço à interpretação de que a aproximação com os países americanos seria benéfica ao Brasil.¹⁵

A americanização do novo regime traduziu-se, também, nas propostas, feitas por congressistas, de se suprimir diversas legações que o Brasil tinha na Europa, como as da

¹⁴ Manuel de Oliveira Lima (1867-1928) foi escritor, diplomata e membro da Academia Brasileira de Letras.

¹⁵ Uma questão prática que ilustra a mudança da posição brasileira ao longo da Conferência foi a relativa à proposta estadunidense de arbitramento obrigatório. De acordo com ela, os países envolvidos em litígios deveriam submeter-se à arbitragem internacional. A tese foi rechaçada pelo governo imperial, mas aceita pelo republicano. Na Conferência, o Brasil também buscou aproximar-se da Argentina.

Rússia, da Suíça e da Espanha. O motivo para essas propostas seria o de deslocar velhos diplomatas do império, os quais tendiam a ter poucas simpatias pela república. A lei de 1894, que reorganizou o serviço diplomático brasileiro, conferiu mais atenção à América do Sul (com criação de legações no Equador e na Colômbia). Questões de fronteira pendentes, laços comerciais e mesmo motivos românticos (aproximar-se dos irmãos republicanos da região) foram levados em consideração. As relações com os países centrais do mundo capitalista, entretanto, continuavam a ser valorizadas. Assim, os postos em Londres, Washington, Paris e Berlim continuaram a ter grande relevância (CERVO; BUENO, 2002).

De qualquer maneira, Clodoaldo Bueno recorda que houve intensos debates no Congresso acerca de possíveis extinções, fusões ou criações de legações no exterior. Se, por um lado, alguns congressistas, como o senador por São Paulo, Manoel Morais Barros, advogavam o fim do corpo diplomático brasileiro, considerado custoso e anacrônico, outro membro dessa casa, o futuro presidente Nilo Peçanha, representando o estado do Rio de Janeiro, assumia um discurso cosmopolita, defendendo as missões diplomáticas. Isso é indicador de que ainda se buscava um novo modelo de política externa e que não havia consenso entre os estadistas brasileiros, embora os americanistas fossem maioria. Para Bueno (CERVO; BUENO, 2002, p. 163)

A primeira impressão que se tem sobre a política exterior republicana, ou, mais precisamente, da inauguração do novo regime ao início da gestão Rio Branco, isto é, de 1889 a 1902, é a de que faltou uma diretriz.

Sintoma dessa falta de diretriz foi o elevado número de ministros das relações exteriores que o Brasil teve no início da República. Sem contar as interinidades, dois foram os ministros ao longo do governo de Deodoro, e sete ao longo do governo de Floriano. O fim da república da espada, com a ascensão de Prudente de Moraes à presidência, marcou, nesse sentido, o início de um período mais estável: Moraes teve dois chanceleres, enquanto Campos Sales, que o substituiu, apenas um.

Ainda que não houvesse um rumo definido para a política externa republicana, a americanização – isto é, o estreitamento de laços tanto com os Estados Unidos quanto com as demais repúblicas americanas – foi uma constante do período. Em relação aos Estados Unidos, o governo brasileiro tratou de se distanciar da tradição imperial que pregava que o Brasil não deveria assinar acordos comerciais ou de aliança com este país. Em 1891, foi

assinado um convênio aduaneiro entre os dois países.¹⁶ Como o café era nosso maior produto de exportação, e os Estados Unidos eram o maior comprador, os estadistas da república tratavam de “colocar num mesmo patamar as relações econômicas e políticas entre as duas nações” (CERVO; BUENO, 2002, p. 173).

A presença dos Estados Unidos também foi sentida em 1894, durante a Revolta da Armada. Nessa ocasião, a frota estadunidense contribuiu para a vitória do governo de Floriano contra os insurgentes da Marinha, que haviam se rebelado, sob a liderança do marechal Custódio José de Melo. Para Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2002, p. 164)

A República, nessa primeira fase, querendo inovar, rompeu em boa parte com a tradição diplomática imperial. [...] O acordo aduaneiro e a intervenção armada concorreram para a aceitação da preponderância norte-americana em nossos negócios estrangeiros.

Um período de euforia e idealismo americanos parece ter caracterizado a política externa dos primeiros anos republicanos. O próprio Manifesto do Partido Republicano (1870) enfatizava que “somos da América e queremos ser americanos”. Também havia a afirmação de que era preciso acabar com a situação de hostilidade em relação aos países vizinhos e de que a solidariedade democrática com o continente americano deveria prevalecer. Em 1889, então, o americanismo associava-se à ideia de República, assim como o europeísmo associara-se à Monarquia. Para o deputado Aristides Maia, o Brasil deveria procurar a amizade em toda a América do Sul. Maia chegou mesmo a propor a formação de uma Confederação Sul-Americana, constituída por todos os países do subcontinente. (CERVO; BUENO, 2002, p. 165).

No que diz respeito às relações com a Argentina, os momentos posteriores à proclamação da república foram caracterizados pela aproximação entre os dois países. A controvérsia relativa à região de Palmas (vista com mais detalhes adiante) foi solucionada, provisoriamente, quando Quintino Bocaiuva, o primeiro chanceler da república, assinou, em viagem à Argentina, um acordo que estipulava que a área em litígio deveria ser dividida pelos dois países. O Congresso brasileiro, considerando o acordo inadequado às pretensões

¹⁶ Esse convênio, que previa isenção de taxas alfandegárias para o açúcar e para o café brasileiros em troca de isenções para os manufaturados norte-americanos gerou críticas internas. Para Aristides Lobo, por exemplo, o acordo era muito prejudicial às nascentes industriais brasileiras. Ainda que sua visão não fosse a dominante, sua leitura nos permite desfazer a ideia de que o pensamento agrário era amplamente dominante no Brasil de então. De qualquer maneira, o acordo foi unilateralmente rompido pelos Estados Unidos em 1894, pois o governo do democrata Grover Cleveland – eleito em 1892 – era menos afeito a acordos comerciais.

nacionais, não o aprovou. Assim, a questão voltou para a condição pré-república: o presidente norte-americano iria arbitrá-la.

Algum tempo depois, em novembro de 1894, Carlos Augusto de Carvalho, ministro das relações exteriores do governo Prudente de Moraes, demonstrou disposição de assinar um acordo comercial com a Argentina. Para ele, o Brasil deveria conduzir uma política externa ampla e franca, próxima aos países da América do Sul. Após esse período de euforia republicana (CERVO; BUENO, 2002), os dois países voltaram a adotar postura mais realista; a rivalidade ainda permeava as relações bilaterais, ainda que não houvesse nenhuma controvérsia séria que opusesse os dois países. Questões que, na década seguinte, criariam impasses mais sérios, já eram, no entanto, perceptíveis: rearmamento naval, querelas comerciais e hegemonia na área platina.

A questão da Marinha era particularmente sensível para o Brasil. Nos tempos do Império, a marinha brasileira era a mais bem equipada da América do Sul. Após o 15 de novembro, entretanto, essa situação inverteu-se: dificuldades financeiras, crises políticas e a Revolta da Armada contribuíram para deteriorar a situação da marinha nacional. A Argentina e o Chile, por sua vez, procuravam equipar-se, já que havia a possibilidade de conflito entre eles. Observava-se, assim, um quadro de “paz armada” na América do Sul.¹⁷ Em 1899, o Brasil – reconhecendo a necessidade de se manter alerta – declinou do convite de participar da I Conferência de Paz da Haia, pois procurava não assumir compromissos de desarmamento.

Evitar a hegemonia argentina sobre a área platina tornou-se, assim, meta nacional, pondo fim, de vez, ao idealismo dos primeiros anos da república. O governo argentino, por sua vez, criava barreiras sanitárias ao comércio com o Brasil, o que, além de prejudicar o comércio brasileiro, prejudicava a imagem brasileira no exterior.

2.2.2 O PERÍODO RIO BRANCO (1902-1912)

Defensor fervoroso da Monarquia, Rio Branco criticou, inicialmente, os eventos políticos de 1889. Para ele, a República apresentava-se como um regime propenso a instabilidades e capaz de encaminhar o Brasil para o mesmo rumo de golpes que ocorriam nos países vizinhos. Afirmou, por isso, que o momento exigia uma opção não entre monarquia e

¹⁷ O uso da expressão “paz armada” por autores como Clodoaldo Bueno e Moniz Bandeira busca reproduzir - *mutatis mutandis* – para a América do Sul uma situação típica da Europa desse período.

república, mas entre república e anarquia (CERVO; BUENO, 2002, P. 157) Continuou, entretanto, a atuar como diplomata brasileiro na Europa. Em 1902, estava lotado na Alemanha (Berlim), quando voltou ao Brasil para assumir o Itamaraty¹⁸. Creio, portanto, ser acertado afirmar que era um diplomata de carreira (para a época)¹⁹, já que atuava há tempos nessa profissão.

Rio Branco dotou a política externa brasileira de diretrizes claras, com objetivos definidos. Assim, ainda que, após a Proclamação da República, em 1889, a política externa brasileira tenha passado por um ponto de inflexão, privilegiando as relações com o continente americano, em especial com os Estados Unidos, ainda faltava, como vimos, uma estratégia bem definida.

Esta seria elaborada precisamente a partir de 1902, quando Rio Branco aceitou – após recusar em um primeiro momento - o convite do presidente Rodrigues Alves para assumir o ministério. Para Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2002, p. 177),

As grandes linhas da política externa do patrono da diplomacia brasileira foram: a busca de uma supremacia compartilhada na área sul-americana, restauração do prestígio internacional do país, a intangibilidade de sua soberania, defesa da agroexportação e, sobretudo, a solução de problemas lindeiros.

O pacifismo pode ser elencado como outra ferramenta utilizada por Rio Branco ao longo de sua gestão. Seus biógrafos sempre enfatizam o fato de que suas vitórias foram conseguidas sem o recurso às armas. Alvaro Lins (1995, p. 393) assim se refere a esta característica do Barão:

Durante os dias agitados do caso do telegrama número 9 e do atentado à bandeira brasileira em Buenos Aires – com um gesto, com uma palavra, ele poderia ter determinado a guerra. O seu prestígio, a sua autoridade constituíam então alguma coisa de singular e toda a nação estava disposta a segui-lo em qualquer terreno. [...] Preferiu, no entanto, pôr em prática a afirmação de um dos seus discursos: o dever do estadista consistia em conter e disciplinar os ímpetos das multidões desvairadas.

Assim, se, no plano interno, o Brasil vivenciava mudanças profundas – consolidação do poder político e econômico das elites cafeicultoras, modernização das cidades, crescimento populacional etc. – no plano externo o período também foi caracterizado por inflexões. Entre os princípios que orientaram a inovadora atuação de Rio Branco à frente do Itamaraty estava o

¹⁸ A sede do ministério das relações exteriores foi transferida, em 1899, para o palácio do Itamarati, que já havia sido palácio presidencial e, no tempo do Império, residência do conde do Itamarati. Na imprensa da época, a expressão “O Itamarati” já designava, pois, o ministério das relações exteriores. O atual Palácio Itamarati (sem a preposição e o artigo), em Brasília, foi inaugurado em 1970.

¹⁹ Os concursos públicos de admissão à carreira diplomática só seriam criados em 1946.

da autonomia da política externa. Para Rio Branco, o ministério das relações exteriores deveria ter liberdade para atuar no cenário internacional sem obedecer a pressões partidárias. Por isso, afirmou que não servia a um partido político, mas ao Brasil (WEHLING, 2002, p. 107).

A eleição de Afonso Pena, em 1906, confirmou esse fato. Para a imprensa e para os quadros governamentais da época, a presença de Rio Branco à frente do Itamaraty já se mostrava uma necessidade. Litígios fronteiriços, como os que envolviam Brasil e Peru e Brasil e Colômbia, estavam, afinal, em andamento. Alvaro Lins (1995, p. 350-351) cita artigo escrito por Medeiros e Albuquerque no jornal *A Notícia*, no qual esse escritor afirmara que seria difícil encontrar alguém que tivesse a pretensão de substituir o primeiro ministro das Relações Exteriores que tinha feito o Brasil entrar no convívio internacional com a categoria que lhe era devida.

Uma discussão presente nos trabalhos sobre Rio Branco questiona se o que prevalecia, em sua visão de mundo, era o idealismo ou o realismo na condução de sua política internacional. Se, por um lado, é possível verificar uma postura realista – na medida em que reconhecia que “a política internacional não passa de uma luta de poder definido em termos de interesses nacionais” (GOES FILHO, 2002, p. 121), por outro, também é possível sustentar que seus princípios de pacifismo, de manter boas relações com os vizinhos e da igualdade jurídica dos estados (defendida, em 1907, durante a II Conferência de Paz da Haia) o inclinariam mais para o lado do idealismo.

Atualmente, parece que o realismo de Rio Branco tem sido mais destacado. Guilherme Conduru (1998, p. 66), ao abordar a questão, sustenta que a política externa de Rio Branco era realista e pragmática e fornece como “demonstração inequívoca” dessas características um trecho de um despacho telegráfico que Rio Branco enviou à embaixada brasileira em Washington, o qual serve de indicativo de como o Brasil poderia se valer da proximidade com os Estados Unidos para ter mais liberdade de ação na América do Sul. Dizia o despacho de Rio Branco

Entendo que é nosso direito operar nessa parte do continente sem ter que pedir licença ou dar explicações a esse governo [dos EUA], como pelas provas tantas vezes dadas da nossa amizade temos o direito de esperar se não envolva ele para ajudar desafetos nossos nas questões em que estejamos empenhados (CONDURU, 1998, p. 66)

Rubens Ricupero (2002, p. 93) também tem posicionamento semelhante, destacando que a aproximação com os Estados Unidos foi calculada de forma realista, em que se pesavam os prós e os contras.

2.2.2.1 A ALIANÇA NÃO-ESCRITA COM OS ESTADOS UNIDOS

Uma das estratégias por meio das quais Rio Branco procurou alcançar os objetivos elencados por Amado Cervo e Clodoaldo Bueno foi aproximar-se dos Estados Unidos. Ainda que a amizade com este país remontasse ao período colonial, “a gestão de Rio Branco representou um marco (CERVO; BUENO, 2002, p. 177). A aproximação com esse país marcou a tal ponto o período que o historiador Bradford Burns cunhou a expressão aliança não-escrita para compreender as relações entre os governos do Rio de Janeiro e de Washington²⁰. Para o Brasil, o americanismo²¹ permitia mais mobilidade no cenário sul-americano²².

Os Estados Unidos, por sua vez, beneficiavam-se da amizade com o Brasil na medida em que tinham um aliado em uma área instável politicamente. Como já haviam completado sua marcha para o oeste, os Estados Unidos buscavam, naquele momento, ampliar sua margem de influência para o Caribe e a América Latina. O *Big Stick*, política de intervenções posta em prática pelo presidente Theodore Roosevelt, era legitimado pelo Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe. Em 1904, o presidente americano propôs uma releitura da Doutrina Monroe, de 1823, afirmando que os Estados Unidos teriam o direito de intervir em países latino-americanos caso considerassem necessário²³. A não-intervenção, assim, transformava-se em intervenção (MORRIS, 1964). A leitura deste trecho do discurso de Roosevelt demonstra a justificativa utilizada para legitimar a nova postura da política externa norte-americana.

²⁰ Publicado na década de 1960, esse foi um dos primeiros trabalhos a centrar-se em outro tema que não a obra de limites de Rio Branco.

²¹ É preciso enfatizar que se trata do americanismo monroísta, naturalmente. No século XIX, o movimento pan-americano também contou com uma vertente bolivariana, consubstanciada no Congresso do Panamá (1826) e mesmo em um pan-americanismo brasileiro, conforme aponta Luís Cláudio Villafañe Santos (2004).

²² Deve-se destacar que a aliança com os Estados Unidos não era consensual dentro do Brasil. Certos jornais, como o *Jornal do Brasil*, criticavam a postura de Rio Branco.

²³ A política externa estadunidense será analisada com mais profundidade no capítulo 3.

Qualquer país cujo povo se conduz bem por si próprio pode contar com nossa amizade sincera... Comumente é bem mais sábio e mais útil para nós interessarmos-nos em tentar a melhoria social e material aqui em nossa casa do que nos preocuparmos em experimentar o estado de coisas de outras nações. No entanto, há crimes cometidos em uma escala tão ampla e de tal horror peculiar que nos fazem duvidar quer seja ou não de nosso **dever manifesto** esforçarmo-nos ao menos em demonstrar nossa desaprovação ao acontecido e a simpatia que nos merece aquele que foi a vítima de tal crime. **(grifos meus)** ²⁴

O discurso do Corolário, de 1904, servia para justificar posturas que vinham sendo tomadas desde o final do século XIX. Após intervir na guerra de independência cubana, os marines permaneceram neste país caribenho até 1902, quando, sob a tutela da Emenda Platt²⁵, puderam ter seus interesses garantidos.



Nesse sentido, o historiador estadunidense Steven C. Topik (2002, p. 409), especialista em política externa norte-americana, afirmou que

Em sua tentativa de dominar a política pan-americana, o governo de Washington considerava o Brasil um aliado, fortalecendo tanto o papel do Brasil nas relações interamericanas, como ficou claro na Conferência Pan-Americana, de 1906, como valorizando sua posição em foros internacionais – por exemplo, na Conferência da Haia de 1907.

A elevação da legação brasileira à qualidade de embaixada, em 1905, foi um passo importante nessa relação. Na época, as embaixadas eram menos comuns. A brasileira em Washington foi a primeira de um país sul-americano. Os Estados Unidos retribuíram o gesto em 1906, com a abertura de uma embaixada no Rio de Janeiro. ²⁷

²⁴ Mensagem anual de T. Roosevelt ao Congresso, 6 de dezembro de 1904.

²⁵ A Emenda Platt constituiu-se em uma série de artigos que foram adicionados à constituição cubana, promulgada em 1903, os quais permitiam a intervenção dos Estados Unidos, caso estes considerassem-na necessária.

²⁶ Quadro de 1872, pintado por John Gast intitulado *American Progress*. O quadro representa a expansão da ocupação dos colonos norte-americanos rumo ao oeste.

²⁷ A principal diferença entre legação e embaixada reside no fato de que esta permite acesso direto ao presidente do país acreditado, no caso, os Estados Unidos.

A Conferência Pan-Americana deste ano representou, nesse sentido, mais um passo em direção ao fortalecimento dos laços entre os dois países. Sediada pelo Brasil, a Conferência dava sequência aos encontros iniciados em 1889, quando foi realizada a I Conferência, nos Estados Unidos.²⁸ A presença do secretário de Estado norte-americano, Elihu Root, apesar de oficialmente ter como objetivo estreitar os laços com todos os países presentes no encontro, foi interpretada pela imprensa da época (conforme analisado nos capítulos 3 e 4) como um sinal de que os Estados Unidos conferiam ao Brasil posição de destaque no concerto sul-americano.

Root assumira o cargo de secretário de Estado após a morte de John Hay. Até então, havia ocupado o cargo de Secretário da Guerra. Bandeira (1973) compreendeu a conveniência de dar ao Secretário de Guerra a Secretaria de Estado, já que a política externa americana tornava-se mais agressiva. Ademais, Root, que era formado em Direito, atuara como advogado de grandes trustes. Durante a Conferência, o secretário de Estado norte-americano evitou tratar de temas controversas, com o receio de que críticas aos Estados Unidos pudessem surgir (HEINSFELD, 2005).

Na imprensa brasileira, a visita de Root foi saudada. Gil Vidal (pseudônimo de Antônio Leão Veloso) defendia que o Brasil deveria exercer o papel de mediador entre os Estados Unidos e as repúblicas hispânicas. Rocha Pombo, por sua vez, pregava o fim das suspeitas dos latino-americanos contra os Estados Unidos. A postura de Joaquim Nabuco, que era mais idealista em relação aos Estados Unidos – foi sua a ideia de batizar de Palácio Monroe o prédio que sediou a conferência – obrigou Rio Branco a enfatizar, nos discursos que proferiu ao longo da conferência, que o Brasil também mantinha sólidos laços com a Europa (CERVO; BUENO, 2002).

No Brasil, aliar-se aos Estados Unidos também significava atender aos interesses das oligarquias cafeeiras. Inserindo-se nos fluxos comerciais do período como país periférico e produtor de produtos primários, era importante manter boas relações com os Estados Unidos, o principal comprador desse produto (BUENO, 1995).

Em 1901, o café representou 59% das exportações brasileiras – a borracha, em plena fase de expansão, vinha em segundo lugar, com 21,2%. Do total das exportações do Brasil,

²⁸ A primeira Conferência, realizada em 1889, foi convocada pelos Estados Unidos. O objetivo principal era incrementar seu comércio com o restante da América. A segunda teve lugar no México, em 1901. A III, sediada pelo Rio de Janeiro, ocorreu no Palácio Monroe, construído para a ocasião e batizado em homenagem ao presidente James Monroe.

50,4% direcionavam-se aos Estados Unidos²⁹. Deve-se levar em consideração que, nesse período, o Brasil, na prática, exercia o papel de monopolista desse produto, já que produziu, em 1906, cinco vezes o valor da produção do resto do mundo (TOPIK, 2002, p. 411).

Entre os que tinham certas reservas contra a política externa do Barão do Rio Branco estavam Salvador de Mendonça, republicano histórico e primeiro representante do Brasil nos Estados Unidos após a queda da Monarquia, e Oliveira Lima, desatacadado jornalista, escritor e diplomata. De acordo com Américo Alves de Lyra Júnior (2008, p. 324),

Oliveira Lima e Salvador de Mendonça não concordavam com a orientação dada pelo Barão do Rio Branco à política externa brasileira, em relação aos Estados Unidos e à América do Sul. As discordâncias de Lima e Mendonça [...] se fundamentavam nas mudanças de sentido da Doutrina Monroe. Desses sentidos, eles temiam, sobretudo, o Corolário Roosevelt.

Para os dois, a política externa mais agressiva dos Estados Unidos punha em perigo a soberania brasileira e dos demais países da América do Sul. A proposta estadunidense do arbitramento obrigatório, feita em 1889, foi criticada por Mendonça, que pensava que dessa maneira os Estados Unidos não teriam amarras jurídicas na região (LYRA JÚNIOR, p. 323). Mais tarde, Mendonça também foi crítico da participação dos EUA na criação do Panamá. Em seu raciocínio, não seria de se surpreender se os Estados Unidos comesçassem a realizar investidas sobre a Amazônia. Lima, por sua vez, acreditava que endossar a política externa norte-americana tornaria o Brasil alvo fácil dos interesses das empresas desse país. No caso do Acre, por exemplo, opôs-se à anexação desse território pelo Brasil, pois considerava que o território nacional já era extenso demais. Em relação aos Estados Unidos, propunha certo distanciamento.

A partir de 1902, a posição de Rio Branco prevaleceu. Segundo Bandeira (1973, p. 168-9)

Rio Branco, à frente do Ministério das Relações Exteriores, abraçou, fervorosamente, a Doutrina Monroe. Não encontrava motivo para que o Brasil, o Chile e a Argentina se molestassem com a linguagem do presidente Theodore Roosevelt, que reivindicava para os Estados Unidos o poder internacional de polícia. Eram as três principais nações da América do Sul e ninguém podia, com justiça, situá-las entre as desgovernadas e turbulentas.

²⁹ É necessário ressaltar que o principal fornecedor brasileiro ainda era, nesse período, a Grã-Bretanha. Da mesma maneira, este país permanecia como o principal investidor no Brasil, bem como fornecia a maior parte dos empréstimos. O acordo de 1898 (Funding Loan) que permitira ao Brasil refinar sua dívida externa, por exemplo, foi assinado com financeiras britânicas. Marcelo Abreu (1990) afirma que os Estados Unidos só ultrapassaram a Grã-Bretanha como investidores no Brasil após a I Guerra Mundial.

As demais repúblicas latino-americanas, assim, deveriam “escolher governos honestos e previdentes e, pela paz e energia no trabalho, progredirem em riqueza e força”³⁰. A associação com os Estados Unidos, ademais, não implicava subordinação. Para Rio Branco, o continente americano seria uma espécie de condomínio, estando o Brasil livre para exercer a hegemonia na América do Sul³¹.

Além disso, Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2002, p. 178) recordam o motivo estratégico para o Brasil se aproximar dos Estados Unidos: a Argentina mantinha estreitos vínculos com a Grã-Bretanha e repelia a aproximação norte-americana. Conclui-se, assim, que os laços com os Estados Unidos atendiam não apenas a interesses econômicos, mas também geoestratégicos.

Rio Branco, em 1906, sob o pseudônimo de J. Penn, publicou o artigo *O Brasil, os Estados Unidos e o monroísmo*, no qual elencou os motivos que o levavam a aproximar-se dos Estados Unidos. Observa-se, portanto, que havia, no Brasil, debates relacionados à política externa brasileira e que Rio Branco tinha de justificar, perante a intelectualidade da época, as medidas que tomava (CERVO; BUENO, 2002).

O próprio Barão discordou dos Estados Unidos em algumas ocasiões. Quando, em 1903, o governo do presidente Theodore Roosevelt interveio no Panamá, contribuindo para a independência desse país – até então parte da Colômbia –, o ministro brasileiro lamentou. Para não criar atritos com os Estados Unidos – e, podemos concluir, para respeitar o condomínio na América do Sul – Rio Branco decidiu não se manifestar. Essa atitude deu origem a críticas em países sul-americanos, como a Argentina, que se opusera à independência panamenha (CISNEROS; ESCUDÉ, T. VIII, 1999).

Novos impasses entre Brasil e Estados Unidos ocorreram por ocasião da Segunda Conferência de Paz, realizada na Haia, na Holanda. Apesar de a presença brasileira – e a de outros países sul-americanos – ter sido fruto do convite dos Estados Unidos, duas questões opuseram os governos brasileiro e estadunidense: a constituição de um tribunal de presas marítimas e a organização de um tribunal de arbitramento³².

A proposta dos Estados Unidos para um tribunal de presas, por exemplo, colocava o Brasil – e os demais países da América do Sul – em uma posição bastante aquém de suas reais

³⁰ Despacho de 31.1.1905, de Rio Branco a Alfredo de Moraes Gomes Ferreira, ministro em Washington (apud BANDEIRA, 1973, p. 169).

³¹ Bandeira (1973) recorda que essa era a velha aspiração do Brasil imperial.

³² Houve, também, aproximações entre os dois países. O Brasil apoiou, por exemplo, as propostas norte-americanas sobre o direito de captura de propriedade particular no mar em tempos de guerra e a recusa dos Estados Unidos de apoiar a Doutrina Drago. Rui Barbosa, o representante brasileiro, também elogiava a constituição dos Estados Unidos, afirmando que ela era o modelo para quase todas as constituições americanas. (LINS, 1995, p. 356)

representatividades. Países como Suíça e Sérvia – que sequer possuíam marinha – foram classificados na mesma categoria que o Brasil. Sob as orientações de Rio Branco, o Brasil foi o único país a votar contrariamente ao projeto, dado que mesmo outros países por ele negligenciados o apoiaram (LINS, 1995, p. 356-7).

Foi na questão da formação de um tribunal de arbitramento³³, no entanto, que as diferenças entre Brasil e Estados Unidos se tornaram mais agudas. Para o Brasil, todos os Estados deveriam ter, nesse tribunal, igualdade de direitos (foi a tese dos Estados livres e soberanos, arquitetada por Rio Branco e Rui Barbosa). A proposta oficial dava privilégios às grandes potências, isto é, Estados Unidos e países da Europa Ocidental. Os emocionados discursos de Rui Barbosa – que lhe valeram a alcunha de Águia de Haia – fizeram com que a proposta das potências fosse derrotada. Barbosa chegou mesmo a evocar um discurso do secretário de Estado Elihu Root que, em 1906, por ocasião da III Conferência Pan-Americana, realizada no Rio de Janeiro, afirmou que “nós acreditamos que a independência e os direitos iguais dos menores e mais fracos membros da família de nações devem receber tanto respeito quanto os que os grandes impérios têm”³⁴. A delegação brasileira, assim, deixava clara a distância entre os discursos e as práticas dos Estados Unidos.

Alvaro Lins lembra que a presença brasileira na Haia foi criticada por certos jornalistas dos Estados Unidos, como Aubrey Stanhope. Em despacho à embaixada do Brasil em Washington, Rio Branco assim se referia aos artigos desse jornalista:

Se todos os jornalistas da América fossem como o desavisado Aubrey Stanhope, correspondente especial do New York Herald, em Haia, há muito estaria acabado o pan-americanismo, a grande política continental que [...] o presidente Roosevelt e o Secretário de Estado Root têm procurado observar com tanto empenho (Despachos à Embaixada do Brasil em Washington, apud LINS, 1995, p. 362).

A leitura que Nabuco tinha da política externa dos Estados Unidos era diferente da de Rio Branco. Como Rio Branco, Nabuco também havia lamentado a passagem da Monarquia à República, associada por ele à ideia de instabilidade política. Para ele, a história uruguaia e a argentina poderiam ter sido menos tumultuadas se o regime republicano tivesse sido evitado. Para ele, a adesão do Brasil ao panamericanismo significava um abandono de suas tradições europeias, enquanto a Doutrina Monroe teria um caráter civilizador no continente sul-americano. (HEINSFELD, 2010). Mesmo ao longo da II Conferência de Paz da Haia, Nabuco mostrou-se um aliado incondicional dos Estados Unidos, já que não endossou as críticas que o

³³ Em um período em que não havia uma organização internacional para solucionar litígios entre os países, o arbitramento permanecia como uma importante forma de solução de controvérsias.

³⁴ Root proferiu esse discurso no dia 31 de julho de 1906, no Rio de Janeiro.

Brasil fazia ao projeto norte-americano de dar mais representatividade aos países mais fortes em um possível tribunal de presas marítimas. Rio Branco, por sua vez, tinha uma leitura mais realista e não buscava um rompimento automático com a Europa.

2.2.2.2 A ATUAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL

No que diz respeito à atuação de Rio Branco no subcontinente sul-americano, Francisco Doratioto (2000, p. 130) recorda que, em 1902, o Brasil encontrava-se isolado.

Por essa época, eram mornas as relações com o Chile devido à visita de Campos Sales à Argentina em 1900; com a Bolívia, o Brasil encontrava-se quase em estado de beligerância, devido à questão do Acre; a Venezuela não concluía o trabalho de demarcação da fronteira comum e, ainda, a Colômbia buscava, sem resultados, apoio brasileiro frente à possibilidade de retalhamento de seu território, devido à construção do canal do Panamá.

Rio Branco esforçou-se, então, para alterar a posição do Brasil nesse contexto. Dono de sólidos conhecimentos sobre a América do Sul, em geral, e sobre a área platina, em particular, o chanceler brasileiro procurou fazer uso da dimensão territorial, da condição econômica e do peso demográfico brasileiros para reverter esse quadro negativo (Doratioto, 2000).

Arno Wehling (2002, p. 106) faz avaliação semelhante:

Numa época de acendrado nacionalismo na Europa, cujos reflexos se faziam sentir na América do Sul ademais dos fatores locais, soube [Rio Branco] manter-se numa linha de estrita observância dos interesses nacionais, sem que isso representasse hostilidade ou arrogância em relação aos países limítrofes, especialmente os platinos.

As questões fronteiriças, nesse contexto, exigiam, no início do século, ação ativa da diplomacia brasileira. Ainda que vários tratados tenham sido assinados com os países vizinhos ao longo do século XIX³⁵, diversas fronteiras ainda estavam para serem definidas. Além disso, na fronteira norte havia áreas em litígio. A Colômbia recusara-se, ao longo do

³⁵ Tratados de limites foram firmados com o Uruguai, em 1851, com o Peru, em 1851, com a Bolívia, em 1867 e com o Paraguai, em 1872.

século XIX, a aceitar a doutrina brasileira do *Uti Possidetis*³⁶, preferindo defender o *Uti Possidetis Iuris*. Com a Guiana Inglesa, também havia impasses.

Mesmo antes de ascender ao Ministério, Rio Branco atuara em negociações junto a vizinhos. Em 1895, foi o representante brasileiro durante a Questão de Palmas, em uma área que hoje corresponde a partes dos estados de Santa Catarina e do Paraná. Arbitrada pelo presidente dos Estados Unidos – o democrata Grover Cleveland – o Brasil obteve significativa vitória³⁷. A importância da atuação de Rio Branco foi expressa nos seguintes termos por Synesio Sampaio Goes Filho (2002, p. 111):

Missão delicada: se o Brasil perdesse, o Rio Grande do Sul ficaria ligado ao restante do território nacional por uma estreita faixa de 200 km de largura. Chegou, fez tudo sozinho e venceu. Tornou-se conhecido e admirado.



Para solucionar esses litígios fronteiriços, Rio Branco optou por negociações diretas ou pela arbitragem (pouca utilizada durante o período imperial). Para Rio Branco, a arbitragem só poderia ser utilizada em caso de fracasso nas negociações diretas. Além disso, insistiu em certos aspectos, como na livre escolha dos árbitros e – como vimos – na recusa de aceitar como definitivo o juízo arbitral do Tribunal de Haia. Em despacho à embaixada do Brasil em Washington, escreveu que

Na discussão, recusaremos o arbitramento incondicional, abrangendo quaisquer questões que possam surgir. Queremos excetuar as que ponham em causa os

³⁶ Essa doutrina, já adotada por Alexandre de Gusmão durante as negociações do Tratado de Madri (1750), estipula que a soberania sobre determinada área deve ser exercida por aquele Estado que efetivamente a ocupou. O *Uti Possidetis Iuris*, por sua vez, postula que os tratados de limites – em especial o de Santo Ildefonso (1777) – devem ser respeitados.

³⁷ Moniz Bandeira (2003) cogita que a decisão do presidente norte-americano pode ter sido reflexo das boas relações entre Estados Unidos e Brasil.

³⁸ Mapa que ilustra a questão de Palmas. Em escuro, a área reivindicada pela Argentina.

interesses vitais, a honra, a independência ou a integridade territorial deste país (Despacho à embaixada do Brasil em Washington –Arquivo do Itamarati, apud LINS, 1995, p. 432).

De qualquer maneira, Rio Branco assinou mais de trinta tratados de arbitramento ao longo de sua gestão, superando até o número de acordos dessa natureza assinados pelos Estados Unidos (LINS, 1995, p. 432). Em 1900, quando Brasil e França disputavam onde seria a fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa, o futuro ministro teve importante participação na defesa do rio Oiapoque como linha de limite³⁹. A questão, arbitrada pelo presidente suíço, Walter Hauser, foi favorável ao Brasil⁴⁰.

Em 1902, quando assumiu como ministro, a questão do Acre estava a exigir um tratamento diplomático adequado. Esse seria o litígio que mais demandou esforços, na medida em que incluiu o pagamento de indenização ao Bolivian Syndicate⁴¹. A compra do Acre por milhões de libras esterlinas – aliada à promessa de construir parte da ferrovia Madeira-Mamoré em território boliviano, bem como a cessão de um trecho do Mato Grosso – concretizou-se por meio da assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903. Destaca-se, também, que foram necessárias certas manobras diplomáticas, pois o Acre não constituía, até então, um território de ocupação histórica por parte de portugueses e brasileiros – o que ia de encontro, assim, ao princípio do *Uti Possidetis*. Foi a grande vitória de Rio Branco no que diz respeito às fronteiras. Também demonstrou como Rio Branco poderia fazer uso da Doutrina Monroe para legitimar suas ações: para o chanceler brasileiro, a presença do Bolivian Syndicate era contrária à mencionada doutrina, já que investidores europeus o compunham (HEINSFELD, 2005).

Em 1904, assinou-se um acordo de limites com o Equador, que na época era limítrofe ao Brasil. Mais tarde, o Equador cederá parte de seu território ao Peru, deixando, portanto, de ter fronteiras com o Brasil.

Nesse mesmo ano de 1904, foi solucionada a questão do Pirara, que opunha Brasil e Inglaterra por uma área de 33.000 km² na divisa do atual estado de Roraima com a Guiana Inglesa (HEINSFELD, 2010). Os ingleses reivindicavam a área desde 1838, quando tropas inglesas ocuparam a região. Levada a questão à arbitragem, o laudo do árbitro, o rei

³⁹ Confirmava-se, assim, o limite estabelecido pelo Tratado de Utrecht, de 1713.

⁴⁰ O prestígio adquirido com as vitórias nos casos de Palmas e do Amapá foram determinantes para levar o presidente Rodrigues Alves a convidar Rio Branco para a chancelaria.

⁴¹ O governo boliviano arrendara, no início do século, o território do Acre a um consórcio capitalista composto por investidores americanos e europeus. Tal consórcio teria direitos sobre a região que se assemelhavam aos de um Estado. Para o Brasil, isso seria uma afronta a sua soberania, de modo que o governo brasileiro atuou no sentido de impedir que a presença do sindicato se concretizasse. Como resultado, teve de pagar uma indenização para que o consórcio desistisse da oferta do governo boliviano.

Vítor Emanuel III da Itália, foi considerado desfavorável: 3/5 foram concedidos à Inglaterra e 2/5 ao Brasil. Essa é considerada a única derrota nas questões de limites que o Brasil teve ao longo do período Rio Branco. O responsável pela defesa brasileira, contudo, não foi o Barão, mas, sim, Joaquim Nabuco, o qual havia preparado a defesa brasileira ao longo de mais de dois anos (HEINSFELD, 2010). A derrota no caso da Guiana Inglesa⁴² influenciou Nabuco a aprofundar sua postura mais favorável aos Estados Unidos e à Doutrina Monroe nos anos seguintes.



Em 1907, foi assinado, com a Colômbia, um tratado de limites que tinha como referência o Uti Possidetis. O limite entre os dois países foi estabelecido na linha Apaporis-Tabatinga. Esse acordo representou uma importante vitória para o Brasil, já que a Colômbia recusara-se, até então, a ratificar quaisquer documentos que levassem em consideração a doutrina brasileira do Uti Possidetis.⁴⁴

Em 1909, o Brasil concedeu ao Uruguai o condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão⁴⁵. Essa decisão era divulgada como exemplo da amizade brasileira para com o país

⁴² O caso também influenciou o Brasil a evitar os tratados de arbitragem, já que se acreditava que os árbitros poderiam dar laudos mais favoráveis aos países mais poderosos. (HEINSFELD, 2010)

⁴³ Mapa que ilustra a questão de Pirara. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Quest%C3%A3o_do_Pirara
Acesso em: 22.12.2010.

⁴⁴ Essa questão remontava ao período imperial. Em 1853, assinou-se, em Bogotá, um acordo que reconhecia as pretensões brasileiras. O documento, entretanto, não foi aprovado pelo Senado da Colômbia – então chamada de Nova Granada. Novas tentativas, em 1867 e 1880, também fracassaram.

⁴⁵ Em 1851, após a intervenção brasileira contra Oribe, o governo brasileiro e o uruguaio assinaram uma série de acordos. Um deles – de limites – determinava que o Brasil teria soberania exclusiva sobre o Lagoa Mirim e o rio Jaguarão (ao Uruguai concedeu-se apenas o direito de livre navegação). Esse posicionamento era conhecido como a tese da “costa seca”.

vizinho⁴⁶, mas também revelava um posicionamento estratégico. Ao conceder o condomínio ao Uruguai, o Brasil encorajava o governo de Montevideu a exigir soberania sobre o rio da Prata também.

Para o Uruguai, essa medida tinha grandes impactos, já que sua fronteira leste ficava, com o condomínio, em contato com o oceano Atlântico, permitindo, assim, um escoamento mais fluido para as mercadorias que seriam exportadas. Por fim, a fronteira brasileiro-uruguaia foi ratificada: algumas ilhas passavam ao controle dos uruguaios.

Também em 1909, foi firmado, no Rio de Janeiro, o Tratado de Limites e Navegação entre Brasil e Peru, que completou a delimitação das fronteiras bilaterais, encerrando um período de conflitos entre os dois países. Após a assinatura do tratado de Petrópolis entre Brasil e Bolívia, o Peru – que vivia um ímpeto expansionista e reivindicava grandes extensões territoriais no Equador, na Colômbia, na Bolívia e no Brasil – passou a reclamar 442.000 km² do território brasileiro⁴⁷. O Brasil cedeu partes do Acre (39.000 km²), mas garantiu a posse de 403.000 km² de território amazônico (VARGAS GARCIA, 2005, p. 120). O país andino aceitava, finalmente, o *Uti Possidetis* brasileiro. Demonstrando coerência, Rio Branco aceitou ceder ao Peru territórios que eram ocupados historicamente por peruanos.

Rio Branco pôde equacionar, portanto, as questões limítrofes do Brasil de maneira eficiente e pacífica⁴⁸. Por isso, Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2002, p. 196) concluíram que

A principal obra de Rio Branco foi a definição do território de seu país. Convém registrar que nenhuma das questões de limites por ele solucionadas o foram com argumento de força.

A afirmação de Bueno de que a principal obra de Rio Branco foi a definição territorial brasileira encontra respaldo no seguinte número: ao longo de sua gestão, 900 mil km² foram incorporados ao território nacional (HAICKEL, 2007, p. 3). Parece adequada, assim, a afirmação de que Rio Branco tenha sido o “dilatador do Brasil”.

⁴⁶ Rubens Ricupero (2002, p. 91), em artigo intitulado *Rio Branco: definidor de valores nacionais*, lembrou que o chanceler brasileiro afirmara que esse ato do governo era testemunho do amor brasileiro ao direito e que ficava bem ao Brasil e era uma ação digna do povo brasileiro. O governo uruguaio, em homenagem ao ministro brasileiro, rebatizou a cidade de Pueblo Artigas com o novo nome de Rio Branco.

⁴⁷ O pleito peruano data mesmo antes da assinatura do referido tratado. O governo de Lima insistia em realizar negociações tríplices – entre Brasil, Bolívia e Peru – mas Rio Branco recusou-se terminantemente a negociar em conjunto. De 1904 a 1909, as relações entre Brasil e Peru foram tensas, quase levando os dois países à guerra.

⁴⁸ Demétrio Magnoli, em *O Corpo da Pátria* (1997), afirma que 32% dos limites brasileiros foram definidos ao longo do período 1902-1912.

Em 1909, após um período de relações tensas com a Argentina, Rio Branco propôs o projeto do Pacto ABC⁴⁹. Para o chanceler brasileiro, uma influência compartilhada deveria ser exercida na região por Brasil, Argentina e Chile. (VARGAS GARCIA, 2005). Ainda que rivalidades regionais tenham obstado o projeto – note-se que Rio Branco apenas o propôs em 1909, quando Estanislao Zeballos já não estava mais a frente do ministério das relações exteriores da Argentina - o movimento brasileiro era indicação de que Rio Branco valorizava boas relações com os países vizinhos. A área do Prata, em especial, constituía-se em “eixo principal de interação do Brasil com o mundo exterior” (SEIXAS CORRÊA, 2002, p. 439). Desde o período colonial, a área platina constituía-se em zona de tensão entre os impérios português e espanhol. Ao contrário do que ocorria no norte, onde a Espanha não tinha recursos para exercer sua soberania, o Prata foi, desde o início, disputado pelas duas coroas. As consequências disso para a futura formação territorial e identitária de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai foi bem exposta por Luis Felipe de Seixas Corrêa (2002, p. 440)

Diferentemente do restante da América do Sul, onde imensos vazios separavam as populações de origem castelhana e lusitana, nas férteis terras banhadas pelos rios Paraná e Paraguai e por seus afluentes, as frentes de exploração e assentamento colonial puseram-se em contato direto e disputaram os limites de cada Império, num processo conflitivo que se transferiu posteriormente às entidades nacionais da região.

O Brasil, assim, conseguiu manter bons contatos com seus vizinhos, “sendo excelentes no momento as nossas relações com o Chile, o Uruguai, a Bolívia, o Paraguai, com todas as repúblicas americanas” (LINS, 1995, P. 381). Esse princípio da diplomacia de Rio Branco observou-se em ocasiões como a que opôs os Estados Unidos ao Chile. Na questão referente à Alsop, o chanceler brasileiro exerceu os bons ofícios⁵⁰, obtendo a reconciliação entre o governo de Washington e o de Santiago.

Em outro conflito, opondo Peru a Bolívia, o Brasil também atuou no sentido de amenizar as tensões. A questão, que envolvia uma disputa fronteiriça entre os dois países, foi entregue ao arbitramento do governo argentino, que decidiu favoravelmente ao Peru. O governo boliviano rompeu relações com a Argentina e ameaçou não cumprir o laudo. Rio Branco tratou de reaproximar os dois países, buscando, junto à Argentina, decisão que não fosse tão insatisfatória para os bolivianos.

⁴⁹ Já em 1905 Rio Branco havia acenado com essa proposta ao representante argentino no Rio de Janeiro.

⁵⁰ Na linguagem do Direito Internacional Público, os bons ofícios consistem em uma forma de solução de litígios em que aquele que os exercem tem como objetivo aproximar as partes em litígio, sem, contudo, apresentar uma decisão obrigatória, como no caso do arbitramento.

As relações com a Argentina – o segundo país em importância política, militar e econômica do subcontinente - caracterizaram-se por avanços e recuos. Uma série de impasses opunha os dois países: a busca por imigrantes, o rearmamento naval brasileiro⁵¹, a amizade brasileira com os Estados Unidos⁵². Pode-se afirmar, seguindo Adelar Heinsfeld (2005) que os dois países disputavam a hegemonia na região, o que gerava conflitos. Por vezes, a disputa entre os dois grandes estados da América do Sul manifestava-se em outros países. No Paraguai⁵³, por exemplo, o movimento que permitiu a ascensão dos liberais ao poder foi incentivado pela Argentina, enquanto o Brasil defendia a permanência do governo colorado. No Uruguai, que também passava por um momento de instabilidade, o governo brasileiro atuou a favor do governo, “desarmando e internando os insurgentes” (BANDEIRA, 1973, p. 170), enquanto que a Argentina os apoiava.

O Chile, nesse sentido, também tinha importância. Como esse país andino tinha sérios atritos com a Argentina, o Brasil buscava se aproximar dele, evitando o fortalecimento argentino. Lins (1995, p. 370-371) afirma que embora o Brasil evitasse alianças secretas, não podia deixar “de se aproximar mais estreitamente daqueles países, como o Chile, que buscavam a amizade com o Brasil e por ela se interessavam mais calorosamente. A amizade do Brasil com o Chile constituía, na verdade, uma base da sua política americana.”

Esses impasses com a Argentina impediram que a proposta do ABC frutificasse. A proposta seria novamente levantada em 1915, quando um acordo de não-agressão, consulta e arbitragem foi assinado pelos três países.⁵⁴

Havia, no entanto, laços comerciais que aproximavam os dois países, tornando a possibilidade de uma guerra menos plausível. Moniz Bandeira (2003) afirma, por exemplo, que os dois países tinham economias complementares – isto é, não competiam no mercado internacional. A Argentina, de fato, era um dos principais fornecedores de alimentos ao Brasil.

⁵¹ Para Rio Branco, o rearmamento brasileiro era uma questão de defesa, não de expansionismo. Em discurso no Clube Militar, afirmou que “não se pode ser pacífico sem ser forte” e que “Toda a nossa vida como estado livre e soberano atesta a moderação e os sentimentos pacíficos do povo brasileiro” (Rio Branco, discurso no Clube Militar, apud LINS, 1995, p. 376)

⁵² As relações entre Brasil e Argentina serão analisadas no capítulo 4.

⁵³ Ao longo do século XX, o Paraguai soube explorar as tensões entre Brasil e Argentina, ao adotar uma estratégia de inserção na área platina conhecida como política pendular. Por meio desta, o governo paraguaio buscava barganhar posições favoráveis de Brasil ou Argentina em troca de apoio político. Essa prática diplomática encerrou-se em 1979, quando os três países assinaram um tratado que pôs fim aos litígios sobre a utilização das águas da bacia do rio Paraguai.

⁵⁴ O acordo, porém, acabou não sendo ratificado.

2.3 PRESTÍGIO INTERNACIONAL E A HERANÇA DE RIO BRANCO

Os êxitos de Rio Branco na definição de fronteiras e na projeção política e econômica brasileira permitiram recuperar o prestígio que o Brasil havia tido ao longo do período imperial e que havia sofrido abalos ao longo da primeira década republicana.⁵⁵

A presença brasileira na II Conferência Internacional de paz da Haia, realizada em 1907, contribuiu para solidificar esse prestígio que então o Brasil angariava. O representante brasileiro na Conferência, Rui Barbosa, defendeu, na cidade holandesa, a igualdade de todos os Estados perante o Direito Internacional.⁵⁶ O Brasil buscava assumir, então, papel destacado não apenas no cenário sul-americano, mas também em questões mais amplas. Nesse sentido, destaca-se a criação, entre 1905 e 1911, de 25 consulados brasileiros no exterior.

Seu prestígio fez com que seu nome fosse cogitado para a eleição presidencial de 1910. Rui Barbosa – que por fim acabaria indicado como o candidato do movimento civilista – chegou inclusive a arregimentar apoio à candidatura de Paranhos Júnior. Rio Branco, porém, recusou o convite, afirmando que só aceitaria a indicação caso houvesse consenso nacional em torno de sua candidatura. Lins (1995, p. 410) analisa a posição do Barão, afirmando que

Vinha a recusa, sem dúvida, da consciência de que sua obra tinha um caráter nacional, acima de disputas pessoais e partidárias, e que essa obra se enfraqueceria, diminuindo a autoridade de seu nome, no momento em que ele se tornasse o candidato de um grupo, de uma facção ou de um partido.

O prestígio interno de Rio Branco presta-se a uma comparação com seu grande rival, Estanislao Zeballos. Enquanto o estadista brasileiro gozava de apoio interno – ainda que, naturalmente, existissem críticas quanto a certos pontos de seu trabalho –, Zeballos representava, na Argentina, somente um grupo (CISNEROS; ESCUDÉ, 1999, T. VII).⁵⁷

⁵⁵ Doratioto (2000, p. 130) afirma que “dez anos de conflitos internos, de desmoronamento financeiro e de flutuação dos rumos” desgastaram a imagem positiva que o Brasil imperial – conhecido pela estabilidade política e econômica, tinha no exterior.

⁵⁶ A aproximação com os Estados Unidos também foi de valia nesse momento, pois o governo do presidente T. Roosevelt insistiu em que os países latino-americanos, ausentes da primeira conferência, em 1899, estivessem presentes.

⁵⁷ Um dos objetivos do capítulo 4 é precisamente identificar que grupos argentinos pleiteavam maior distanciamento em relação ao Brasil.

A fama de Rio Branco não se limitava ao Brasil. Como veremos nos capítulos seguintes, a imprensa e diplomatas estrangeiros sempre o levavam em consideração, seja com elogios (o que ocorria mais frequentemente) ou com críticas. Lins (1995, p. 395) afirma que

O que se escrevia sobre Rio Branco no estrangeiro daria para encher muitos volumes. Nenhum estadista sul-americano da época conseguira com tanta notoriedade fora do seu país, nem chegara a ser tão amplamente conhecido na Europa e nos Estados Unidos. Era um nome realmente universal.

O trabalho do Barão foi facilitado pelo fato de ele ter se cercado de figuras de relevo da intelectualidade brasileira do período. Nomes como Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha e Rui Barbosa estavam entre os que auxiliaram seu trabalho a frente do Itamaraty. Lins (1995, p. 402) lembra que

Ligados ao Itamarati – pelos trabalhos na diplomacia ou pelas relações de amizade com Rio Branco – estavam os grandes nomes de escritores e artistas da época: Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Oliveira Lima [...]

Nos anos que se seguiram à morte do Barão, seus sucessores trataram de preservar sua herança. A participação brasileira na I Guerra Mundial, por exemplo, foi motivada, entre outros fatores, pela busca de prestígio e pelos laços próximos com os Estados Unidos⁵⁸. Com estes, as relações econômicas continuavam a consolidar as boas relações que existiram entre 1902 e 1912⁵⁹.

Por essas razões, sua gestão à frente do Itamaraty não significou apenas avanços no que diz respeito à projeção internacional do Brasil, mas também no que diz respeito à formação da identidade brasileira (RICUPERO, 2002). Talvez seja um tanto irônico o fato de o homem que tanto contribuiu para a afirmação do Brasil republicano tenha sido fervoroso monarquista⁶⁰. Mas, assim como Joaquim Nabuco⁶¹, outro defensor do modelo monárquico, acabou tornando-se figura essencial para a consolidação da república brasileira.

⁵⁸ Deve-se evitar, entretanto, interpretações que apontam a amizade com os Estados Unidos o único motivo da participação brasileira nesse conflito.

⁵⁹ Além de serem o principal comprador do café brasileiro, os Estados Unidos, de acordo com Clodoaldo Bueno, tiveram participação crescente “nas importações brasileiras de manufaturados e produtos alimentícios, como a farinha de trigo.” Da mesma maneira, os Estados Unidos passariam, a partir de então, a substituir “os ingleses como investidores no Brasil.” (CERVO; BUENO, 2002, p. 199) O fluxo de capitais norte-americanos no Brasil, entretanto, só superou o fluxo de capitais ingleses após o desfecho da I Guerra Mundial.

⁶⁰ Tendo recebido o título de barão no fim do período imperial, Rio Branco não deixou de utilizá-lo após a proclamação da República, mesmo que esta tivesse abolido o sistema nobiliárquico da monarquia. Nesse sentido, Alvaro Lins afirmou que o barão era como que uma figura ressurgida do Império no meio dos costumes mais populares e democráticos da República. (LINS, 1995, p. 30)

Com problemas renais, o Barão chegou a pedir ao presidente Hermes da Fonseca a demissão, que foi recusada. Além desses problemas de saúde, o Barão discordava das políticas de intervenção nos estados – conhecidas como salvacionismo – adotadas pelo presidente Hermes. Seu falecimento, em 1912, teve repercussão nacional (sua morte, em pleno carnaval, alterou o calendário das festividades no Rio de Janeiro) e internacional. M. P. Haickel (2007, p. 10-11) afirma que

Sua morte causou comoção em todo o país e foi notícia nos principais jornais nacionais e até nos estrangeiros. Seu corpo foi velado no Itamaraty e mobilizou grande multidão que veio prestar as últimas homenagens ao grande estadista, cujos serviços e nome ficarão eternamente vivos na memória brasileira.

O período em que José Maria da Silva Paranhos Júnior ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores foi de fundamental importância para o Brasil, pois, ao longo dos dez anos em que exerceu o esse cargo⁶², o Brasil logrou equacionar diversos conflitos e pendências de limites, bem como aumentar seu prestígio no cenário internacional. Ainda que nem todos o apoiassem – havia, como vimos, críticos de sua obra, como Salvador de Mendonça e Oliveira Lima – o prestígio que alcançou ainda em vida foi imenso. Nas palavras do deputado Dunshee de Abranches, foi o “maior dos brasileiros” (GOES FILHO, 2002, p. 117).

Para Synesio Goes Filho (2002, p. 133), por fim, a influência de Rio Branco estende-se mesmo até os dias de hoje.

Como fez muito e foi vitorioso em quase tudo, seus sucessores procuraram, com mais ou menos razão atribuir-lhe suas iniciativas mais importantes. Alguns exemplos: Oswaldo Aranha, ao pleitear que o Brasil entrasse na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Estados Unidos, sempre alegava o precedente de Rio Branco; Mario Gibson Barboza defendia o decreto das 200 milhas da costa brasileira como extensão da obra de fechamento das fronteiras de Rio Branco.

⁶¹ Grande admirador da Inglaterra, Nabuco exerceria sua posição diplomática de maior relevo justamente na embaixada brasileira nos Estados Unidos.

⁶² Rio Branco permanece, até hoje, como o ministro que durante mais tempo ininterrupto ocupou a chefia do ministério das relações exteriores.

3. A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS E AS REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA E DE DIPLOMATAS ESTADUNIDENSES ACERCA DA AMÉRICA LATINA E DO BRASIL

O objetivo deste capítulo é realizar uma análise de como os Estados Unidos conduziram e justificaram sua política externa no final do século XIX e na primeira década do século XX e de como o Brasil e a América Latina foram vistos por setores da imprensa e por diplomatas norte-americanos. Para tanto, será feita, inicialmente (item 1), uma exposição das características domésticas dos Estados Unidos no período em foco – na medida em que elas foram determinantes para a formulação da política exterior estadunidense, a qual é o objeto do item 2. Nesse item, abordam-se tanto as condicionantes dessa política (econômicas, ideológicas, estratégicas etc.) como as etapas que ela percorreu.

O item 3 é dedicado a algumas considerações sobre o papel da imprensa nos Estados Unidos no período, em particular a importância do jornal *The New York Times* (NYT), o qual serviu de fonte para essa pesquisa (item 4 do presente capítulo). Nos itens 5 e 6, foram analisadas as interpretações da diplomacia, por meio dos discursos e textos que o Secretário de Estado estadunidense Elihu Root e o jurista e diplomata John Basset Moore fizeram das relações exteriores dos Estados Unidos e do papel representado pelo Brasil no continente americano.

3.1. ESTADOS UNIDOS: O QUADRO INTERNO

O período entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX modificou substancialmente o panorama político, econômico, demográfico e cultural dos Estados Unidos. No plano político, em 1896, a vitória de William McKinley, do partido republicano, deu origem ao chamado Quarto Sistema Partidário⁶³ (*Fouth Party System*), o qual conheceu o

⁶³ Os cientistas políticos dos Estados Unidos dividem a história política norte-americana nos chamados Sistemas Partidários, isto é, períodos caracterizados por certas constantes nos embates e nas discussões políticas. O Terceiro Sistema Partidário, por exemplo, havia sido marcado pelos debates em torno da Reconstrução do Sul e da participação dos negros na vida política.

domínio do *Gran Old Party* (Partido Republicano⁶⁴) e que se estendeu até 1932, quando uma nova conjuntura – a da Crise de 1929 – determinou uma mudança no equilíbrio das forças políticas nos Estados Unidos da América.

Além de ter presenciado o domínio republicano, o Quarto Sistema Partidário caracterizou-se também pela defesa de uma série de reformas nas instituições dos Estados Unidos, entre elas educacionais, bancárias e eleitorais, as quais estão relacionadas ao chamado movimento progressista. O argumento central dos adeptos desse movimento era o de que apenas um Estado mais atuante poderia ser capaz de conduzir o país a melhorias sociais.

No plano demográfico, a grande chegada de imigrantes, especialmente a partir da década 1880, elevou a população estadunidense para 76 milhões de habitantes no início do século XX, permitindo a consolidação de grandes cidades, como Nova York, Chicago e Filadélfia (KARNAL et al, 2010, p. 175). Ao chegar aos Estados Unidos, esses imigrantes em geral ocupavam áreas pobres nas cidades e tinham de conviver com doenças como a febre amarela (KARNAL et al, 2010, p. 178).

O aumento demográfico contribuiu para o grande crescimento industrial norte-americano nesse período. Destaca-se, sobretudo, a formação de grandes empresas e trustes, os quais passaram a atuar no sentido de incentivar o governo dos Estados Unidos a conduzir uma política externa mais agressiva. Wall Street, o grande centro financeiro dos Estados Unidos, consolida-se precisamente nessa época. Grandes empresas como a International Harvester, a Carnegie Steel, a Standard Oil e a United Fruit Company⁶⁵ passaram a dominar a vida econômica dos Estados Unidos.

O crescente poder das grandes indústrias, entretanto, não era compartilhado com os trabalhadores. Nesse sentido, esse período também se caracterizou pela emergência de movimentos sociais que contestavam o modelo econômico e social dominante: feministas, religiosos, sindicalistas, entre outros, propunham novos caminhos e criticavam a falta de direitos políticos, a miséria nas cidades grandes e a concentração de renda nas mãos dos magnatas da indústria (KARNAL et al, 2010, p. 176). Alguns chegavam a propor medidas radicais. O assassino do presidente William McKinley (1901), por exemplo, era um militante anarquista influenciado pelas ideias de Bakunin, teórico dessa corrente que pregava abertamente a conquista do poder por meios violentos.

⁶⁴ À exceção dos oito anos de mandato do democrata Woodrow Wilson (1913-1921).

⁶⁵ Essa empresa esteve presente nos países da América Central, Caribe e em alguns países da América do Sul (como Colômbia e Equador) desde 1899, quando foi fundada. Ela se tornou, de certa forma, um dos símbolos do imperialismo norte-americano e esteve envolvida em episódios como o golpe que depôs o presidente Jacobo Arbenz na Guatemala, em 1954.

A organização sindical norte-americana, porém, enfrentou alguns obstáculos que dificultaram seu êxito. Entre eles, podemos citar as divisões ideológicas entre brancos e negros, entre nativos e imigrantes e entre homens e mulheres. No que diz respeito à questão racial, o período em tela foi marcado por uma série de tensões entre as populações negras e as brancas. Apesar de terem conquistado a liberdade após a Guerra Civil (1861-1865), os negros americanos estavam excluídos do jogo político e dos direitos civis. Em especial no Sul Profundo (*Deep South*)⁶⁶, os negros tinham de conviver com práticas segregacionistas e com grupos, como a Ku Klux Klan, dedicados a aterrorizar as chamadas populações de cor.

3.2 A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA

Entre 1814, quando tem fim a guerra entre norte-americanos e ingleses (a chamada II Guerra de Independência) e 1898, quando os Estados Unidos derrotaram a Espanha na guerra hispano-americana, o governo dos Estados Unidos manteve-se, em geral, alheio à política internacional mundial (KARNAL et al, 2010, p. 165). O interesse pelos assuntos externos, entretanto, existia, já que era necessário – especialmente após a década de 1850, período em que os Estados Unidos completaram sua Marcha para Oeste – conquistar mercados e abrir possibilidades de investimentos em outros países (RÉMOND, 1989). Da mesma maneira, a ideia de que os Estados Unidos eram um país destinado a expandir-se e a espalhar suas instituições pelo mundo afora era bastante difundida.

Desse modo, aspectos econômicos e aspectos ideológicos conjugaram-se para que, na segunda metade do século XIX e, especialmente, na última década desse século, uma nova política externa, mais agressiva, fosse adotada. Em 1896, o retorno do partido Republicano⁶⁷ ao poder com McKinley determinou um impulso para a política imperial dos Estados Unidos, que iniciam seu período verdadeiramente imperialista. (RÉMOND, 1989)

Sobre a década de 1890, George C. Herring (2008, p. 299) afirma que

Durante aquela tumultuada década, o ritmo da atividade diplomática acelerou-se. Os americanos se interessaram mais por acontecimentos no exterior e se lançaram com mais vigor na defesa do que percebiam como interesses.

⁶⁶ Termo que se refere a estados como Alabama, Mississípi e Carolina do Sul, áreas onde as características mais típicas do Sul (plantation, valores aristocráticos e racistas) predominavam e ainda predominam, em certa medida.

⁶⁷ Já nesse período, os republicanos defendiam uma política externa mais ativa, sendo favoráveis, em geral, a expansão no Caribe e no Pacífico. Os democratas, por sua vez, eram mais reticentes a políticas imperiais.

Os Estados Unidos, então, passaram a se reconhecer – e serem reconhecidos como – atores importantes no cenário internacional, mesmo que, como veremos a seguir, não tenham adotado uma postura verdadeiramente global nas primeiras décadas do século XX. Uma manifestação desse crescente prestígio norte-americano deu-se em 1892, quando os países europeus elevaram para embaixador o status de seus ministros em Washington, reconhecendo, portanto, o poder da nação emergente. Um ano depois, o próprio governo dos Estados Unidos criou o cargo de embaixador – até então os diplomatas norte-americanos tinham o status menos elevado de ministros (HERRING, 2008, p. 300). Foi nesse período que os Estados Unidos passaram ativamente a estender sua força para os países da América Latina. Nota-se, pois, que a gestão do Barão do Rio Branco ocorreu em um momento em que o colosso do norte vivenciava nítido processo de expansão, o que contribuiu, como vimos no capítulo 2, para o cálculo político que Rio Branco fez ao se aproximar do governo norte-americano.

3.2.1 AS MOTIVAÇÕES ECONÔMICAS

Grande parte do crescimento do interesse norte-americano por política externa que se verifica na segunda metade do século XIX tem origem em causas econômicas. A expansão comercial dos Estados Unidos pelo Caribe, Pacífico e Ásia Oriental data já da década de 1850. A vontade de expandir o comércio exterior levou o governo norte-americano, naquele momento, a participar das disputas imperialistas que ocorriam no Extremo Oriente.

No contexto da Segunda Revolução Industrial, os Estados Unidos, donos de vastos recursos territoriais e demográficos, cresciam rapidamente e, junto da Alemanha⁶⁸, passaram a rivalizar com a Inglaterra em termos de poderio industrial. A conquista do Oeste e a consolidação dos Estados Unidos continentais – ocorrida em 1853 com a Gadsen Purchase⁶⁹ - significaram um aumento muito grande de territórios e recursos.

⁶⁸ O crescimento industrial alemão, já estimulado por certas medidas como a criação de uma zona aduaneira (Zollverein) entre os diversos estados alemães, em 1834, tornou-se realmente significativo após a unificação, em 1871.

⁶⁹ A vitória na Guerra contra o México permitiu aos Estados Unidos incorporar vastas extensões de território, como a Alta Califórnia e o Novo México. Em 1853, por meio de uma compra, os Estados Unidos adquiriram outra porção do território mexicano (área equivalente, à da Escócia) e completaram sua formação territorial continental.

O fim do século XIX e, sobretudo, a década de 1890, assiste ao surgimento de grandes empresas, as quais controlavam os rumos da economia norte-americana. A concentração do poder econômico foi assim analisada por Arthur S. Link (1963, p. 92-3):

O fato destacado não foi o crescimento da riqueza americana, pois isso refletia uma economia em expansão e saudável, mas sim a surpreendente concentração do controle, ocorrida entre bancos e companhias de seguro, e a transformação dos principais banqueiros de investimento, que passaram de empreendedores do capital a forças dominantes na economia americana.

A Casa Morgan e o Grupo Rockefeller, em especial, eram grandes impérios financeiros que dominavam a cena econômica nos Estados Unidos. Segundo Link (1963, p. 94) na época esses dois grupos gigantes constituíam o coração da vida comercial e econômica da nação.

Para conter o crescente poder de monopólio desfrutado pelas grandes corporações, o governo norte-americano aprovou, em 1890, uma lei (*Sherman Act*) que tinha como intuito limitar a atuação de cartéis e trustes, os quais feriam os princípios de livre competição e impunham aos consumidores preços mais altos. De aplicação ainda modesta na década de 1890, a legislação antitruste teve no presidente T. Roosevelt um de seus grandes defensores.

Como essa política doméstica de combate aos monopólios se relaciona com a política externa dos Estados Unidos? Um dos resultados dela foi o de estimular a busca por alternativas de expansão econômica fora do território estadunidense. A expansão imperial, portanto, abria possibilidades de enriquecimento e de válvula de escape para as tensões internas (negros X brancos, homens X mulheres etc.), bem como possibilitava aos grandes industriais buscar mercados externos para desafogar suas necessidades de acumulação e reprodução de capital. A conquista das Filipinas, em 1898, por exemplo, foi vista pelos grandes homens de negócio como a chance de transformar Manila “num grande depósito para o comércio americano no Extremo Oriente” (LINK, 1963, p. 232).

O expansionismo norte-americano iniciado na última década do século XIX também está relacionado a um quadro interno de temor e de mau pressentimento (HERRING, p. 300). O pânico de 1893⁷⁰ levou diversas empresas à falência e elevou para 17% o nível de desemprego. O pânico, assim, contribuiu para o crescente apoio ao expansionismo, já que muitos industriais concluíram que era o mercado interno estava saturado e que era o momento para conquistar novos mercados. Após a recuperação, a primeira década do século XX

⁷⁰ A década de 1880 havia sido caracterizada por grande crescimento econômico nos Estados Unidos. Tal crescimento, entretanto, fez com que diversas companhias ferroviárias produzissem em escala que não foi acompanhada pelo mercado, gerando uma superprodução, a qual estimulou uma crise em âmbito nacional.

caracterizou-se, por sua vez, por um clima de otimismo, o qual também estimulou a expansão dos Estados Unidos.

3.2.2 AS MOTIVAÇÕES IDEOLÓGICAS, AS ESTRATÉGIAS E OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA EXTERNA UTILIZADOS

Além desses motivos econômicos, não se deve negligenciar outros aspectos que influíram no processo de expansão imperial dos Estados Unidos. A própria ideia do Destino Manifesto, arraigada no imaginário norte-americano desde os dias da independência, contribuiu para a empreitada imperial. De acordo com essa ideologia, os Estados Unidos eram um país escolhido por Deus: havia sido assim em 1776, quando a independência foi conquistada, continuou a ser assim por ocasião da conquista do Oeste e permanecia como um combustível para as conquistas imperiais que ocorreram desde o final do oitocentos.

Outro fator ideológico importante está relacionado à Doutrina Monroe e à reinterpretação que o presidente Theodore Roosevelt conferiu a ela na primeira década do século XX. Por meio da Doutrina de 1823, como vimos no Capítulo 2, os Estados Unidos afirmaram que não permitiriam tentativas europeias de recolonizar a América Latina. Ainda que a atitude norte-americana fosse de certa forma desnecessária – autores como Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2002) indicam que Espanha e Portugal não tinham mais força para reativar seus impérios coloniais na América Latina -, ela servia como demonstração das intenções que os Estados Unidos tinham em aumentar sua esfera de influência.

No início do século XX, essa doutrina foi ampliada e os Estados Unidos reservaram-se o direito de intervir nas repúblicas latino-americanas quando assim julgassem conveniente. O Corolário Roosevelt serviu de justificativa para diversas operações militares na América Latina. Algumas destas – como a participação na independência de Cuba, em 1898, - são mesmo anteriores à formulação oficial do Corolário. Outras, como a interferência na Nicarágua, são posteriores.



71

O período que se estende do final do século XIX aos primeiros anos do século XX ficou conhecido, assim, como o período do *Big Stick* (o grande porrete), devido a essas interferências nos assuntos domésticos dos demais países latino-americanos. O termo originou-se do provérbio africano “fale mansamente e carregue um porrete”. Roosevelt utilizou pela primeira vez esse termo durante um discurso na cidade de Minnesota, em 1901.

A política do Big Stick assentava-se também na crença de que seria um dever dos Estados Unidos intervir em determinadas áreas do globo para que a civilização fosse difundida. Nesse momento, a política externa norte-americana lembrava a tese europeia de que era preciso disseminar os valores da “civilização” na África e na Ásia. A ideia da superioridade cultural – presente desde o século XVI, com o colonialismo mercantilista – ganhava, portanto, novas proporções na época do imperialismo.

É precisamente desse período o poema do inglês Rudyard Kipling, *O Fardo do Homem Branco* (*The white man's burden*), o qual exortava os Estados Unidos a difundirem os valores civilizatórios nas Filipinas. Theodore Roosevelt, de fato, acreditava que povos “bárbaros” fossem um grande perigo para a “civilização” e que, portanto, o uso da força era legítimo para mantê-los na linha.

A utilização de empréstimos e vantagens comerciais como meio para cooptar as elites dos países latino-americanos também foi empregada, sobretudo a partir de 1909, durante a presidência de William Howard Taft. As armas, assim, seriam substituídas pelos dólares, o que implicava empréstimos e financiamentos que seriam concedidos a países sobretudo da América Central. Tal política em alguns casos se exerceu por meio do controle que os Estados

⁷¹ Charge de William Allen Rogers (1854-1931), de 1904, retrata a política do Big Stick na América Latina. Rogers era um conhecido cartunista político nos Estados Unidos. Disponível em: <http://americanhistory.si.edu/militaryhistory/exhibition/zoomify.asp?id=1937&type=g&width=640&height=480&hideAlt=1> Acesso em: 24.09.2010

Unidos tinham sobre as aduanas desses países. Justificando sua política externa, Taft afirmou que

Essa política se caracterizou por substituir balas por dólares. É uma política que apela a sentimentos idealistas humanitários, aos ditames de uma estratégia e política claras e a objetivos comerciais legítimos. É um esforço francamente dirigido ao aumento do comércio americano sob o princípio axiomático de que o governo dos Estados Unidos deve estender apoio adequado a toda legítima [...] empresa no exterior.⁷²

Até a década de 1930, quando uma nova conjuntura política global exigiu que os Estados Unidos mantivessem relações mais cordiais com a América Latina⁷³, esses dois instrumentos foram muito utilizados.

No quadro do pensamento estratégico e militar do final do século XIX, o governo dos Estados Unidos, influenciados pela obra do almirante Alfred Mahan⁷⁴, buscava ampliar seu poder naval, o que implicava avanços tanto no Caribe como no Oceano Pacífico. O presidente Theodore Roosevelt, em particular, era grande admirador de Mahan. Em sua presidência, a Marinha estadunidense tornou-se moderna e preparada para missões em regiões distantes. O número total de navios de guerra elevou-se de 11, em 1898, para 36, em 1913, número inferior apenas ao da Grã-Bretanha – ainda a rainha dos mares – e ao da Alemanha, em plena expansão não apenas na África, mas também no Pacífico e na Ásia.

A tese da fronteira (*the frontier thesis*) de Fredrik Jackson Turner também está relacionada a esse contexto. Para Turner, a própria vitalidade do espírito e das instituições do povo norte-americano era estimulada por uma constante expansão rumo ao oeste. Essa premissa de Turner foi interpretada por estadistas como McKinley e Roosevelt como um indício de que os Estados Unidos deveriam se lançar à expansão marítima (já que a conquista do Oeste já havia sido completada).

⁷² *Documents relating to American foreign policy between 1898 and 1914*. Disponível em: <<http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/taft2.htm>> Acesso em: 10.10.2010

⁷³ As elevadas tensões da década de 1930 exigiram que os Estados Unidos mantivessem boas relações com os países latino-americanos, o que se materializou na chamada Política da Boa Vizinhança, posta em prática por Franklin Delano Roosevelt

⁷⁴ O Almirante Alfred Mahan (1840-1914) foi um dos primeiros teóricos da geopolítica. Para ele, para que um país alcançasse hegemonia mundial, era preciso que controlasse os mares.

3.2.3 A GESTAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE UMA POLÍTICA IMPERIAL (1850-1910)

Como mencionado acima, a partir da década de 1850, os Estados Unidos iniciaram um movimento de expansão marítima, em especial em direção ao Pacífico e ao Extremo Oriente. Em 1854, a expedição do Comodoro Perry ao Japão deu início à participação estadunidense no processo de disputas imperiais na Ásia. Junto a outros países, os Estados Unidos defenderam, na China e no Japão, a política da porta aberta (*Open Door Policy*), a qual enfatizava a necessidade de assegurar que os mercados asiáticos absorvessem as mercadorias produzidas nos países industrializados (Europa Ocidental e Estados Unidos) os quais viviam a Segunda Revolução Industrial. A expedição comandada por Perry pôs fim a um período de isolamento japonês que vinha desde o século XVII.⁷⁵

A compra do Alaska, em 1867, por um preço irrisório⁷⁶ (ainda não se sabia das riquezas minerais do futuro estado norte-americano) constitui outro passo no expansionismo dos Estados Unidos na segunda metade do oitocentos. No Havaí, um reino independente no meio do Pacífico, os Estados Unidos começaram a exercer influência por meio tanto de empresas dedicadas à exploração da terra (frutas, cana-de-açúcar), como por meio de missionários, que se dedicavam a espalhar as doutrinas evangélicas. Na prática, foi estabelecido um protetorado sobre o arquipélago havaiano.

A partir da eleição de McKinley, os Estados Unidos também se lançaram com mais ímpeto a seus objetivos expansionistas. O governo anterior, do democrata Grover Cleveland, havia sido caracterizado por certa reticência quanto aos avanços imperiais dos Estados Unidos.

Para René Rémond (1989), a década de 1890 assistiu ao início efetivo do imperialismo dos Estados Unidos. O ano de 1898, em particular, presencia dois acontecimentos relevantes: a anexação do Havaí e a participação norte-americana na guerra de independência de Cuba.

O Havaí, em junho desse ano, foi anexado, tornando-se um território dos Estados Unidos. Em Cuba, onde um movimento emancipacionista vinha sendo conduzido pelo jornalista José Martí, os Estados Unidos intervêm após o incidente com o navio Maine⁷⁷.

⁷⁵ Até então, apenas os holandeses tinham acesso ao Japão

⁷⁶ 7,2 milhões de dólares, o que equivalia a 2 centavos por acre de terra.

⁷⁷ Esse navio dos Estados Unidos explodiu em 15 de fevereiro de 1898. Ainda que o verdadeiro motivo da explosão nunca tenha sido provado, os norte-americanos culpam a Espanha, precipitando, assim, a Guerra Hispano-americana.

Combatendo um inimigo fragilizado – a Espanha de fins do século XIX já havia perdido quase todas as suas colônias e, no cenário europeu, não conseguia competir com países como Reino Unido e Alemanha, que viviam intenso processo de industrialização – os estadunidenses vencem a guerra. Como resultado, anexam Porto Rico⁷⁸ e Guam e estabelecem uma espécie de protetorado sobre Cuba, além de conquistar as Filipinas.

Em Cuba, a Emenda Teller, promulgada em 1898, impedia que os Estados Unidos anexassem desrespeitassem a independência desse país. Assim, três anos depois, buscou-se um outro caminho: a Emenda Platt à Constituição cubana realmente respeitou – em teoria – a independência cubana, mas garantiu aos Estados Unidos o direito de intervir na ilha, caso considerassem necessário. A Emenda afirmava o seguinte:

O governo de Cuba consente que os Estados Unidos possam exercer o direito de intervir para a preservação da independência cubana... assegurando dessa forma a proteção ao povo e ao comércio de Cuba bem como ao comércio e ao povo dos portos do sul dos Estados Unidos⁷⁹

A vitória sobre a Espanha fez com que a partir de 1898 as potências europeias aceitassem “o pressuposto de que a antiga colônia britânica tinha os olhos voltados a crises mundiais” (KARNAL, 2010, p. 166). É de se notar, também, que a vitória dos Estados Unidos na guerra hispano-americana assinalou o fim do império espanhol na América.

Em 1901, o então Secretário de Estado, John Hay, exerceu pressão sobre o governo da Nicarágua para que este aceitasse a construção de um canal ligando os oceanos Atlântico e Pacífico em território nicaraguense.⁸⁰ Uma ligação rápida entre a costa oeste e a leste dos Estados Unidos era, de fato, uma necessidade já sentida pelos estadistas de Washington. Devido a razões legais e políticas, os Estados Unidos acabaram optando por construir tal canal no Panamá, então parte integrante da Colômbia. Para facilitar a construção, o governo norte-americano estimulou um movimento separatista no Panamá, o qual acabou conquistando sua independência em 1904, em um episódio típico da política do Big Stick.⁸¹ A construção do

⁷⁸ Porto Rico terá grande importância para os Estados Unidos para o controle do Canal do Panamá, inaugurado em 1914. Do ponto de vista econômico, Washington modificou as estruturas da ilha, que deixou de ter uma agricultura policultora para ter uma economia baseada na produção em larga escala de açúcar. É interessante notar que processo análogo ocorria em outras áreas do mundo devido à ação das potências europeias.

⁷⁹ *The Government of Cuba consents that the United States may exercise the right to intervene for the preservation of Cuban independence ... thereby assuring protection to the people and commerce of Cuba, as well as to the commerce of the Southern ports of the United States and the people residing therein.* Texto original disponível em: <<http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/platt.htm>> Acesso em: 15 de novembro de 2010.

⁸⁰ Clima mais favorável e menores dificuldades de engenharia fizeram com que a Nicarágua fosse cogitada como primeira possibilidade para a construção do canal.

⁸¹ O acordo que selou a construção do canal determinou que os Estados Unidos teriam soberania completa sobre uma faixa de terra de 10 milhas no Panamá e que pagariam ao governo panamenho um pagamento de 10 milhões

canal foi considerada uma grande vitória: os Estados Unidos haviam sido exitosos em uma empresa em que os europeus haviam falhado (pois a ideia inicial era a de que os ingleses e franceses o construiriam). Ademais, o canal simbolizou a engenhosidade estadunidense e mesmo foi visto como uma medida humanitária, já que os esforços para se conter a febre amarela na região eram aplaudidos.

Os investimentos que o governo estadunidense fazia em Cuba, Porto Rico e Filipinas, como construção de estradas, ferrovias, programas de combate a doenças, entre outros, contribuíam para fortalecer o argumento de que o domínio dos Estados Unidos era benéfico. W. Howard Taft declarara, antes de se tornar presidente, em 1909, que “estamos fazendo o trabalho de Deus” (HERRING, 2008, p. 366).

É preciso que se ressalte que, assim como hoje, as políticas interna e externa dos Estados Unidos era algo que gerava debates e rivalidades entre diferentes grupos. Nem todos se colocavam a favor da expansão imperialista. Havia, por exemplo, quem se opusesse à anexação das Filipinas por motivos raciais: a composição étnica dos Estados Unidos seria contaminada com o sangue asiático. Já em 1882, quando muitos imigrantes chegavam aos Estados Unidos, havia sido promulgada uma lei que proibia a entrada de chineses em solo estadunidense.⁸²

Além dessas dissensões internas, também é necessário destacar, conforme mencionado anteriormente, que os Estados Unidos não se tornaram, após 1898, um ator de grande presença na política internacional mundial. Os presidentes McKinley e Roosevelt, por exemplo, não se envolveram na política de formação de alianças que ocorria na Europa no mesmo tempo. Da mesma maneira, nenhuma outra colônia foi conquistada após a anexação de Porto Rico, de Havaí, e de Guam.

Ironicamente, as intervenções dos Estados Unidos na América Latina, levadas a cabo supostamente para pôr fim à instabilidade da região, acabaram contribuindo para que esta aumentasse. A “supervisão benevolente”, portanto, não era benevolente para aqueles que tinham de se sujeitar à supervisão. Mesmo que tenha havido a disseminação de um sentimento anti-americanista, os exemplos de contestação à presença dos Estados Unidos, como em Cuba, após a Emenda Platt, ou na Nicarágua, com o nacionalista José Santos Zelaya, eram abafados pelas tropas norte-americanas.

de dólares mais 250 mil dólares anuais. Determinou-se, por fim, que os Estados Unidos se comprometeriam a proteger a recém adquirida independência do Panamá.

⁸² No Brasil, no mesmo período, a entrada de chineses também foi restringida. Os japoneses, entretanto, eram vistos como os “alemães da Ásia”.

A inconsistência do discurso norte-americano foi percebida também pelos russos. Quando, no início do século, o governo dos Estados Unidos, pressionado pela crescente (em número e poder) comunidade judaica, procurou pressionar a Rússia devido a maus-tratos sofridos pelos judeus nesse país⁸³, o embaixador da Rússia em Washington respondeu que os Estados Unidos não tinham o direito de criticar os russos, já que praticavam atos de discriminação contra negros e chineses em seu território. O episódio é interessante porque demonstra como a comunidade judaica – a qual crescera enormemente desde a década de 1880⁸⁴ – estava se transformando em um dos *lobbies* mais importantes na vida política dos Estados Unidos (Herring, 2008, p. 353).

3.3 A IMPRENSA NORTE-AMERICANA

Ainda que a produção jornalística norte-americana remonte ao século XVII, com a publicação dos primeiros jornais, é apenas no século XIX que a imprensa se torna um item de consumo diário. Os anos finais desse século, em especial, assistiram à multiplicação do número de periódicos, bem como ao aumento do público leitor. Além disso, a era progressista, com seus diversos movimentos em prol de mudanças sociais, estimulou o crescimento da importância dos meios de comunicação. Para Arthur S. Link (1963, p. 75)

O outro [sendo a religião o primeiro] instrumento da educação social, a imprensa, tornou-se mais poderoso entre 1897 e 1920, ganhando entre as massas do povo maior influência do que nunca. [...] E isso ocorreu porque o jornalismo americano foi literalmente transformado e recriado, porque jornais e revistas deixaram de servir apenas às classes média e superior, educadas, e tornaram-se uma força vital na vida das massas.

Esse crescimento do poder da imprensa também se manifestou por meio da criação e reorganização de agências de notícias. A *Associated Press*, por exemplo, foi reorganizada em 1900 (havia sido fundada em 1846), enquanto a *United Press* foi criada em 1907. Essas duas agências passariam a ter desde então grande poder nos Estados Unidos. Da mesma forma, avanços técnicos na área da tipografia possibilitaram “a produção de revistas em massa, e

⁸³ Uma série de progridis eclodiu na Rússia entre 1903 e 1906.

⁸⁴ Perseguidos em grande parte da Europa Oriental, cerca de 2 milhões de judeus imigraram para os Estados Unidos entre 1880 e 1924.

isso, por sua vez, estimulou o início, na década de 1890, de vários periódicos”. (Link, 1963, p. 76 e segs.)

Uma das facetas da atividade jornalística de então era o chamado jornalismo amarelo. Em suma, pode-se afirmar que tal tipo de jornalismo aborda os acontecimentos de maneira sensacionalista, representando-os de maneira exagerada e recorrendo aos sentimentos do povo. O jornalismo amarelo foi especialmente importante por ocasião da Guerra hispano-americana⁸⁵. A explosão do Maine foi habilmente utilizada pela imprensa dos Estados Unidos para inflamar os sentimentos dos cidadãos norte-americanos, os quais apoiaram o pedido do presidente McKinley para que o Congresso autorizasse o uso da força contra a Espanha. Ao longo do conflito, repórteres americanos que haviam ido a Cuba cuidavam de destacar a suposta crueldade dos soldados espanhóis.

Em um período de acelerada urbanização e industrialização, a imprensa aparecia, portanto, como um instrumento importante que os governos e corporações poderiam utilizar para conquistar apoio a suas pretensões (Theodore Roosevelt, em especial, foi um mestre da arte das relações públicas, tendo utilizado a imprensa para monopolizar as notícias) (HERRING, 2008, p. 345).

. Para tanto, contribuiu o próprio fato de que as empresas jornalísticas não escapavam do contexto econômico mais amplo dos Estados Unidos: tornaram-se comuns, no período, a formação de cadeias de jornais sob o controle do mesmo dono. O poder da imprensa variava, entretanto, de acordo com a geografia: as áreas mais urbanizadas e cosmopolitas da costa leste (Nova York, Boston, entre outras cidades) e as da costa oeste (Los Angeles, São Francisco) eram mais suscetíveis ao poder dos periódicos (HERRING, 2008, p. 346).

Por sua vez, o jornal *The New York Times*, atualmente um dos mais conhecidos em todo o mundo, foi fundado em 1851 por Henry Jarvis Raymond e George Jones. Em 1896, Adolph Ochs adquiriu-o. Nesse momento, o jornal passou a adotar uma postura apartidária (até então, havia apoiado o Partido Republicano). Foi a partir desse momento que o *Times* alcançou reputação internacional como um dos principais jornais do mundo, atingiu grande circulação (apostando em preços baixos, o que favorecia as camadas mais populares) e passou por um processo de profissionalização.

⁸⁵ O grande nome do jornalismo amarelo de então era William Randolph Hearst, dono de uma vasta cadeia de jornais e que desempenhou papel importante na divulgação de imagens sensacionalistas que contribuíram para a eclosão da Guerra Hispano-Americana.

3.4. AS REPRESENTAÇÕES ACERCA DA AMÉRICA LATINA E DO BRASIL NO JORNAL *THE NEW YORK TIMES*

A leitura dos arquivos online de *The New York Times* permite analisar que tipo de representações acerca do Brasil, em geral, e da política externa brasileira, em particular, eram publicadas no período abordado. Uma análise mais ampla, qual seja, a maneira pela qual a América Latina era retratada, também é possível. Creio que focalizar essa região é importante por dois motivos. Em primeiro lugar, muito do que se dizia acerca dos países latino-americanos poderia ser aplicado também ao Brasil. Assim, pode-se tentar reconstruir a visão geral que os jornalistas do Times tinham dos latinos. Em segundo, há momentos e contextos nos quais o Brasil é apresentado ao leitor como uma área diferenciada dentro da América Latina. Nesses casos, cabe procurar compreender por que e como isso ocorria.

A análise das reportagens do NYT revela que, de uma maneira geral, a América Latina era compreendida pelos jornalistas do periódico e apresentada ao leitor como uma área incapaz de se auto-governar. Tereza Maria Spyer Dulci, em artigo intitulado *Conferências Pan-Americanas (1889-1928): a questão das identidades*, analisou o discurso norte-americano face aos países da América Latina e chegou a conclusões semelhantes. Segundo essa autora,

[...] os ‘países ao sul de nós’ eram essencialmente agrários, incivilizados, com um passado colonial muito aproximado, países perfeitos para escoar a produção industrial norte-americana através dos tratados de reciprocidade comercial. Nos recortes de jornais, descreve-se o outro (o restante da América) em termos de um déficit ou vácuo perene, e atribui-se sentido ao papel civilizatório dos norte-americanos na região (DULCI, 2008, p. 4).

Tais representações estavam de acordo com os princípios do citado corolário Roosevelt. Dessa forma, embora os aspectos econômicos mencionados fossem as motivações principais do corolário, deve-se ressaltar que o discurso de que a América Latina era uma região atrasada, caracterizada pelo banditismo, por pronunciamentos militares e pelo domínio de oligarquias anti-democráticas contribuiu para legitimá-la. A tutela imposta pelos Estados Unidos, portanto, deveria ser aceita. Esse discurso é constante nas reportagens do NYT desse período. Em artigo publicado em 7 de fevereiro de 1903, por exemplo, um articulista chamado William Macdonald⁸⁶ afirma o seguinte:

⁸⁶ Historiador e jornalista. Era professor de História da Universidade Brown.

O imbróglio venezuelano demonstra que as nações latinas são decadentes.(...) Se elas desejam serem preservadas nesse continente, elas devem, como os aborígenes, aceitar a tutela da grande Nação criada por Deus (NYT, 7 fevereiro de 1903).⁸⁷

O imbróglio venezuelano a que a reportagem se refere envolvia dívidas do governo de Caracas com a Inglaterra, a Alemanha e a Itália. Navios ingleses e alemães chegaram a bombardear o litoral venezuelano, exigindo o pagamento.⁸⁸ Os Estados Unidos não puseram em prática o espírito da doutrina Monroe e afirmaram que somente impediriam ataques europeus à América Latina caso o objetivo fosse recolonizar o continente. Esse episódio foi relevante para o desenvolvimento do Direito Internacional Público, pois foi nesse contexto que surgiu a Doutrina Drago. Tal doutrina, elaborada pelo então ministro das Relações Exteriores da Argentina, Luís Maria Drago, postulava que nenhum Estado podia utilizar meio coercitivos para cobrar dívidas. O Brasil não se opôs ao bloqueio naval imposto pelos europeus, o que gerou certo conflito com a Argentina, como veremos depois.

Mais interessante, entretanto, é notar como o autor do artigo se refere às nações latinas. A ideia de que estas fossem decadentes e atrasadas é apresentada, o que ia ao encontro do pensamento dominante nos meios políticos dos Estados Unidos. Em outra reportagem publicada em 1903 – um ano antes da elaboração oficial do Corolário Roosevelt - o jornal afirma o seguinte:

Há um sentimento crescente não apenas na Europa, mas também neste país [EUA] de que a política que fomos forçados a adotar sob o nome de Doutrina Monroe vai, ao final, envolver uma responsabilidade que até agora não foi reconhecida. Exatamente qual será a natureza ou a extensão dessa responsabilidade ou de que maneira será imposta ou dispensada é ainda cedo para dizer. [...] **Caso deixemos os países sul-americanos a sua própria sorte, a disputa pela América do Sul começará do dia para a noite e não seria menos sangrenta que a partilha da África.** A Doutrina Monroe é uma doutrina para a preservação da paz⁸⁹ (NYT, 1 de janeiro de 1903). (grifos meus)

A presença estadunidense na América Latina era justificada, portanto, com base na afirmação de que os países dessa região não tinham capacidade de auto-governo. Assim,

⁸⁷ *The Venezuelan imbroglio shows that the Latin Nations are decadent. (...) If they are to be preserved on this continent, they must, like the aborigines, come under the tutelage of the Great Nation raised by God.*

⁸⁸ Conforme assinala E. Hobsbawm em *A Era das Revoluções (1997)*, governos latino-americanos inadimplentes eram comuns no final do século XIX e inícios do XX.

⁸⁹ *There is a growing feeling not only in Europe, but in this country, that the policy we have been compelled to adopt under the title of the Monroe Doctrine will ultimately involve a responsibility that has not heretofore been recognized. Exactly what will be the nature or extent of that accountability or by what means it will be imposed or discharged, it is too soon to say. (...) should we leave South American States to their own devices, the scramble for South America would begin over night, and it would not be bloodless like the partition of Africa. [...] The Monroe policy is a policy for the preservation of peace.*

deixá-los a própria sorte daria origem a um processo de “partilha da América Latina” por parte dos países europeus. A possibilidade de que o mesmo processo de disputa imperialista que ocorria na África (continente dividido pelas potências europeias durante a Conferência de Berlim, de 1884) e na Ásia e no Pacífico – era utilizada como pretexto para as pretensões dos Estados Unidos. Isso ocorria ainda que, conforme mencionado acima, os países europeus não tinham mais capacidade de exercer controle político sobre a América, exceto em algumas áreas do Caribe e do norte da América do Sul. Espanha e Portugal, em particular, já haviam perdido todas as suas colônias nessa região. A ameaça, no entanto, permanecia, ou ao menos era percebida como real, mesmo por estadistas latino-americanos, como Rio Branco, conforme destacamos no capítulo 2.

Em reportagem intitulada *O futuro da América do Sul*, publicada em 2 de abril de 1903, o jornal cita um artigo publicado em *The North American Review* por um articulista que adotou o pseudônimo de “um homem de negócios americano”. O autor do citado artigo comenta as possibilidades de desenvolvimento dos países da América do Sul. Segundo o jornal, esse escritor escreveu “sobre os pecados políticos e as incapacidades dos povos das repúblicas sul-americanas.”⁹⁰ O artigo torna-se mais interessante quando a Doutrina Monroe é mencionada. O autor do artigo, de acordo com o NYT, mostrou-se desfavorável a ela, já que afirmava que seria uma barreira que os Estados Unidos haviam imposto à América Latina⁹¹. A isso, o jornal responde que é uma visão que “ignorante da verdadeira natureza da Doutrina Monroe⁹²” (NYT, 2 de janeiro de 1903). Ou seja, a importância da presença dos Estados Unidos é ressaltada novamente pelo jornal. Outro trecho deixa mais claro a opinião do jornal a respeito do tema: opor-se à doutrina Monroe é classificado pelo NYT como uma atitude que privilegia os interesses dos europeus.

Quando o autor começa a declamar contra a Doutrina Monroe como uma barreira a qual os Estados Unidos impuseram contra o fluxo do progresso humano, condenando o grande continente da América do Sul ao eterno barbarismo, será logo notado que ele toma um posicionamento que é mais europeu que norte-americano. (NYT, 2 de janeiro de 1903)⁹³

⁹⁰ *Of the political sins and incapacities of the people of the Latin American republics.*

⁹¹ Isso demonstra como a política externa norte-americana não era consensual entre as elites intelectuais e políticas.

⁹² *Quite ignorant of the true nature of the Monroe Doctrine.*

⁹³ *When the writer begins to declaim against the Monroe Doctrine as a barrier which the United States has thrown across the stream of human progress, condemning the great continent of South America to everlasting barbarism, it will be seen at once that he takes a stand which is rather European than American.*

A influência alemã na América Latina é referência importante nas reportagens desse período. Naquele momento, a Alemanha passava por um processo de rápida modernização, bem como de conquistas imperiais. Havia o temor de que o Kaiser pudesse pôr em prática um plano de expansão na América do Sul, especialmente em áreas como o sul do Brasil e na Argentina, onde as colônias de alemães eram numerosas. O jornal expressa, portanto, o temor de que o continente sul-americano, compreendido como uma região em que a influência dos Estados Unidos deveria ser aceita, caísse na órbita alemã.

Esse possível crescimento da influência alemã foi abordado em matéria do dia 22 de março de 1903. Nesse artigo, o objetivo do governo de Berlim de manter sua influência cultural nas áreas colonizadas por alemães é destacado.

O programa pan-germânico também compreende a aquisição de colônias ou territórios na América Central e do Sul. [...] As classes comerciais alemãs, por sua vez, apoiam decididamente a expansão comercial na América do Sul e na América Central⁹⁴ (NYT, 22 de março de 1903).

Percebe-se, portanto, que o *New York Times* estava atento às relações que os países sul-americanos mantinham com os países da Europa e que havia o objetivo de preservar e reforçar a projeção dos interesses norte-americanos na América Latina. O governo dos Estados Unidos, pois, encontrava na imprensa um instrumento para obter êxito no processo de divisão de espaços na corrida imperialista.

Em relação ao Brasil, o jornal vinha acompanhando com atenção os principais acontecimentos que ocorriam no país. A passagem do regime imperial para o republicano, por exemplo, foi bem recebida pelo *New York Times*. Em reportagem publicada no dia 17 de agosto de 1890, o jornal informa que o Brasil havia evoluído política, financeira e socialmente desde o 15 de novembro. O autor da reportagem projeta um futuro bastante promissor para o Brasil e elogia a proclamação da república.

Em nenhum outro país, e por nenhum outro povo, poderia uma transformação tão maravilhosa ser concretizada de uma maneira tão notável como o foi nesse país o 15 de novembro⁹⁵ (NYT, 17 de agosto de 1890).

Nessa reportagem, a proclamação da República foi apresentada aos leitores como um acontecimento que trouxe progresso ao Brasil, como se percebe pelo seu título: *Brasil muito*

⁹⁴ *The Pan German program also comprises the acquisition of colonies or of territories in South and Central America. (...) The commercial classes in Germany on the other hand strongly favour German expansion in South and Central America.*

⁹⁵ *In no other country, and by no other people, could such a wonderful transformation have been wrought in such a remarkable manner as has been accomplished here since the 15th of November, 1889.*

*próspero: melhor do que no Império em todos os aspectos.*⁹⁶ Ainda se afirma, com claro exagero, que todo o povo estava contente com a república, e que a manutenção da integridade territorial era o desejo de todos os brasileiros.

Para o jornal, a economia era um dos setores em que era possível verificar a prosperidade brasileira. O êxito econômico propiciado pela vinda de imigrantes, por exemplo, é destacado. O autor lembra que muitos brasileiros haviam acreditado que a economia ruiria sem o trabalho escravo, mas que, ao final, o emprego da força de trabalho dos imigrantes – especialmente nas lavouras de café – gerou efeitos positivos para o país. Neste trecho da citada reportagem, lemos que

A experiência de substituir escravos por colonos italianos foi feita por dois ou três plantadores de café de São Paulo e o resultado foi além das expectativas. Os italianos provaram ser trabalhadores melhores e mais baratos que os escravos. De imediato, todos os preconceitos dos plantadores de São Paulo desapareceram e eles estimularam a colonização italiana (NYT, 17 de agosto de 1890).⁹⁷

O futuro próspero do Brasil já havia sido enfatizado em reportagem do dia 25 de novembro de 1889, poucos dias após a proclamação da república. A ameaça de desintegração territorial é desmentida e a “vontade do povo do Brasil” é destacada como o motivo principal para a queda da monarquia. A reportagem elogia o fato de a transição para o regime republicano ter acontecido sem derramamento de sangue. O apoio da Igreja Católica ao movimento também mereceu referência, devido a sua importância para o povo. Sobre a possibilidade de interferência externa, o jornal afirma que

qualquer tentativa de interferência da parte de outra nação fortaleceria o país e faria com que todos os brasileiros levantassem em sua defesa. O povo não permitiria qualquer interferência em seus assuntos domésticos (NYT, 24 de novembro de 1889).⁹⁸

Na mencionada reportagem de 17 de agosto de 1890, o jornal também compara o Brasil com a Argentina. O Brasil – caracterizado pela estabilidade econômica - estaria acumulando riquezas há muitos anos, o que contrastava com a economia argentina, que apenas recentemente teria evoluído.

⁹⁶ *Brazil very prosperous: better of in every way than under the empire.*

⁹⁷ *The experiment of substituting for slaves Italian colonists was made by two or three coffee planters in Sao Paulo and the result was far beyond their expectations. The Italians proved better and cheaper laborers than the slaves. Instantly all the prejudice of the Sao Paulo planters disappeared and they went in for Italian colonization.*

⁹⁸ *Any attempt at interference on the part of an outside nation would strengthen the country and make every Brazilian rise up in her defense. The people would not permit any intermeddling with their domestic concerns.*

O Brasil tem acumulado riquezas há muitos anos. Sua produção agrícola tem demanda em todos os países civilizados e comandado altos preços. A Argentina e o Uruguai, até há 10 anos, eram simplesmente regiões pastorais [...] Faz menos de um quarto de século que a criação de ovelhas tornou-se uma indústria na Argentina e apenas recentemente sua lã conseguiu mercados com preços justos. [...] A agricultura como uma atividade extensiva era desconhecida até o estabelecimento da imigração italiana. Mas há séculos o açúcar do Brasil é uma fonte de rendas. [...] O algodão, por vários anos, de 1861 a 1866, foi outra fonte de imensas rendas. [...] A colheita de café tem gerado lucros imensos. [...] A borracha do Brasil é outro produto que o mundo tem de ter e que a demanda sempre excede a oferta (NYT, 17 de agosto de 1890).⁹⁹

Sobre a situação financeira do Brasil, o autor afirma que “a situação não é má” e que “o governo nunca fez maus investimentos”. Nesse sentido, sublinha diferença importante entre Brasil, de um lado, e Argentina e Uruguai, de outro.

A diferença entre os países do Rio da Prata e o Brasil é ainda mais evidente em outro aspecto. Não há honestidade política nem honra financeira governamental naqueles, enquanto o governo deste é honestamente administrado (NYT, 17 de agosto de 1890).¹⁰⁰

As relações mais estreitas entre Argentina e Uruguai com a Inglaterra podem ter pesado para que o jornal tivesse e divulgasse tais imagens. Os argentinos, em particular, tiveram alguns atritos com os Estados Unidos nesse período.¹⁰¹

O jornal também acompanhou a situação da primeira década do século XX, no qual o contexto era outro. A americanização da política externa brasileira após o 15 de novembro manifestou-se por meio da criação de embaixadas em diversos países da América. As relações com o Estados Unidos, em especial, atingiram níveis mais elevados. Isto ocorreu, como vimos, sobretudo durante a gestão do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores. Para Rio Branco, o Brasil deveria aproximar-se dos Estados Unidos, para pôr em prática seu projeto de potência sul-americana. As boas relações do Brasil com este país, portanto, era planejada tendo como referência os interesses nacionais. Não ocorreu uma

⁹⁹ *Brazil for many years has been accumulating wealth. Its staple production have been in demand in all civilized countries and have commanded high prices. Argentina and Uruguay, until ten years ago, were simply pastoral regions (...) It is scarcely a quarter of a century since sheep raising became an industry in the Argentina, and only recently that her wool could find a market at fair prices. (...) Agriculture as an extended industry was unknown until Italian immigration set in. But for centuries the sugar of Brazil was a source of vast returns in cash. (...) Cotton for several years, from 1861 to 1866, was another source of immense returns for Brazil. (...) The coffee crop of Brazil has yearly brought enourmous profits. (...) The rubber of Brazil is another product which the world has to have and the demand for which always exceeds the supply.*

¹⁰⁰ *The difference between the River Plate countries and Brazil is still more marked in another important respect. There is no political honesty, no governamental financial honor in the former, while here the government is honestly administered.*

¹⁰¹ Esse tema será explorado no capítulo seguinte.

aproximação irrestrita e impensada com os Estados Unidos, conforme assinalado no capítulo 2.

Para o governo do presidente Theodore Roosevelt, uma parceria com o Brasil também era interessante, na medida em que oferecia a seu governo uma aliança com o maior país da América do Sul. A possibilidade de o Brasil ser uma espécie de guardião da doutrina Monroe na América do Sul, assim, foi cogitada pelo NYT. Em reportagem do dia 24 de março de 1906, lemos que

O Brasil, como um guardião especial da Doutrina Monroe na América do Sul, parece ser o objetivo da viagem do secretário Root ao Rio de Janeiro no próximo verão. Uma entente cordial entre as duas repúblicas será arranjada, dizem, e sob esta o Brasil estaria disposto [...] a se tornar, de certa forma, o representante geral dos Estados Unidos no sul do continente (NYT, 24 de março de 1906).¹⁰²

O jornal prossegue com afirmações de que a participação de Root na Conferência Pan-Americana de 1906, que seria realizada no Rio, era apenas uma desculpa para uma viagem que tinha interesses mais amplos, já que era necessário criar um clima mais cordial entre os Estados Unidos e as demais repúblicas americanas.

Nesse processo de aproximação entre Estados Unidos e Brasil, o papel de Joaquim Nabuco como interlocutor entre os dois países também foi destacado. Em matéria do dia 16 de fevereiro de 1906, momentos antes da III Conferência Pan-Americana, *The New York Times* publicou que Nabuco e sua esposa haviam organizado um jantar em homenagem a Elihu Root, ao qual compareceram diplomatas das demais nações da América. Na reportagem, cujo título é *O Brasil se inspira em nós (Brazil looks up to us)*, o jornal cita o brasileiro, o qual afirmou que

Nós no Brasil nos sentimos muito gratificados de que a primeira visita de um Secretário de Estado a um estado estrangeiro esteja prometida a nós. Uma vez lá você verá por si mesmo o quão profundo é o nosso reconhecimento do papel de liderança que os Estados Unidos foram convocados a desempenhar nos destinos do novo mundo. Nos reconhecemos claramente que nenhum incentivo à liberdade, ao progresso, à paz já foi construído na história em escala tão poderosa e possuindo tanta força como a democracia norte-americana (NYT, 16 de fevereiro de 1906).¹⁰³

¹⁰² *Brazil, as the special custodian of the Monroe Doctrine for South America, is said to be the object of Secretary's Root trip to Rio de Janeiro next summer. An entente cordiale between the two republics is to be arranged, it is said, and under this Brazil would be willing to (...) become, in a way, the general representative of the United States in the southern continent.*

¹⁰³ *We in Brazil feel much gratified that the first visit that an American Secretary of State will have ever made to a foreign country is promised to ours. Once there you will see yourself how deep is our sense of the leading (...) that the United States has been called on to play in the destinies of the new world. We realize distinctly that no magnet for freedom, for progress, for peace, was ever built in history on such a powerful scale, and possessing such strength as North American democracy.*

Outro tema que envolveu o Brasil e mereceu a atenção do NYT foi o projeto de rearmamento naval. Nessa época, o Exército e a Marinha brasileiros estavam mal equipados. A possibilidade de confrontos armados com algum dos vizinhos – sempre presente em uma área caracterizada pela instabilidade – foi levada em consideração quando o governo decidiu comprar materiais bélicos no exterior. Em um momento em que o projeto naval brasileiro causava receios na Argentina, o NYT assim se posicionou:

acredita-se, aqui, que a ação do Brasil deve-se somente ao adequado desejo de fortalecer suas defesas litorâneas, devido a receios de futuras agressões europeias aos territórios do Sul (NYT, 12 de novembro de 1904).¹⁰⁴

Para o periódico, portanto, não havia qualquer pretensão imperialista por parte do Brasil. Além disso, nota-se, mais uma vez, a menção ao perigo vindo da Europa. Anos mais tarde, quando eclodiu o caso do Telegrama Número 9 entre Brasil e Argentina, o jornal abordou esse acontecimento. No momento em que a situação já estava mais calma, foi publicada uma matéria com o título *A guerra parece ter sido evitada na América do Sul (War seems averted in South America)*. Nesta, afirma-se que a querela inicial entre os dois países deteriorou-se devido à tentativa argentina de limitar o tamanho da nova esquadra brasileira. A matéria explica o desenrolar do caso do Telegrama e toma posicionamento favorável ao Brasil:

O Senhor Branco, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, respondeu [às acusações de Zeballos] com linguagem digna, negando firme e enfaticamente que a tradução [feita por Zeballos] estava correta. O Senhor Branco é claramente o principal diplomata da América do Sul e, realmente, é considerado pelo Secretário Root como um dos maiores diplomatas de todo o mundo (NYT, 1 de janeiro de 1909).¹⁰⁵

O desfecho do caso, com a demissão de Zeballos, é apontado como uma vitória para a diplomacia de Rio Branco. Três anos depois, a morte do Barão foi lembrada pelo jornal, o qual afirmou que ele havia servido seu país continuamente por 10 anos, tendo tido papel importante nas boas-vindas à armada dos Estados Unidos ao Brasil, em 1908 (NYT, 11 de fevereiro de 1912).

¹⁰⁴ Here it is believed that the action of Brazil is due solely to a desire of adequately to strengthen her coast defenses, owing to fears of future European aggression in Southern territories.

¹⁰⁵ Señor Branco, the Foreign Minister for Brazil, replied in dignified language, denying firmly and emphatically that the translation was correct. Señor Branco is easily the foremost diplomat of South America, and, indeed, is considered by Secretary Root as one of the greatest diplomats of the entire world.

3.5 OS DISCURSOS DE ELIHU ROOT: LEGITIMAÇÃO DO COROLÁRIO E DA LIDERANÇA AMERICANA

Conforme mencionado no capítulo 2, Elihu Root era formado em Direito e ocupara o cargo de Secretário da Guerra antes de ter sido Secretário de Estado. Na condição de Secretário da Guerra, Root pôs em prática projetos de modernização militar, o que lhe rendeu o título de pai do moderno Exército dos Estados Unidos. Em 1903, ele criou o *Army War College*, com o intuito de preparar os oficiais do Exército para os conflitos bélicos.¹⁰⁶

Ocupando o principal cargo da política externa estadunidense entre 1905 e 1909, Root concordava com os ideais de internacionalismo de T. Roosevelt, os quais previam mais participação dos Estados Unidos nos assuntos mundiais, bem como esteve comprometido com a defesa de uma economia global mais aberta, para favorecer os interesses comerciais dos Estados Unidos. Além de ter se dedicado à modernização militar, também promoveu esforços para modernizar o corpo diplomático e consular dos norte-americanos. Root apostou na qualificação desses profissionais, os quais seriam essenciais para que os Estados Unidos pudessem competir com as demais potências.¹⁰⁷ O slogan *Melhores embaixadas significam melhores negócios* sintetizava essa necessidade e explicava o apoio que banqueiros e industriais conferiam aos esforços governamentais de profissionalização diplomática.

No que diz respeito às relações com outros países, o Secretário Root procurou ser mais sensível às pretensões de outros governos. Isso ocorria, porém, por razões práticas – por exemplo, manter boas relações com determinado país para facilitar o comércio norte-americano.

De acordo com George C. Herring (2008, p. 348), Root

ascendeu ao topo dos escalões das firmas de direito de Nova Iorque e do Partido Republicano devido a sua prodigiosa memória, maestria de detalhes e clareza e força de seu argumento. Um conservador decidido, ele desconfiava profundamente da democracia.¹⁰⁸

¹⁰⁶ É interessante notar que as reformas militares de Root que contribuíram para a profissionalização do Exército iam de encontro à tradição do soldado-cidadão, que existia desde os tempos da guerra da independência.

¹⁰⁷ Assim, o Brasil de Rio Branco e os Estados Unidos de Elihu Root passavam por processos semelhantes de profissionalização do corpo diplomático. No Brasil, o Barão chegou mesmo a preferir diplomatas considerados bonitos (altos, bem-vestidos, com aparência europeia), tidos como mais aptos para representar o Brasil.

¹⁰⁸ *Root rose to the top echelons of New York corporate law and the Republican Party by virtue of a prodigious memory, mastery of detail, and the clarity and force of his argument. A staunch conservative, he profoundly distrusted democracy.*

Em viagem a diversos países latino-americanos em 1906, o secretário de Estado estadunidense proferiu uma série de discursos. Tais discursos estão disponíveis na Internet¹⁰⁹ e podem ser úteis para analisarmos o discurso oficial da diplomacia de Washington. Em 1917, a *Harvard University Press* (HUP) compilou esses discursos e publicou-os. Além de o documento ser útil porque reúne os discursos de Root, também há comentários escritos pelos editores do livro. Esses comentários também podem servir de objeto de análise, já que apresentam a visão da editora sobre as relações entre Estados Unidos e América Latina.

Root empregou, em suas falas, uma linguagem que buscava promover o encontro entre os Estados Unidos e os países latino-americanos e que enfatizava a amizade entre eles. Ele referiu-se a objetivos e princípios comuns que deveriam reger as relações entre todos os países da América. Em certo momento, ao discursar durante a realização da III Conferência, afirmou que

Promover essa troca e assistência mútua entre as repúblicas americanas, engajadas no mesma grande tarefa, inspiradas pelo mesmo objetivo e professando os mesmos princípios, eu acredito que seja a função da Conferência Americana agora em sessão. Não há um de todos os nossos países que não pode beneficiar os outros; não há um que não pode receber benefícios dos outros; não há um que não ganhará pela prosperidade, pela paz e felicidade de todos (HUP, 1917, p. 9).¹¹⁰

A menção a objetivos e princípios comuns dava-se em função da necessidade, sentida pelo governo dos Estados Unidos, de ampliar sua influência na América Latina. Se, por um lado, a influência política e econômica já estavam em curso, a influência ideológica precisava ser cultivada, já que havia muitos receios contra os Estados Unidos nos países da região.

O Secretário de Estado norte-americano enfatiza, também, que laços de amizade seriam criados durante a Conferência, o que era benéfico para o avanço das relações entre os países americanos. O trecho abaixo insere-se nesse esforço feito pelo governo dos Estados Unidos de estimular a realização das Conferências, já que elas se promoveriam esse o bom entendimento entre os países que dela participassem.

A associação de tantos homens eminentes de todas as repúblicas, líderes de opinião em suas terras; as amizades que vão surgir entre vocês; o hábito da discussão temperada e amigável em questões de interesse comum; a existência de simpatias e objetivos comuns; a dissipação de mal-entendidos; a demonstração a todos os povos americanos desta método pacífico e ponderado de debater questões internacionais – só

¹⁰⁹ Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/29003/29003-h/29003-h.htm>>. Acesso em: 15.01.2011.

¹¹⁰ *To promote this mutual interchange and assistance between the American republics, engaged in the same great task, inspired by the same purpose, and professing the same principles, I understand to be the function of the American Conference now in session. There is not one of all our countries that cannot benefit the others; there is not one that cannot receive benefit from the others; there is not one that will not gain by the prosperity, the peace, the happiness of all.*

isso, independentemente das resoluções que vocês possam adotar e as convenções que possam assinar, vai marcar um substancial avanço na direção do bom entendimento internacional (HUP, 1917, p. 9).¹¹¹

A linguagem de elogio aos líderes latino-americanos e de exaltação do diálogo compreende-se, na medida em que os discursos eram oficiais. Os Estados Unidos desejavam melhorar sua imagem, já que o corolário Roosevelt causava a impressão – bastante plausível, devemos reconhecer – de que os Estados Unidos se consideravam superiores. Os próprios editores que reuniram os discursos de Root comentaram, no prefácio, que a imagem que se tinha dos Estados Unidos na América do Sul era negativa e que era preciso modificá-la. Os editores afirmam, entretanto, que não havia motivos para que as relações fossem ruins, já que os Estados Unidos não se consideravam superiores a nenhum outro país.

Em muitas partes da América do Sul há mal-entendimento das atitudes e propósitos dos Estados Unidos em relação às outras repúblicas americanas. Uma ideia que se tornou dominante é a de que nossa interpretação da Doutrina Monroe implica – ou leva consigo – a suposição de superioridade e o direito de exercer algum tipo de protetorado sobre os países a cujo território a doutrina se aplica. Nada poderia estar mais longe da verdade. Essa impressão, entretanto, continuou a ser uma série barreira ao bom entendimento, às relações amistosas, à introdução do capital e do comércio americanos. A impressão era tão generalizada que aparentemente não poderia ser combatida por meios normais.¹¹² (HUP, 1917, p. XV)

Na Introdução, lemos um comentário sobre a visita de Root aos países latino-americanos. Novamente, as intenções dos Estados Unidos são defendidas. Termos como “amigável consideração” e “honrosa obrigação”, empregados pelos editores, demonstravam que a necessidade de adotar um discurso amigável em relação à América Latina era percebida por muitos nos Estados Unidos. No trecho abaixo, lemos que

As mensagens divulgadas durante a viagem à América do Sul e ao México, em 1906, e nos Estados Unidos após seu retorno, proclamam, com sua mensagem de boa vontade, uma nova doutrina – a doutrina Root – de amigável consideração e

¹¹¹ *The association of so many eminent men from all the republics, leaders of opinion in their own homes; the friendships that will arise among you; the habit of temperate and kindly discussion of matters of common interest; the ascertainment of common sympathies and aims; the dissipation of misunderstandings; the exhibition to all the American peoples of this peaceful and considerate method of conferring upon international questions—this alone, quite irrespective of the resolutions you may adopt and the conventions you may sign, will mark a substantial advance in the direction of international good understanding.*

¹¹² *In many parts of South America there has been much misunderstanding of the attitude and purposes of the United States toward the other American republics. An idea had become prevalent that our assertion of the Monroe Doctrine implied, or carried with it, an assumption of superiority, and of a right to exercise some kind of protectorate over the countries to whose territory that doctrine applies. Nothing could be farther from the truth. Yet that impression continued to be a serious barrier to good understanding, to friendly intercourse, to the introduction of American capital and the extension of American trade. The impression was so widespread that apparently it could not be reached by any ordinary means.*

honrosa obrigação e torna claro o destino comum dos povos do Mundo Ocidental.¹¹³ (HUP, 1917, p. X)

O “destino comum dos povos do Mundo Ocidental” pode ser interpretado como a adesão ao panamericanismo monroísta. Segundo esse modelo, os Estados Unidos exerceriam o papel de líderes do continente americano e disseminariam pelo continente seus valores, como individualismo e livre mercado. A mencionada Doutrina Root foi resumida pelo próprio Secretário de Estado durante a III Conferência Pan-Americana. Em seu discurso oficial, Root afirmou que

Nós consideramos que a independência e os direitos iguais do menor e mais fraco membro do grupo de nações merecem tanto respeito quanto os que tem o maior dos impérios e nós acreditamos que a observância desse direito é a garantia principal do fraco contra a opressão do forte. Nós não reivindicamos nem desejamos quaisquer privilégios ou poderes que nós não concedemos livremente a todas as repúblicas americanas.¹¹⁴ (HUP, 1917, p. XV)

Nessa linha, Root enfatizou a necessidade de as relações entre América Latina e Estados Unidos serem mais próximas. Para o Secretário de Estado, a Doutrina Monroe tinha como objetivo a aproximação, não o distanciamento. Ela teria sido importante para manter a independência das repúblicas da América Latina e, assim, era elemento agregador nas relações entre os países da América. Ao introduzir uma de suas falas, Root afirmou que

Em nome de todo o povo do meu país e no espírito da grande declaração ... conhecida pelo nome de Monroe, a qual foi o baluarte e a salvaguarda da América Latina desde os primórdios da independência¹¹⁵ (HUP, 1917, p. 16).

O discurso oficial de igualdade entre as nações americanas aparece novamente quando o Secretário se refere à Conferência de Paz da Haia, que seria realizada um ano depois, em 1907. Destaca-se que, para os Estados Unidos, era importante que as potências europeias reconhecessem a soberania dos países latino-americanos por um motivo: impedir novas tentativas de colonização. Essa posição do governo norte-americano pode ser interpretada

¹¹³ *The addresses delivered during the trip to South America and Mexico in 1906, and in the United States after his return, with their message of good will, proclaim a new doctrine—the Root doctrine—of kindly consideration and of honorable obligation, and make clear the destiny common to the peoples of the Western World.*

¹¹⁴ *We deem the independence and equal rights of the smallest and weakest member of the family of nations entitled to as much respect as those of the greatest empire, and we deem the observance of that respect the chief guaranty of the weak against the oppression of the strong. We neither claim nor desire any rights or privileges or powers that we do not freely concede to every American republic.*

¹¹⁵ *[...] in the name of all the people of my country and in the spirit of the great declaratio [...] known by the name of Monroe, and which was the bulwark and safeguard of Latin America from the dawn of its independence.*

como a tentativa de fazer com que os países europeus não pusessem em risco o crescente poder político e econômico de que os Estados Unidos gozavam no continente americano.

Dentro de poucos meses, pela primeira vez os reconhecidos proprietários de todo palmo de terra nos continentes americanos podem ser e espero que sejam representados com reconhecidos direitos de estados soberanos iguais no grande Congresso Mundial na Haia. Essa será a aceitação formal e final do mundo da declaração de que nenhuma parte dos continentes americanos será considerada sujeita à colonização¹¹⁶ (HUP, 1917, p. 10).

A defesa do auto-governo era elemento importante do discurso estadunidense. Como, então, conciliar esse discurso com as práticas que os Estados Unidos vinham adotando na América Latina? Afinal, elas se caracterizavam precisamente pela intervenção nos negócios internos de outros países. Havia argumentos para defender a política externa norte-americana. Para Root, a capacidade de se autogovernar não era intrínseca ao homem; pelo contrário, deveria ser aprendida.

Muitos dos primeiros frutos da democracia são rudes e desagradáveis; seus erros são muitos, suas falhas parciais, muitas; seus pecados não são poucos. A capacidade do auto-governo não é intrínseca ao homem. É uma arte a ser aprendida e também uma expressão de caráter a ser desenvolvida por milhares de homens que exercitam a soberania popular¹¹⁷ (HUP, 1917, p. 6).

Por isso, aperfeiçoar a soberania era uma tarefa que exigia tempo – mais de um século!, afirma Root -, e os primeiros frutos da democracia são muitas vezes desagradáveis. Nota-se, aqui, o desconforto do Secretário de Estado com a democracia, conforme afirmado acima. Percebe-se, nos discursos do secretário de Estado estadunidense, a tentativa de justificar a política externa do Corolário Roosevelt e do Big Stick e de criar uma imagem mais favorável a seu país.

No plano bilateral, o Secretário de Estado enfatizou os laços de amizade entre Estados Unidos e Brasil. Ele afirmou que

[...] minha visita naturalmente representa a amizade que os 80 milhões de habitantes da grande república do norte têm pelos 20 milhões de habitantes do Brasil. [...] A

¹¹⁶ *Within a few months, for the first time, the recognized possessors of every foot of soil upon the American continents can be and I hope will be represented with the acknowledged rights of equal sovereign states in the great World Congress at The Hague. This will be the world's formal and final acceptance of the declaration that no part of the American continents is to be deemed subject to colonization.*

¹¹⁷ *The first fruits of democracy are many of them crude and unlovely; its mistakes are many, its partial failures many, its sins not few. Capacity for self-government does not come to man by nature. It is an art to be learned, and it is also an expression of character to be developed among all the thousands of men who exercise popular sovereignty.*

profundidade de sentimento que em mim corresponde à vossa bela recepção resulta do conhecimento que eu tenho de que a cordialidade que eu encontro aqui representa na realidade a amizade que os brasileiros têm por meu querido país¹¹⁸ (HUP, 1917, p. 16).

O reconhecimento de que o Brasil era um país de importância no cenário latino-americano é expressado em outro trecho, em que o Secretário afirma que Brasil e Estados Unidos deveriam se unir para o progresso da civilização. Os Estados Unidos, assim, percebiam que a aliança com o Brasil – ainda que não formalizada por meio de tratados – poderia ser útil para que seus objetivos fossem alcançados.

Eu venho a vocês para dizer: vamos nos conhecer melhor; vamos nos ajudar na grande obra de avançar a civilização; que os Estados Unidos da América do Norte e os Estados Unidos do Brasil deem as mãos, não em tratados formais de aliança, mas na simpatia e confiança e estima dos seus povos; deem as mãos para ajudar a humanidade seguir em frente nos caminhos nos quais nós tão alegremente trilhamos; Que nós nos ajudemos para que cresçamos em sabedoria e em espírito, como temos crescido em riqueza e prosperidade¹¹⁹ (HUP, 1917, p. 34).

O papel de Joaquim Nabuco como embaixador brasileiro em Washington também foi destacado por Root, que afirmou o seguinte: “Eu desejo agradecer ao povo brasileiro por ter enviado ao meu país um homem tão hábil e bem sucedido em interpretar seu povo para nós como o senhor Nabuco¹²⁰ (HUP, 1917, p. 17). O elogio a Nabuco era compreensível, já que ele se mostrara um dos mais ardorosos defensores da aproximação com os Estados Unidos.

É interessante analisar como o discurso de Root foi recebido no Brasil. Rio Branco colocou-se ao lado dos Estados Unidos, ainda que suas motivações fossem outras. Na Argentina, como veremos no capítulo seguinte, houve mais resistência ao discurso ideológico norte-americano.

Como mencionado antes, seria incorreto afirmar que o Brasil tenha aderido a uma política de aproximação com os Estados Unidos de maneira acrítica. De qualquer forma, havia, no Brasil, diversos pensadores que a ela se opunham. Em artigo intitulado *Brasil, Estados Unidos e Doutrina Monroe*, Rio Branco dissertou a respeito dos motivos de o Brasil

¹¹⁸ [...] my visit naturally represents the friendship which the eighty million inhabitants of the great Republic of the North have for the twenty million people of Brazil; ...The depth of sentiment which in me corresponds to your kind reception results from the knowledge I have that the cordiality which I find here represents in reality the friendship that Brazilians entertain for my dear country.

¹¹⁹ So I come to you to say: Let us know each other better; let us aid each other in the great work of advancing civilization; let the United States of North America and the United States of Brazil join hands, not in formal written treaties of alliance, but in the universal sympathy and confidence and esteem of their peoples; join hands to help humanity forward along the paths which we have been so happy as to tread. Let us help each other to grow in wisdom and in spirit, as we have grown in wealth and prosperity.

¹²⁰ I wish to thank the Brazilian people for sending to my country a man so able and so successful in interpreting his people to us as my good friend Mr. Nabuco.

aproximar-se dos Estados Unidos e criticou aqueles que não aceitavam o posicionamento da chancelaria. O Ministro brasileiro criticou, em particular, Eduardo Prado, que na década de 1890 escrevera obra intitulada *A Ilusão Americana*, na qual criticou a política externa americanista que então estava sendo adotada.

3.6 O PENSAMENTO DE JOHN BASSET MOORE

John Basset Moore foi um grande jurista especializado em Direito Internacional. Tendo sido membro da Corte Permanente de Arbitragem da Haia – criada durante a I Conferência de Paz da Haia, em 1899 – e da Corte Permanente de Justiça Internacional – A CPJI, fundada em 1922 e antecessora da atual Corte Internacional de Justiça -, Moore produziu, desde a década de 1890, escritos sobre política e direito internacional.

Um de seus trabalhos, intitulado *American Diplomacy*, publicado em 1905, focou diversos pontos da política externa norte-americana, entre eles as relações com a América Latina. O conceito de pan-americanismo é citado por Moore, que assim o define.

Quando falamos em Panamericanismo, nós associamos os países de derivação espanhola e portuguesa aos Estados Unidos e, assim, reunimos em nossos pensamentos todos os países independentes da América¹²¹ (MOORE, 1918, p. 365).

Moore traça as origens do sentimento panamericanista ao século XIX, momento das independências dos países latino-americanos. Cita, em particular, a Doutrina Monroe. Destaca-se o posicionamento mais analítico de Moore, o qual reconhece que as potências europeias não teriam condições de tentar reaver seu poder sobre suas antigas colônias americanas. O trecho abaixo ilustra seu pensamento.

Quando este pronunciamento [o da Doutrina Monroe] foi feito, o perigo de interferência das potências aliadas da Europa nos assuntos da América Espanhola na verdade já tinham cessado¹²² (MOORE, 1918, p. 369).

Moore mostrou-se consciente dos problemas que os Estados Unidos enfrentavam na América Latina. Ainda que não criticasse a expansão territorial norte-americana, reconhecia

¹²¹ *When we speak of Panamericanism we associate the countries of Spanish and Portuguese association with the United States and this link together in our thoughts all the independent governments of America.*

¹²² *When that pronouncement was made the danger of interference of Allied powers of Europe in the affairs of Spanish America had in reality passed away.*

que a imagem que os latino-americanos e, em especial os mexicanos, tinham dos Estados Unidos era desfavorável.

[...] nenhuma aquisição de território já feita pelos Estados Unidos foi mais natural ou mais em completa uniformidade com as aspirações e hábitos de pensamento do povo americano. Mas, não importa o quão natural tenha sido, criou um senso de apreensão que foi aprofundado e grandemente intensificado pela guerra com o México¹²³ (MOORE, 1918, p. 179).

A Guerra contra o México (1846-1848) está na origem, de acordo com Moore, de muitos problemas no relacionamento entre os Estados Unidos e os demais países da América Latina, conforme lemos no trecho abaixo.

[A guerra entre Estados Unidos e México] produziu nas atitudes dos países da América Central e do Sul em relação aos Estados Unidos um efeito mais pronunciado e mais desfavorável do que qualquer outro evento que já ocorreu (MOORE, 1918, p. 379-380).¹²⁴

Sobre o Brasil, o jurista norte-americano tece alguns comentários. A passagem da Monarquia à República, em 1889, bem como o fato de a Constituição do Brasil proibir a guerra de conquista, fosse direta ou indireta, são elogiados. O Brasil é apresentado, em suma, como um país avançado dentro do contexto latino-americano. Leiamos o trecho abaixo:

Um evento notável da Primeira Conferência Interamericana foi a transformação do império do Brasil na república do Brasil. [...] E assim foi realizada a aspiração, manifestada no Brasil 100 anos antes, quando, em 1789, um movimento pela independência começou no estado de Minas Gerais¹²⁵ (MOORE, 1918, p. 389).

Sobre a Constituição, o comentário é este:

[...] pela Constituição do Brasil, a república está proibida de conduzir, direta ou indiretamente, uma guerra pela de conquista seja por si própria ou em aliança com outro governo¹²⁶ (MOORE, 1918, p. 389).

Tais elogios, semelhantes aos apresentados pelo *New York Times*, denotam que era significativo o número de intelectuais, jornalistas e estadistas dos Estados Unidos que viam o

¹²³ [...] no acquisition of territory ever made by the United States was more natural or more completely in conformity with the aspirations and habits of the American people. But, no matter how natural it may have been, it created a sense of apprehension, which was deepened and greatly intensified by the war with Mexico.

¹²⁴ [...] produced upon the attitude of the countries of Central and South America towards the United States a more pronounced and more unfavorable effect than any other event that has ever occurred.

¹²⁵ A notable event of the First International American Conference was the transformation of the empire of Brazil in the republic of Brazil. [...] There was fulfilled the aspiration, manifested in Brazil just a hundred years before, when, in 1789, a movement for independence was started in the State of Minas Geraes.

¹²⁶ [...] by the constitution of Brazil, the republic is forbidden to undertake, directly or indirectly, a war of conquest either by itself or in alliance with another government."

Brasil como um país mais avançado dentro do contexto latino-americano, isto é, dono de instituições políticas mais sólidas e alheias à instabilidade que vivia grande parte da América Latina.

Sobre o pan-americanismo, Moore (p. 399) afirma que os Estados Unidos “nunca mais iriam procurar uma porção adicional de terra pela conquista” e que a verdadeira relação das Américas seria a de “uma família humana devotada ao desenvolvimento da verdadeira liberdade constitucional”¹²⁷. O autor reconhece, no entanto, que os casos de Cuba e Panamá eram específicos, na medida em que, apesar de nominalmente independentes, estavam sob a tutela do governo norte-americano.

Ainda que o termo Panamericanismo frequentemente denote uma união de nações independentes e iguais, alguns membros ocupam uma posição especial. Esse é claramente o caso de Cuba e do Panamá sob os tratados [...] por meio dos quais os Estados Unidos garantem sua independência, sujeitas a condições específicas¹²⁸ (MOORE, 1918, p. 319).

Moore adota a interessante posição de criticar aqueles que consideravam que a América Latina era um bloco homogêneo – e é curioso notar como ele adverte para o comum erro de se considerar o espanhol como o idioma do Brasil. Segundo ele,

O que eu quero dizer é que parece ser geralmente suposto que em termos de população, de instituições e de administração elas [os Estados latino-americanos] são todos iguais. Na realidade, nesses aspectos [...] eles exibem entre eles diferenças mais pronunciadas das que existem entre os Estados Unidos e alguns deles¹²⁹ (MOORE, 1918, p. 409).

Assim, se certos países da América Central fossem caracterizados por constantes sublevações políticas, outros – como a Costa Rica – conheciam a estabilidade. Elogiando a estabilidade brasileira, Moore afirmava que “No Brasil, desde a súbita mudança governamental de 1889, houve apenas um distúrbio civil de sérias proporções, o qual durou apenas um pouco mais que seis meses”¹³⁰ (MOORE, 1918, p. 411).

¹²⁷ [...] would never again seek on foot of territory by conquest [...] of a family of mankind devoted to the development of true constitutional liberty.

¹²⁸ Although the term Panamericanism is often said to denote a union of independent and co-equal American commonwealths some of the members occupy a special position. This is clearly the case with Cuba and with Panama under the treaties... by which the United States guarantees their independence, subject to specified conditions.

¹²⁹ What I mean is that it seems to be generally supposed that in population, in institutions, and in administration, they are all alike. In reality, in these respects [...] they exhibit in between themselves differences more pronounced than those that exist between the United States and some of them.

¹³⁰ In Brazil, since the sudden governmental change of 1889, there has been but one civil disturbance of serious proportions, and this lasted only a little more than six months.

Outra peculiaridade do trabalho de Moore é sua intenção de desmontar também a ideia – muito disseminada à época e mesmo hoje em dia – de que os estadistas da América Latina fossem destituídos de virtudes. Cita, em particular, o Barão do Rio Branco, o qual era “destituído de fortuna privada” e dependia para seu sustento do trabalho que concedia à sua nação. Em termos de política externa, o apoio que Rio Branco dava aos Estados Unidos foi ressaltado:

Por fim, eu gostaria de me referir às incompreensões que tem existido em relação a Doutrina Monroe. [...] O Brasil foi um dos primeiros, senão o primeiro, das nações americanas a aplaudir essa doutrina. O Barão do Rio Branco, de quem acabei de falar, foi um grande defensor dela. Mas ele a defendeu não como uma preocupação exclusiva de uma nação, mas como a preocupação direta e imediata de todas as nações americanas¹³¹ (MOORE, 1918, p. 414).

O jurista norte-americano recorda que, no caso do Acre, o Barão do Rio Branco soube invocar a Doutrina Monroe com êxito, ao impedir que o Bolivian Syndicate recebesse as concessões que o governo boliviano prometera (MOORE, 1918, p. 414). Para Moore, portanto, o Brasil de Rio Branco estava bastante afinado com o discurso pan-americano proposto por Washington.

3.7 AMÉRICA LATINA: DOIS BLOCOS DE PAÍSES

A leitura e a análise que fizemos das reportagens do *New York Times*, dos discursos do Secretário de Estado Elihu Root e de trechos da obra do jurista e diplomata John Basset Moore demonstram que, em geral, a América Latina era vista, nos Estados Unidos, como um continente dividido em dois blocos. Um deles, composto sobretudo por países da América Central e certos países sul-americanos (Paraguai, por exemplo), seria caracterizado pela instabilidade política e pelas convulsões econômicas. As populações desses países eram vistas como desdém pelos norte-americanos. Os porto-riquenhos, por exemplo, eram classificados de moralmente deficientes e preguiçosos (e esse foi, por exemplo, um dos argumentos utilizados para não se incorporar Porto Rico como um novo estado).¹³²

¹³¹ *Lately, I desire to refer to the misapprehensions which have existed in regard to the Monroe Doctrine. (...) Brazil was one of the first, perhaps the first, of the American nations to applaud that doctrine. The Baron Rio Branco, of whom I just have spoken, was a strenuous assertor of it. But he asserted it, not as the exclusive concern of any nation, but as the direct and immediate concern of all the American nations.*

¹³² Porto Rico, assim, não se tornou nem um estado norte-americano, nem uma colônia propriamente dita.

Outro, menos numeroso, seria composto por países como Brasil, Argentina e Chile, e seria caracterizado por instituições políticas, econômicas e sociais mais sólidas. Dentro desse grupo, o Brasil aparecia, então, como o país mais avançado.

Desta forma, a análise dos citados documentos corrobora a interpretação, feita por autores como Amado Cervo, Clodoaldo Bueno e Steven Topik, de que a visão que os Estados Unidos tiveram do Brasil na primeira década do século XX foi positiva. No período monárquico, como vimos, as relações entre os dois países haviam sido importantes do ponto de vista comercial, mas, no que se refere à aproximação ideológica e política, os laços ainda eram frágeis. A proclamação da república, especialmente após a superação de instabilidades internas no período da república da espada e a ascensão de Rio Branco ao cargo de chanceler permitiram que esses laços se tornassem mais fortes. Da mesma maneira, as trocas comerciais continuavam avolumando-se, e os Estados Unidos começavam a competir com a Inglaterra no setor financeiro também, ainda que apenas a superassem nesse quesito após a I Guerra Mundial.

Esse contexto de interesses comerciais convergentes, estabilidade política e afinção ideológica fez com que o Brasil fosse visto, por muitos estadistas e intelectuais estadunidenses, como um aliado na América do Sul. Assim, apesar de o presidente Theodore Roosevelt ter considerado, inicialmente, a Argentina como um Estado mais adequado para representar o papel de aliado na região sul da América, as condições políticas e econômicas distanciavam os dois países.

Como veremos no capítulo seguinte, os princípios e as ações de política externa dos Estados Unidos foram recebidos de maneira crítica pelo governo e pela imprensa argentina, o que contribuiu para o distanciamento entre Brasil e Argentina ao longo da primeira década do século XX.

4. A PERCEPÇÃO DA IMPRENSA E DE DIPLOMATAS ARGENTINOS ACERCA DO BRASIL E DA DIPLOMACIA BRASILEIRA (1902-1912)

O objetivo deste capítulo é analisar a maneira pela qual o Brasil e sua política externa foram vistos por setores da imprensa e por diplomatas argentinos. Dá-se atenção, em especial, a alguns temas que opuseram os dois países ao longo do período, como as relações com os Estados Unidos, as relações que se estabeleciam entre os países da América do Sul, a questão do rearmamento naval e os impasses comerciais e imigratórios.

Para atingir o objetivo proposto, o capítulo foi dividido em 4 itens. O primeiro dedica-se ao contexto interno argentino no período entre 1880 e 1916. Este contexto, caracterizado pelo domínio das oligarquias, pela centralização política e pelo crescimento econômico, teve importantes implicações na definição do espaço que a Argentina ocupava – ou procurava ocupar – no sistema mundial e sul-americano

. O segundo item aborda os princípios, objetivos e processos que caracterizaram a política externa argentina no período, bem como fornece um panorama das relações que a Argentina mantinha com os Estados Unidos e com seus vizinhos sul-americanos, especialmente o Brasil.

O item 4.3 é dedicado à importância da imprensa na Argentina. Apresentam-se os diferentes periódicos pesquisados, dando ênfase às diferentes tendências e posições que estes assumiam. Em seguida, nos subitens dessa seção, são analisadas as representações desses periódicos em relação aos assuntos citados. Por fim, é feito, no item 4.4, um balanço das relações entre Brasil e Argentina após a queda do ministro Zeballos do Ministério das Relações Exteriores argentino.

4.1 A ARGENTINA LIBERAL-CONSERVADORA (1880-1916): OLIGARQUIAS, EXPANSÃO ECONÔMICA E CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

O período que se estende de 1880 a 1916 caracterizou-se pela consolidação do Estado argentino, pelo desenvolvimento econômico baseado na exportação de cereais e de carnes e pelo crescimento demográfico – associado, em grande parte, aos grandes fluxos migratórios.

Ergueu-se, então, uma Argentina conservadora do ponto de vista político e liberal do ponto de vista econômico.

Unificada sob a liderança de Bartolomé Mitre, em 1862¹³³, a Argentina pôde por fim concluir o processo de centralização política e de criação de instituições estatais estáveis. Mitre e seus sucessores imediatos, Domingo Sarmiento (1868-74) e Nicolás Avellaneda (1874-80), estabeleceram um pacto com as oligarquias provinciais, o que possibilitou mais tranquilidade política ao país.

A subida ao poder de Julio Argentino Roca, em 1880, assinalou o triunfo desse modelo político centralizado. As oligarquias então consolidaram e institucionalizaram seu poder por meio do Partido Autonomista Nacional.¹³⁴ Criado em 1874, esse partido teve origem na fusão do Partido Autonomista, de Adolfo Alsina, com o Nacional, de Nicolás Avellaneda. Nesse mesmo ano, Avellaneda foi eleito, o que deu início ao período dominado pelo PAN.

Entre as medidas centralistas que Roca adotou está a proibição de que as províncias tivessem corpos militares. A organização de uma polícia com jurisdição nacional também assegurou o controle da ordem para o território. O Estado, portanto, reservava para si o monopólio da violência legítima, utilizada contra qualquer dissidência que ameaçasse seu poder.

A criação e fortalecimento de uma burocracia estatal integraram esse processo. Mario Rapoport (2005, p. 34) assinala que, entre 1876 e 1890, o número de funcionários da administração pública cresceu 160%. Essa burocracia estatal ampliada – aliada a um sistema judiciário que também privilegiava o poder central - diminuiu as autonomias provinciais.

No plano econômico, por sua vez, o período foi caracterizado pelo liberalismo. Para as elites argentinas, era preciso inserir o país nos fluxos mundiais de comércio utilizando a vantagem comparativa de que o país dispunha: a qualidade de sua terra. Os ideais de David Ricardo e Adam Smith, assim, forneciam um modelo teórico que sustentava que a Argentina devia ampliar sua participação no comércio global como grande produtora de riquezas provenientes da terra. Mercadorias manufaturadas, por sua vez, deveriam vir dos centros industriais europeus e dos Estados Unidos. No que diz respeito aos investimentos, os

¹³³ Até então, a Argentina estava dividida em Estado de Buenos Aires e Confederação Argentina. Após a unificação, a Argentina ainda vivenciou cerca de 20 anos de insurreições protagonizadas por caudilhos do interior.

¹³⁴ O PAN dominou a vida política argentina até 1916, quando Hipólito Yrigoién, da União Cívica Radical, foi eleito.

britânicos predominavam. Setores-chave da economia, como o ferroviário, o de frigoríficos e o de comércio de exportação e de importação eram dominados por investidores ingleses¹³⁵.

Do ponto de vista territorial, o estado argentino procurou ampliar sua presença econômica para toda a área do país, em um processo de incorporação de terras à lógica do capitalismo. Foram decisivas, nesse processo, as chamadas Campanhas do Deserto, expedições conduzidas pelo Exército que tinham como intuito desalojar os indígenas de suas terras, que passariam a ser utilizadas pelos criadores de gado e produtores de cereais, especialmente trigo.

A incorporação dessas terras foi acompanhada pela extensão da rede ferroviária. Em 1880, a Argentina tinha 2.500 quilômetros de ferrovias. Trinta anos mais tarde, esse número chegava a 28 mil quilômetros (PARADISO, 2005, p. 36). Assim, a produção de carnes¹³⁶ e de cereais expandiu-se, o que reforçou o poder das oligarquias fundiárias. O período constituiu-se, em suma, em uma época em que a Argentina conheceu significativos crescimento e prosperidade econômicos.¹³⁷

Elemento que contribuiu para esse progresso econômico está relacionado ao crescimento demográfico. Estado jovem e ainda pouco povoado, a Argentina estimulou a vinda de imigrantes europeus¹³⁸. Rapoport (2005, p. 53) lembra que

Em um país cuja população no momento do primeiro censo nacional, em 1869, chegava a apenas 1.737.026 habitantes, com uma densidade de 0,62 habitante por km², mas com uma enorme potencialidade econômica, a máxima alberdiana ‘governar é povoar’ era a manifestação de uma necessidade imposterável.

A presença de estrangeiros em solo argentino aumentou de maneira significativa ao longo do período. Se, em 1869, eles compunham 12,1% do total da população, em 1895, eles conformavam 25,4% e, em 1914, 29,8% (RAPOPORT, 2005, p. 58). A participação política desses imigrantes, entretanto, não era o desejo das autoridades do PAN. Ainda de acordo com Rapoport (2005, p. 35), sabemos que

¹³⁵ Havia, é claro, grupos que se opunham ao liberalismo. Em 1875, por exemplo, foi formado o Clube Industrial, entidade que se dispunha a defender uma política econômica mais protecionista. Prevaleceu, entretanto, a política liberal. Paradiso (2005, p. 37) afirma que “esse impulso de nacionalismo econômico, que se tivesse prevalecido teria modificado o nível de abertura da economia, estava destinado a declinar rapidamente, varrido pela lógica de um processo de crescimento baseado nas exportações”.

¹³⁶ O desenvolvimento dos navios frigoríficos contribuiu para a inserção da Argentina no mercado europeu de carnes.

¹³⁷ Parto, aqui, de uma análise mais ampla, do ponto de vista econômico. As crises que eclodiram ao longo do período (como as de 1885, 1890 e 1913) não anulam a afirmação de que o período como um todo foi de prosperidade para a Argentina.

¹³⁸ Se, no plano interno, a necessidade de mão-de-obra, a disponibilidade de terras (especialmente após as Campanhas do Deserto) e a estabilidade política contribuíam para a chegada de imigrantes, no plano externo (europeu), a crise econômica dos anos 1880-90 era um fator de repulsão.

A legislação havia criado condições favoráveis para a imediata incorporação dos imigrantes à estrutura econômica, mas não oferecia nenhum estímulo especial para sua incorporação à estrutura política. O imigrante não se sentia estimulado a adquirir a cidadania, procedimento judicial lento e custoso.

Os imigrantes não apenas teriam a missão de auxiliar o desenvolvimento econômico, mas também atuariam no sentido de disseminar no território os genes e a cultura europeia. Culturalmente, portanto, as elites buscaram imitar os padrões culturais da Europa. Buenos Aires, na época, era considerada a Paris do Prata, visto que houve, de fato, melhorias urbanísticas e o estímulo a atividades culturais, como o teatro. Diversos novos prédios, praças e monumentos foram construídos. Arquitetos franceses, italianos e alemães exerceram papel em um processo que transformou a cidade, que perdia, por fim, seus ares coloniais.¹³⁹ Destaca-se a inauguração do Teatro Colón, em 1908, e do primeiro metrô iberoamericano, em 1913. Nesse sentido, a Argentina, além de ter sido conservadora no plano político e liberal no plano econômico, foi progressista do ponto de vista cultural.

O pensamento positivista – caracterizado pela crença no progresso – influenciou o pensamento das elites argentinas. O lema de governo de Julio A. Roca – Paz e Administração – é ilustrativo dessa influência.¹⁴⁰ Os pensadores da chamada *Generación del 80* marcaram a cena intelectual da época, sintetizando os ideais e objetivos das oligarquias. Além de defenderem o modelo político oligárquico e o liberalismo econômico, esses pensadores estavam imbuídos de ideais laicos. Julio A. Roca, em seu primeiro mandato (ele voltaria ao poder na década de 1890), instituiu o registro civil de nascimentos, retirando da Igreja Católica essa função.¹⁴¹ Diversos espaços da sociedade civil, assim, foram secularizados.

Tal como no Brasil, a Argentina oligárquica também foi caracterizada por eleições fraudulentas e por mecanismos que evitavam ou ao menos dificultavam a ampliação dos direitos civis. O modelo implementado em 1880, curiosamente, acabou contribuindo para sua própria derrocada. A crescente massa de trabalhadores estrangeiros – que ao mesmo tempo eram causa e sintoma do crescimento econômico argentino – acabou por dar origem a novos grupos sociais, os quais questionavam a permanência das oligarquias no poder.

¹³⁹ Sigo, aqui, a análise feita por José Luís Romero, o qual afirma que a consolidação das burguesias na América Latina de fins do século XIX teve como desdobramento a emergência de novos traçados urbanos (cidade burguesa), os quais rompiam com a até então cidade patricia, típica do período 1800-80 e que ainda mantinha certos traços da arquitetura colonial (ROMERO, 2004).

¹⁴⁰ É de se notar que o lema de Roca era semelhante ao que seria adotado no Brasil após a Proclamação da República.

¹⁴¹ Em 1884, outra lei instituiu o ensino obrigatório laico e gratuito. A medida, naturalmente, foi mal recebida pela hierarquia da Igreja Católica, o que gerou tensões. No mesmo ano, Argentina e Vaticano romperam relações.

Já em 1890, quando eclode a Revolução do Parque, movimento de oposição ao governo do presidente Juárez Celmán, a oposição começava a mostrar sinais de fortalecimento. Nessa ocasião, surgiram dois agrupamentos de oposição, a União Cívica Nacional, mais moderada, e a União Cívica Radical. Enquanto o primeiro grupo atacava a corrupção do regime, as concessões exageradas feitas ao capital estrangeiro e as eleições fraudulentas, o segundo, agrupado em torno das ideias de Leandro Alem e Hipólito Yrigoién, iria tomar um caminho mais radical, pegando em armas contra o governo em 1893 e 1905.¹⁴² Apesar de ter sido abafado, o levante forçou a renúncia do presidente Juárez Celmán, que foi substituído por seu vice, Carlos Pellegrini. Este, junto com Roque Sáenz Peña e outros, compunha a chamada ala modernista do PAN, a qual propunha certa liberalização e transparência do regime político

Paralelamente, começou a surgir uma série de organizações trabalhistas e de esquerda, as quais ameaçavam o controle oligárquico. A presença dos ideais anarquistas estava presente: em 1901 foi criada a FOA (*Federación Obrera Argentina*). No ano seguinte, funda-se a UGT (*Unión General de Trabajadores*), de caráter socialista. Em 1904, a FOA passou a se chamar FORA (*Federación Operária Regional Argentina*), a qual foi a central mais dinâmica e ativa do período. Ao longo do período 1901-10, sete greves gerais eclodiram na Argentina, levando o temor às oligarquias. (RAPOPORT, 2005, P. 63). Assim, os movimentos trabalhistas argentinos mostravam uma força que os brasileiros só adquiririam (e ainda em menor escala) no final da década de 1910, com as greves de 1917.

Nesse contexto, os setores reformistas dentro do PAN passaram a advogar certas mudanças. Estadistas de porte, como os presidentes Carlos Pellegrini, José Figueroa Alcorta e Roque Sáenz Peña, acreditavam que certas concessões seriam importantes para se evitar revoluções radicais. (RAPOPORT, 2005, p. 37)

Em 1912, foi aprovada a lei Sáenz-Peña, a qual estabeleceu o voto universal (para homens com mais de 18 anos), secreto e obrigatório¹⁴³. Era o fim do sistema dos presidentes eleitores, no qual o sucessor era sempre indicado ou ao menos apoiado pelo presidente. Para os membros da elite que defendiam essa reforma, a lei seria uma espécie da válvula de escape que poderia permitir a permanência do PAN no poder. A vitória de Yrigoién, nas eleições de 1916, entretanto, pôs fim ao domínio que o PAN exerceu durante mais de 35 anos na

¹⁴² Em 1896, surgiu o Partido Socialista, o qual defendia a adoção de reformas sociais para os trabalhadores e democráticas para o Estado. Seu desenvolvimento foi dificultado pelo fato de que muitos trabalhadores eram estrangeiros sem direitos políticos. (RAPOPORT, 2005, p. 36)

¹⁴³ A lei pôs fim, portanto, ao chamado voto cantado, em que o eleitor enunciava em voz alta seu candidato.

Argentina, encerrando o ciclo oligárquico.¹⁴⁴ O caso argentino contrasta com o do Uruguai. Nesse país, o *batllismo* conseguiu pôr em prática diversas medidas sociais e econômicas, as quais, no entanto, não implicaram a perda de poder para os grupos dominantes.

4.5 A POLÍTICA EXTERNA ARGENTINA

4.5.1 PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Esse quadro interno acima descrito teve repercussões importantes para a política externa argentina. De acordo com Mario Rapoport (2005, p. 38),

A afirmação deste Estado oligárquico foi funcional para a consolidação e perpetuação da ordem terratenente nas novas condições históricas da expansão do capitalismo mundial e se **manifestou em uma política exterior baseada no livre-cambismo e no estabelecimento de fortes vínculos mercantis e financeiros com a Europa e, sobretudo, com a Grã-Bretanha.** (grifos meus)

No período em foco, portanto, o crescimento econômico argentino e sua consolidação política foram acompanhados por uma política externa que, em linhas gerais, teve como centro de orientação a Europa, nomeadamente a Inglaterra.

O crescimento argentino também se manifestou no plano externo com a origem de uma espécie de Destino Manifesto (CISNEROS; ESCUDÉ, 1999, T. VII). De acordo com a versão argentina dessa teoria, a Argentina estava destinada a expandir-se na América do Sul, devido à sua superioridade racial e moral.¹⁴⁵

Essa ideologia do destino manifesto encontrava adeptos não apenas entre os conservadores do Partido Autonomista Nacional, mas também entre os membros da União Cívica Radical. Para Rodrigo Andrade Cardoso (2003, p. 40)

¹⁴⁴ Em 1930, no entanto, um golpe militar conduziu ao poder José Felix Uriburu, que restaurou o poder às oligarquias. Com a ascensão do peronismo, nos anos 1940, a década de 1930 passaria a ser conhecida como a década infame.

¹⁴⁵ No Brasil também houve – especialmente ao longo do período imperial – a crença em uma suposta superioridade em relação à Argentina e aos demais países sul-americanos. A solidez da monarquia contrastava com a instabilidade reinante nos países vizinhos, o que contribuía para a visão brasileira. Esse era o caso, como vimos, de Eduardo Prado (OLIVEIRA, 1999).

O grande crescimento econômico do país àquela época alimentava uma percepção exagerada da importância da Argentina no mundo, a qual, muitos acreditavam, estava destinada a ser provedora de alimentos e outras necessidades do subcontinente.

Para José Ingenieros¹⁴⁶, intelectual do período, o povo argentino era superior aos demais povos dos países sul-americanos, o que justificava uma política imperialista na América do Sul. Para ele, o território argentino - bastante extenso -, a fecundidade de seu solo, seu clima - temperado, mais semelhante ao europeu - e a predominância da população branca eram elementos que favoreciam à Argentina. O Brasil, por sua vez, era encarado como inferior do ponto de vista econômico e social¹⁴⁷, embora fosse temido por sua extensão territorial.

Portanto, a crença em um darwinismo social, o qual afirmava que havia raças superiores a outras contribuiu para a disseminação do Destino Manifesto argentino. Enquanto as raças mais desenvolvidas prosperariam e teriam o direito de submeter as demais, as raças consideradas inferiores deveriam aceitar o domínio imposto.

Luis P. Tamini, um dos colaboradores de Zeballos na RDHL e adepto do Destino Manifesto argentino, afirmava que a Argentina deveria reincorporar seus territórios “perdidos”, isto é, aqueles que anteriormente compunham o Vice-Reino do Rio da Prata¹⁴⁸. (CISNEROS; ESCUDÉ, 1999, T. VII, p. 126) Percebe-se, pois, que o temor brasileiro – existente principalmente ao tempo do Império, mas que continuava a existir na primeira década do século XX - de que a Argentina pusesse em prática algum plano de incorporar Uruguai, Paraguai e mesmo parte da Bolívia, tinha certo fundamento.

Luis P. Tamini também afirmava que a rivalidade entre Brasil e Argentina era inevitável, já que estes sempre teriam objetivos conflitantes. Esse intelectual era um dos que afirmava que o povo argentino tinha força moral superior à do brasileiro, e que isso contribuiria para a vitória argentina em uma eventual guerra, ainda que o Brasil tivesse recursos territoriais e materiais maiores. (CISNEROS; ESCUDÉ, T. VII, p. 126).

¹⁴⁶ José Ingenieros (1877-1925) destacou-se na cena pública argentina do início do século XX. Formado em Medicina, destacou-se como ensaísta e analista social. Influenciado pelo positivismo, Ingenieros foi um dos fundadores do socialismo em solo argentino, o que indica que as ideias de superioridade racial argentina também ganhavam adeptos na esquerda.

¹⁴⁷ Em 1899, o PIB per capita da Argentina era de 2.700 dólares, enquanto o brasileiro atingia apenas a quantia de 700 dólares. (VARGAS GARCIA, 2005, p. 112).

¹⁴⁸ Até 1776, os atuais territórios da Argentina, Uruguai, Paraguai e parte da Bolívia ainda integravam o Vice-Reino do Peru. Fatores econômicos (necessidade de se combater o contrabando) e geopolíticos (o fim do século XVIII caracterizou-se por uma série de conflitos entre as monarquias ibéricas pela posse do Prata) foram determinantes na criação do Vice-Reino do Prata, em 1776. Sua criação está inscrita no contexto das Reformas Bourbonicas, postas em prática por Madri para aumentar seu controle sobre as colônias.

Não havia, no entanto, consenso quanto à política externa que deveria ser adotada. É possível identificar, *grosso modo*, dois grupos. Um em que predominavam os interesses comerciais e que, por isso, tendia a evitar o surgimento de conflitos com os países vizinhos (corrente pacifista ou idealista), e outro, de caráter mais expansionista, o qual preconizava soluções de força e defendia o fortalecimento militar (corrente realista ou belicista). Os expoentes do primeiro grupo – Bartolomé Mitre, Carlos Pellegrini, Julio A. Roca, Roque S. Peña, entre outros – estendiam seu posicionamento mais moderado não apenas ao Brasil, mas também ao Chile. Já os representantes do segundo grupo – E. Zeballos, J. F. Alcorta, entre outros – estavam imbuídos de um espírito mais expansionista e defendiam uma postura mais agressiva tanto contra o Rio de Janeiro como contra Santiago.

José Paradiso (2005, p. 289) analisa as correntes realista e pacifista, apontando suas semelhanças – ambas tiveram origem no êxito do modelo agroexportador - e suas diferenças.

A rigor, as duas correntes eram expressões do modelo agroexportador e de seus êxitos. Os realistas porque pretendiam assumir as ‘responsabilidades do poder derivadas do notável crescimento econômico registrado nesses anos. Os pacifistas porque queriam, acima de tudo, preservar essa expansão das turbulências e comoções que pudessem corromper o curso promissor do progresso material.

Os pacifistas, dessa forma, consideravam que o clima de paz armada colocava em risco o crescimento argentino. A crise financeira de 1901-2 foi vista, por esse grupo, como uma consequência dos gastos militares na corrida contra o Chile. De fato, os investimentos eram elevados, chegando a corresponder, no início do século XX, a 25% das despesas totais do Estado. (PARADISO, 2005, p. 40)

4.5.2 AS RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS

A política exterior da Argentina ao longo das últimas décadas do século XIX e das primeiras do século XX foi caracterizada por relações conturbadas com os Estados Unidos. Em relação a esse país, a Argentina mostrara-se, desde a década de 1880, uma fonte de oposição a diversas iniciativas do governo norte-americano. (CISNEROS; ESCUDÉ, 1999, T. VIII, p. 61) A tentativa de se estabelecer uma união aduaneira e a proposta de arbitragem obrigatória, feitas durante a I Conferência Pan-Americana, em 1889, foram rejeitadas pelos argentinos, por exemplo. Além de a política externa argentina ter laços mais fortes com a

Europa (Inglaterra, em especial), os dois países viam-se como competidores na economia global, já que ambos disputavam mercados agrícolas, como o do trigo (BANDEIRA, 2003).

Adelar Heinsfeld, em artigo intitulado *A busca da hegemonia regional: a recepção da doutrina do Big Stick no Brasil e na Argentina*, aproxima-se da leitura feita por Moniz Bandeira ao enfatizar que a oposição que os argentinos faziam aos Estados Unidos não tinha origem somente em motivos políticos. Heinsfeld destaca que na primeira década do século XX os dois países competiam na busca de mercados agrícolas – trigo e carne, sobretudo -, enquanto Brasil e Estados Unidos mantinham relações econômicas mais complementares (HEINSFELD, 2005).

A volta de Julio A. Roca ao poder, em 1898, pareceu marcar um momento de menos tensões entre os dois países. Por decisão de Roca, a Argentina voltou a participar do Bureau da Organização Pan-Americana, da qual havia se ausentado desde 1892¹⁴⁹. Esse ensaio de aproximação com os Estados Unidos gerou críticas internas. Cisneros e Escudé (1999, T. VIII, p. 72) afirmam que

Um importante setor da imprensa argentina não compartilhou as esperanças de Roca, García Merou [representante da Argentina em Washington] e Buchanan [representante dos EUA em Buenos Aires] acerca do crescimento da ideia pan-americana, enfatizando os exemplos da política expansionista e intervencionista do governo norte-americano, expressa em casos como a guerra contra a Espanha e as ‘intrigas’ contra a independência de Cuba.

Na II Conferência Pan-Americana (1901-2), novamente houve descompasso entre os dois países. Dessa vez, a Argentina - envolvida em conflitos lindeiros com o Chile - defendeu a arbitragem obrigatória, ao passo que os Estados Unidos preferiram a proposta mexicana da arbitragem voluntária, a qual havia sido referendada ao longo da I Conferência de Paz da Haia, em 1899. A delegação argentina também criticou a política econômica norte-americana. García-Merou, representante argentino, atacou em especial a Tarifa McKinley¹⁵⁰, a qual criava entraves que prejudicavam as carnes e os couros advindos da Argentina. Os norte-americanos, assim, praticamente fechavam seu mercado interno aos produtos argentinos, enquanto na Argentina a situação era inversa, pois os produtos manufaturados dos Estados Unidos tinham acesso ao mercado argentino. (CISNEROS; ESCUDÉ, 1999, T. VIII, p. 73).

¹⁴⁹ Em 1910, durante a IV Conferência Internacional Americana, o Bureau foi transformado na União Pan-Americana (UPA).

¹⁵⁰ Tarifa criada em 1890 que aumentava os impostos de importação nos Estados Unidos. A medida também recebeu críticas domésticas, já que encarecia os preços de diversos bens.

As relações novamente caíram de nível em 1902, por ocasião da presença militar de Alemanha e Inglaterra na Venezuela. A Argentina protestou contra a presença europeia¹⁵¹ e criticou a decisão dos Estados Unidos, a qual autorizou o uso da força para cobrar dívidas.¹⁵² O relacionamento bilateral também sofreu revéses em 1907, por ocasião da II Conferência da Paz da Haia¹⁵³, quando a Doutrina Drago foi rejeitada.

Nessa ocasião, Rui Barbosa, enviado brasileiro à Conferência, alinhou-se à posição estadunidense de que os Estados devem honrar seus compromissos e que, caso o Estado inadimplente não os cumpra após procedimento arbitral, a intervenção poderia ocorrer.

Nesse contexto, a Argentina buscava caminhos para fazer frente à influência dos Estados Unidos. Para Cardoso (2003, p. 16),

A busca de estreita associação com a Grã-Bretanha era um modo de afastar ou reduzir esse risco [americano]. Outro modo seria a oposição a quaisquer iniciativas norte-americanas tendentes a aumentar seu peso político e econômico na América do Sul.

No decorrer do século XX, essa tendência da política externa de manter mais autonomia em relação aos Estados Unidos foi mantida em diversas ocasiões. Na II Guerra Mundial, por exemplo, o país apenas declarou guerra ao Eixo em 1945, no final do conflito. Mais tarde, durante a Guerra Fria, Perón buscou implementar uma política externa independente, uma terceira via em relação ao capitalismo e ao comunismo.¹⁵⁴

4.5.3 A ARGENTINA NA AMÉRICA DO SUL

Podemos compreender melhor a situação geopolítica na América do Sul da primeira década do século XX por meio de uma metáfora de Moniz Bandeira (2003). Para esse historiador, o continente sul-americano era, nesse período, uma espécie de tabuleiro de xadrez, em que o movimento de qualquer uma das peças afetaria as outras. A situação

¹⁵¹ Assim como afirmamos, no capítulo 2, que a política americanista de Rio Branco não significava um alinhamento automático com os EUA, esse episódio demonstra que a orientação europeísta da Argentina não implicava aceitação total da política britânica.

¹⁵² Como vimos no capítulo 3, esse é o momento em que surge a Doutrina Drago.

¹⁵³ A primeira Conferência, realizada em 1889, não havia contado com a participação de países latino-americanos. A segunda, realizada em 1907, contou com a presença de Brasil e Argentina.

¹⁵⁴ Situação distinta ocorreu ao longo do governo de Carlos Menem, o qual, apesar de peronista, manteve relações estreitas com os Estados Unidos. Falava-se, na época, de “relaciones carnales” com o governo de Washington.

geopolítica argentina, nesse sentido, requeria cuidados, pois o governo de Buenos Aires tinha de lidar com conflitos com o governo de Santiago. De fato, as divergências mais sérias em que estava envolvido o governo argentino ocorriam com o Chile, país com o qual a Argentina tinha impasses relacionados à fronteira. Sua política exterior, assim, tinha de dar grande atenção ao que se passava nos Andes.¹⁵⁵

Nesse contexto, o governo argentino tentava aproximar-se dos países menores para fortalecer sua posição. De acordo com Cisneros e Escudé (1999, T. VII, p. 141), Paraguai e Uruguai eram vistos pelo governo da Argentina (e do Brasil também) como países que poderiam ser aliados no cenário geopolítico sul-americano. Ao longo da primeira década do século XX, a influência brasileira concretizou-se, sobretudo, sobre o Uruguai; no Paraguai, a Argentina apoiou o movimento liberal de 1904, o qual impôs ao país um governo mais favorável aos interesses argentinos. A Bolívia, por sua vez, era importante elemento de equilíbrio no conflito com o Chile.

Uma política que previa uma atuação mais ativa no continente sul-americano era defendida principalmente pelos realistas, que pensavam que a Argentina deveria ampliar sua presença na América do Sul, ao mesmo tempo em que mantinha laços privilegiados com a Europa.

A agenda diplomática argentina também tinha como prioridade na América do Sul a defesa do espaço nacional e das fronteiras. A importância dada ao território, na verdade, era aspecto comum do cenário sul-americano do período. Inseridos em um contexto de segunda revolução industrial, os Estados tinham como meta valorizar suas terras e recursos. Assim, os conflitos fronteiriços eram comuns no período.

Com o Uruguai, a soberania no Rio da Prata gerava controvérsias entre os dois governos. Enquanto a Argentina defendia a tese da “costa seca”, pela qual apenas a Argentina teria soberania sobre as águas do rio da Prata, os uruguaios postulavam que caberia a cada país exercer soberania até a linha média do rio. (CISNEROS; ESCUDÉ, 1999, T. VII, p. 185). Com a Bolívia, o governo argentino disputava os territórios, como o Chaco e a província de Tarija.

Com o Chile, os problemas eram mais graves, pois as disputas pela Patagônia quase levaram os dois países à guerra. Acordos assinados em 1902 (*Pactos de Mayo*) impediram a eclosão de um conflito bélico, ainda que as tensões tenham permanecido. Pelos termos do

¹⁵⁵ A rivalidade entre Argentina e Chile estendeu-se, com momentos de maior e menor extensão, ao longo de todo o século XX.

compromisso, os dois países escolhiam a Inglaterra como mediadora¹⁵⁶, bem como entravam em acordo para limitar os armamentos navais. Tal tratado representou, portanto, a vitória do grupo que defendia uma política externa mais moderada e cautelosa na América do Sul.

4.5.4 AS RELAÇÕES COM O BRASIL

Em relação ao Brasil, a política externa argentina orientava-se pela ideia de evitar uma hegemonia brasileira na América do Sul, em especial na área platina. Verifica-se, pois, que tanto Brasil como Argentina, de uma maneira geral, percebiam o outro como uma ameaça a seus projetos geopolíticos e a sua segurança e rivalizavam pela hegemonia na área platina.¹⁵⁷ Pode-se conceituar, aqui, hegemonia como a capacidade que um Estado tem de determinar, ou pelo menos influenciar, o comportamento externo de outros estados (HEINSELD, 2005).

Apesar disso, é preciso lembrar, conforme mencionado no capítulo 2, que as relações entre Brasil e Argentina caracterizaram-se, ao longo do período em tela, por avanços e recuos. Se, por um lado, havia divergências entre os dois Estados, por outro, laços comerciais e a proximidade geográfica impediam um afastamento mais grave. É possível, por isso, evitar rótulos como o de “tradicional rivalidade” (BANDEIRA, 2003).¹⁵⁸

Na década de 1880, o presidente Julio Argentino Roca adotou postura de aproximação com o Brasil. Naquele momento, distender as relações bilaterais com o governo brasileiro – tensas, na década de 1870, devido à questão do Paraguai - era útil, já que a Argentina continuava a ter problemas com o Chile. Evitar conflitos com o Brasil, portanto, era estratégia adotada para que não houvesse uma frente dupla contra a Argentina.

Mais tarde, em 1889, o fato de o Brasil ter adotado o regime republicano foi elogiado pela imprensa e pelos estadistas argentinos. O Brasil, afinal, era o único país da América que havia adotado a forma monárquica de governo. O 15 de novembro, assim, deu início a um

¹⁵⁶ O laudo do rei britânico Eduardo VII, de novembro de 1902, concedeu, dos 94.000 quilômetros disputados, 54.000 ao Chile e 40.000 à Argentina. O laudo, no entanto, não pôs fim às disputas fronteiriças. Às regiões que foram objeto da decisão do monarca britânico – passo de São Francisco, bacia do lago Lácar, imediações dos lagos Nahuel Huapi e Viedma e região adjacente à Última Esperança – logo se somou outra, a das ilhas situadas ao sul do Canal de Beagle. (CISNEROS; ESCUDÉ, 1999, p. 69) Esse impasse entre os dois países só seria resolvido na década de 1970!, após os bons ofícios prestados pelo Papa João Paulo II (CISNEROS; ESCUDÉ, 1999, p. 69)

¹⁵⁷ E continuou sendo assim até a década de 1980, quando as relações bilaterais distenderam-se e os dois países entraram em outro nível de entendimento, o qual se materializou com a formação do Mercosul.

¹⁵⁸ Moniz Bandeira (2003) alerta para o erro de se adotar rótulos enganosos, como “tradicional rivalidade” entre Brasil e Argentina e “irrestrita amizade” entre Brasil e Estados Unidos.

período de cordialidade nas relações entre as duas nações. Esse período, entretanto, não foi duradouro. Ainda na década de 1890, o litígio fronteiriço de Palmas opôs o governo do Rio de Janeiro ao de Buenos Aires.

O caso de Palmas (conhecido na Argentina como *Misiones*), ainda que solucionado de maneira pacífica (ver capítulo 2), foi oportunidade para que políticos que desejavam que a Argentina ampliasse sua influência regional e mundial lançassem críticas à maneira como a situação havia sido conduzida. O político, escritor e diplomata Miguel Cané, por exemplo, atacou a decisão de se conferir ao presidente dos Estados Unidos a função de árbitro. Para ele, a decisão havia sido um absurdo, já que as relações argentinas com os Estados Unidos não eram tão próximas quanto as que o Brasil mantinha com o mesmo país. (CISNEROS; ESCUDÉ, 1999, T. VII, p. 116).

Novamente no poder (1898-1904), Roca reimplementou a política de aproximação com o Brasil. A visita que o presidente argentino fez ao Brasil, em 1899¹⁵⁹, bem como a visita do presidente Campos Sales a Buenos Aires, no ano seguinte, foram demonstrações dessa tentativa de melhorar as relações bilaterais. Um tratado concluído em 1898 teve como escopo estabelecer a linha divisória entre os dois países. Nos anos seguintes, formou-se uma comissão para demarcar fisicamente a fronteira. O relacionamento bilateral parecia evoluir.

A primeira década do século XX, entretanto, seria caracterizada por tensões entre os dois países, especialmente após José Figueroa Alcorta ascender ao poder¹⁶⁰. O presidente Alcorta opunha-se aos roquistas e mitristas¹⁶¹, o que, no plano das relações bilaterais com o Brasil, significava a defesa de uma postura de receio ou mesmo de agressividade.¹⁶²

O governo argentino desaprovava o plano de rearmamento naval programado pelo Brasil. O rearmamento brasileiro, de acordo com a leitura feita pelos estadistas de Buenos Aires, fazia parte de um projeto de hegemonia na América do Sul.

As relações entre Brasil e Estados Unidos também não eram bem vistas na Argentina. A elevação da legação do Brasil em Washington à categoria de embaixada, por exemplo, foi entendida como uma tentativa brasileira de fazer uso da amizade com os Estados Unidos para impor sua força na América do Sul. Vale lembrar que a embaixada brasileira nos Estados

¹⁵⁹ Lembrando a visita do presidente argentino ao Brasil, Eugênio Vargas Garcia (2005, p. 112) complementa que foi nesse ano de 1899 que a Argentina ultrapassou o Brasil no que dizia respeito a importações da Inglaterra.

¹⁶⁰ Alcorta tornou-se presidente em março de 1906, após a morte de Manuel Quintana, que havia assumido o cargo em 1904.

¹⁶¹ Unificador da Argentina, Bartolomé Mitre aliou-se ao Brasil durante a Guerra do Paraguai. Mais tarde, continuou apoiando relações mais estreitas com o Brasil. Em termos de política externa, assim, o termo mitrista é aplicado àqueles que deram seguimento a suas orientações.

¹⁶² No plano interno, Alcorta será um dos defensores de medidas liberalizantes (como a lei Sáenz-Peña). No plano externo, porém, ele se distanciou do grupo mais favorável ao Brasil.

Unidos foi a primeira de um país latino-americano nesse país e que, no ano seguinte, os Estados Unidos retribuíram o ato e abriram uma embaixada no Brasil. A recepção do Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, por sua vez, também distanciou os dois países. Enquanto Rio Branco aprovava essa doutrina, pois entendia que ela garantiria a segurança dos países latino-americanos¹⁶³, a diplomacia argentina oferecia mais resistência à política estadunidense e propunha maior distanciamento desse país dos negócios das nações da América Latina.

Nesse contexto, é compreensível a afirmação de Estanislao Zeballos, o qual afirmou na RDHL que “Nós, ao contrário [do Brasil], pertencemos à zona do concerto europeu. A Europa é nossa amiga e nossa vanguarda.” (RDHL, abril de 1905, p. 122)¹⁶⁴

Houve, no entanto, ensaios de cooperação bilateral. Em 1905, foi assinado um convênio policial entre os dois países – além de Uruguai e Paraguai -, o qual se destinava à troca de informações sobre indivíduos anarquistas. No mesmo ano, assinou-se um tratado de arbitramento. (VARGAS GARCIA, 2005, p. 116). As relações só melhorariam, porém, com a chegada ao poder de Roque Sáenz-Peña, em 1910.

4.6 A VISÃO DE DIPLOMATAS E DA IMPRENSA ARGENTINA SOBRE O BRASIL E SOBRE A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

A modernização econômica que a Argentina vivenciava e as medidas tomadas para impulsionar a educação foram fatores que contribuíram para o desenvolvimento da imprensa e para a formação de um público leitor. Sobre a imprensa da Argentina no final do século XIX¹⁶⁵ e a formação de uma opinião pública, Garabedian, Szir e Lida (2009, p. 13) afirmam que

A construção de uma opinião pública esteve estreitamente vinculada à criação de uma comunidade de leitores [...] O crescimento dos diários e revistas em Buenos

¹⁶³ Rio Branco sustentava que os países europeus, após concluírem a partilha da África e da Ásia, poderiam voltar-se ao continente americano.

¹⁶⁴ *Nosotros, al contrario, pertenecemos a la zona del concierto europeo. La Europa es nuestra amiga y nuestra vanguardia.*

¹⁶⁵ Além dos periódicos analisados nesse trabalho, os quais tinham circulação mais ampla, pois eram, em geral, de propriedade de pessoas ligadas às elites, também existiam diversas outras publicações, como aquelas de caráter anarquista e as que eram destinadas a grupos étnicos específicos, como *El Diario Español*. (GARCÍA SEBASTIANI, 2004)

Aires foi tão importante como o crescimento populacional, colocando-a entre as maiores cidades do mundo.

A difusão de jornais e de outros meios de comunicação também foi salientada por Romero (2004), que considerou que essa era uma das características da “cidade burguesa”. De fato, em fins do século XIX a Argentina representava o terceiro país em número de jornais existentes por habitante (SOARES, 2003, p. 141).

A Argentina, em particular, tinha níveis de escolaridade bastante superiores aos do Brasil, o que contribuía para disseminação dos meios de informação. Segundo Alberto (1970) na província de Buenos Aires o índice de analfabetismo chegava a 45% em 1895, tendo sido reduzido para 31,6% em 1914. Ainda que esses números sejam altos quando comparados aos atuais, é preciso recordar que as taxas de analfabetismo brasileiras eram maiores: Boris Fausto (2001, p. 217) afirma que em 1920 o índice de analfabetos no Brasil atingia a marca de 69,9%.

Para as elites argentinas, imbuídas, como vimos, dos ideais de progresso típicos do Positivismo, expandir os meios de comunicação também significava a possibilidade de disseminar os valores civilizatórios. A ampliação do número de jornais e o aumento de sua circulação integravam, portanto, um projeto mais amplo de civilização, o qual também abrangia a construção de bibliotecas e de escolas públicas.¹⁶⁶ Assim, a educação foi um “importante mecanismo de produção simbólica usado pelos governos argentinos [...] para a criação de unidade e de consenso” (SOARES, 2003, p. 134).

A imprensa também atuou como ferramenta para a construção e consolidação de identidades, fossem políticas ou étnicas. Assim, pode-se afirmar que, além de informar, a imprensa constituiu-se em instrumento a serviço de posições políticas. Compreende-se, então, a existência de periódicos com as mais distintas posições. Os diversos grupos de interesses reconheciam a importância dos meios impressos para a consecução de seus projetos e objetivos.

Nesse contexto, as relações internacionais do período, em geral, e as divergências que emergiram entre Brasil e Argentina, em particular, mereceram a atenção da imprensa e de intelectuais argentinos, que publicavam suas interpretações acerca da atuação internacional brasileira. Ainda no século XIX, um episódio relacionado ao representante argentino no Rio

¹⁶⁶ O presidente Sarmiento (1868-74) já pusera em marcha esse projeto. Em seu mandato, foram construídas muitas escolas públicas e bibliotecas.

de Janeiro, Carlos Tejedor¹⁶⁷, já havia mostrado como a imprensa poderia ser instrumentalizada para divulgar determinados pontos de vista.

Assim, cada jornal reproduzia imagens diferentes a respeito do Brasil. Entre os mais favoráveis às posições brasileiras – ainda que em muitas ocasiões as tenham criticado também - estavam *La Nación* e *El País*. Entre os que tinham posicionamento mais crítico, *La Prensa* era o de maior importância. Outros diários menores, como *La Razón* e *El Sarmiento* também tinham a tendência de questionar a diplomacia brasileira.¹⁶⁸

Portanto, as representações divulgadas sobre o Brasil não eram homogêneas. Rodrigo Andrade Cardoso (2003, p. 48.) afirma que

Também a imprensa argentina se dividia. Além de sua *Revista de Derecho, Historia y Letras*, Zeballos contava com o apoio dos jornais *La Prensa*, *El Nacional*, *La Razón* e *Sarmiento*. Já *La Nación*, *La Argentina*, *El Diario* e *El Tiempo*, partidários de uma política mais prudente em relação ao Brasil, eram, muitas vezes, críticos severos do chanceler argentino.

La Nación, cujo primeiro exemplar foi publicado em 1870, teve como fundador o ex-presidente argentino Bartolomé Mitre, o qual tinha, como vimos, posicionamento favorável ao Brasil. Na época, o jornal dedicava de uma a duas páginas a notícias internacionais (geralmente as páginas 3 e 4). No plano da política interna, esse periódico adotava postura conservadora, opondo-se, por exemplo, a grupos que tentavam contestar a ordem política e social vigente. O jornal *El País* seguia, em linhas gerais, tendências próximas às de *La Nación*. Um de seus fundadores foi Carlos Pellegrini, o qual, assim como Bartolomé Mitre, defendia relações mais estreitas com o Brasil.

La Nación e *El País* também tinham orientação de conciliação com o governo chileno. Segundo Cisneros e Escudé (1999, T. VII, p. 56), suas representações acerca do conflito com o Chile contribuíram para o entendimento bilateral.

Tanto *La Nación* como *El País* adotaram nesses dias uma orientação pacifista e antiintervencionista nos assuntos pendentes da guerra do Pacífico. [...] Em outros editoriais, *La Nación* tentou acalmar os temores existentes acerca do poder chileno.

¹⁶⁷ Em 1875, Carlos Tejedor, em missão especial ao Brasil, retornou a seu país sem se despedir do imperador D. Pedro II. Na época, o futuro Barão do Rio Branco, escrevendo no jornal *A Nação*, afirmou que não houve ofensa ao país, apenas uma *gaucherie*. Em Buenos Aires, Zeballos traduziu de maneira incorreta a afirmação de Rio Branco, entendendo-a como uma ofensa à Argentina. Embora não tenha criado problemas mais sérios, o episódio demonstrou como a imprensa poderia servir para inflamar os ânimos nacionais nos dois países.

¹⁶⁸ *La Nación* e *La Prensa* eram os periódicos de maior circulação na Argentina de então: cerca de 18.000 exemplares eram impressos diariamente. (GARABEDIAN, SZIR, LIDA, 2009, p.16)

Esse posicionamento refletia a tendência atlântica que predominava nos setores moderados argentinos, mais preocupados em estabelecer laços econômicos lucrativos com a Europa do que ampliar o poder argentino até o Pacífico.

La Prensa, por sua vez, foi fundado em 1868 por José C. Paz. No que diz respeito à política doméstica, seus pontos de vista tendiam a coincidir com os de *La Nación*. Ambos eram, afinal, dominados por setores da oligarquia. Em relação à política externa, entretanto, La Prensa foi o grande porta-voz dos setores que propunham uma inserção argentina mais agressiva. Não é à toa, assim, que Estanislao Zeballos atuou como editor desse periódico.

A orientação mais agressiva de *La Prensa* em relação ao Brasil estendia-se também ao Chile. Em relação aos acordos de maio, *La Prensa* os criticou, afirmando que eles haviam sido uma vitória da diplomacia chilena, a qual teria assegurado ao seu país carta branca no Oceano Pacífico. (CISNEROS; ESCUDÉ, 1999, T. VII, p. 59)

O periódico que mais se dedicou a criticar o Itamaraty não foi, entretanto, um jornal, mas, sim, uma revista. Refiro-me à já citada *Revista de Derecho, Historia y Letras*, publicada mensalmente e também editada por Estanislao Zeballos.

Essa revista, publicada entre 1898 e 1924, é quase como um retrato dos assuntos que mais ocupavam os intelectuais e os políticos argentinos do período. Artigos sobre política, economia, sociedade e cultura ocupavam suas páginas. À diferença dos jornais, a RDHL publicava artigos extensos, os quais contavam com análises mais densas e se destinavam a um público leitor que estava familiarizado com os temas importantes e controversos do momento, fossem domésticos ou nacionais.

A RDHL serviu, então, como um instrumento utilizado por Estanislao Zeballos para divulgar suas concepções de mundo e de política externa. Sobre o Brasil, em particular, ele dedicou grande atenção, criticando a atuação de Rio Branco à frente do Itamaraty. Em sua revista, Zeballos também adotou postura de crítica à aproximação com o Chile, a qual se concretizou, como mencionado, a partir de 1902, com a assinatura dos *Pactos de Mayo*. Para ele, a Argentina saíra enfraquecida após esse acordo.

O Chile avança sobre os Andes e com a sanção arbitral cai sobre a Patagônia, domina o estreito de Magalhães de boca a boca, todas as ilhas ao sul do Canal de Beagle e se converte de improviso em potência de avanço progressivo sobre os dois oceanos [...] A República Argentina, debilitada e abstraída pela desordem interna e pelos interesses materiais, defendeu sua tese sem caráter, sem unidade de ação e sem plano definido. (RDHL, dezembro de 1902, p. 145)

A trajetória de Zeballos como político, diplomata, jurista e jornalista remonta a década de 1870, quando foi cronista do *La Prensa*. No final da década de 1880, foi eleito para a Câmara dos Deputados e, em 1889, nomeado pela primeira vez Ministro das Relações Exteriores. Tendo renunciado ao cargo no contexto da Revolução do Parque, voltou a exercer a mesma função entre outubro de 1891 e outubro de 1892.¹⁶⁹ Após mais de uma década atuando como representante argentino em diversas ocasiões (como na questão de Palmas), Zeballos retornou à função de chanceler em outubro de 1906, a convite do presidente Alcorta.

Além de utilizar os meios de comunicação em seu favor, Zeballos também estava ciente do poder da imprensa no Brasil. Em artigo na RDHL, acusou a imprensa brasileira de receber subvenções do Itamaraty para divulgar imagens negativas da Argentina. O trecho seguinte deixa claro seu posicionamento.

Estes temas da imprensa subvencionada do Rio de Janeiro não existem. São acusações que o Itamarati divulga para fazer crer ao povo brasileiro que está ameaçado e deve se armar defensivamente. Essa política do Barão do Rio Branco constitui um plano de agressão, que toda a América do Sul, o mundo e o Brasil mesmo condenarão com o tempo, porque somente pode conduzir à ruína política e financeira dessa charmosa nação, digna de outro governo, como provou Ruy Barbosa em seu recente discurso. (Revista de Derecho, Historia y Letras, fevereiro de 1909, p. 474)¹⁷⁰

Figura controversa, Zeballos teve de conviver com ataques a sua política mesmo dentro da Argentina. Indicativo dessa situação foi a posição que *La Nación* adotou ao saber de sua indicação para o Ministério das Relações Exteriores e Culto.

A nomeação do Dr. Zeballos é quiçá o maior erro e o mais grave cometido pelo presidente durante o seu governo. Circunstâncias pessoais do candidato por um lado e delicados problemas internacionais por outro o excluíam do gabinete atual e sobretudo da pasta que lhe foi confiada.¹⁷¹

Sua trajetória como homem público e sua importância para as discussões que envolviam a política externa argentina foi sintetizada por Paradiso (2005, p. 44):

Três vezes Ministro das Relações Exteriores, nas presidências de Juárez Celman, Pellegrini e Figueroa Alcorta, várias vezes deputado federal e presidente da Câmara, diretor do diário *La Prensa*, presidente da Sociedade Rural Argentina, membro

¹⁶⁹ Nessa ocasião, Zeballos rechaçou a tentativa britânica de cobrar da Argentina indenizações devido a danos causados a súditos britânicos durante a Revolução do Parque.

¹⁷⁰ *Estos temas [...] de la prensa subvencionada de Río de Janeiro, no existen. Son patrañas que el [...] Itamaraty divulga para hacer creer al pueblo brasileño que está amenazado y que debe armarse defensivamente. Esa política del Barón de Rio Branco encierra un plan de agresión, que toda la América, el Mundo y el Brasil mismo condenarán con el tiempo, porque solo puede conducir a la ruína política y financiera de esa hermosa nación, digna de otro gobierno, como la ha probado ... Ruy Barbosa en su reciente discurso.*

¹⁷¹ Apud Luís VIANA FILHO, 1988, p. 353.

permanente do Tribunal Internacional de Haia, decano da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires, fundador da célebre Revista de Derecho, Historia y Letras, Zeballos foi durante quase meio século um protagonista ativo de todos os grandes debates sobre a política exterior e quem mais influiria na difusão da imagem de descontinuidade e ineficiência da diplomacia argentina.

Em julho de 1908, após o vazamento para a imprensa de um plano seu que previa um ataque argentino ao Brasil, caso o governo do Rio de Janeiro não desistisse de seus planos de rearmamento naval, Zeballos acabou sendo destituído do cargo de chanceler. No mesmo ano, o caso do Telegrama número 9 acabou enfraquecendo ainda mais a posição do ex-chanceler, que, no entanto, continuou participando da vida política e jornalística da Argentina, bem como manteve sua postura de defender um rearmamento naval argentino superior ao brasileiro.

4.3.1 BRASIL E ESTADOS UNIDOS: TEMOR DE UMA ALIANÇA

Rio Branco e Zeballos discordavam em um ponto essencial, qual seja, o papel dos Estados Unidos no cenário latino-americano. O corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, em especial, era um dos pontos de divergência mais séria entre os dois chanceleres. Enquanto o ministro brasileiro interpretava essa doutrina de maneira favorável, na medida em que previa que os Estados Unidos não interfeririam nas grandes nações sul-americanas (Brasil, Argentina e Chile), o estadista argentino a compreendia como uma ameaça e enfatizava os laços que uniam a Argentina à Europa.

Na imprensa argentina, a política externa dos Estados Unidos e sua relação com o Brasil receberam destaque. É preciso ressaltar, entretanto, que nem todos os periódicos argentinos colocavam-se, a priori, contra o Corolário Roosevelt. Cisneros e Escudé (1999, T. VIII, P. 79) recordam que

Vale esclarecer que o Corolário Roosevelt não gerou inicialmente indignação na classe política argentina. Ainda que um setor do periodismo, encabeçado por *La Prensa*, adotou uma posição crítica em relação ao intervencionismo norte-americano, *La Nación* e outros periódicos influentes se mostraram elogiosos.

Em 1902, no entanto, durante a crise venezuelana¹⁷², quando ingleses e alemães ocuparam o território da Venezuela para cobrar dívidas, tanto *La Nación* como *La Prensa* manifestaram-se contrariamente ao governo estadunidense, o qual permitiu dos europeus. *La Prensa*, em editorial de 21 de dezembro de 1902 intitulado *A América do Sul para os sul-americanos*, sugeriu a formação de um bloco sul-americano para defender o governo venezuelano. Essa proposta era justificada pelo fato de os países sul-americanos terem se tornado independentes, no início do século XIX, sem o auxílio de qualquer potência, e vinha ao encontro das críticas que eram feitas à Doutrina Monroe (LP, 21 de dezembro de 1902).

La Nación, em linha semelhante, criticou tanto a intervenção europeia como a Doutrina Monroe como instrumento legal que conferia aos Estados Unidos o direito de intervir em uma nação com sérios problemas financeiros. (LN, 13 de dezembro de 1902, p. 3)

Outro episódio que recebeu destaque por parte da imprensa argentina foi o fato de o Brasil ter inaugurado uma embaixada nos Estados Unidos, em 1905. Sobre esse assunto, *La Nación* publicou reportagem em que comenta artigo do jornal norte-americano *Morning Post*.¹⁷³ Esse periódico estadunidense elogiou a abertura da embaixada brasileira em Washington, afirmando que um período de novas relações entre Brasil e Estados Unidos havia sido aberto. Em 13 de janeiro de 1905, o jornal argentino abandonou sua tradicional postura conciliatória, afirmando que

Se inicia uma diplomacia imperialista, uma hegemonia que será compartilhada entre Brasil e a América do Norte, prestando-se o primeiro a ser o agente do segundo em suas ambições de domínio continental (LN, 13 de janeiro de 1905, p. 4)¹⁷⁴

A criação da Embaixada Brasileira em Washington, portanto, “é inútil e custosa faustuosidade diplomática” (LN, 13 de janeiro de 1905, p. 4)¹⁷⁵ Assim, vemos que a criação da embaixada brasileira em Washington foi mal recebida mesmo por um jornal que tendia a buscar a conciliação com o Brasil.

La Prensa também dedicou espaço ao tema e afirmou que a ideia de se abrir uma embaixada brasileira nos Estados Unidos “ressona como um eco longínquo da idade monárquica do Brasil”¹⁷⁶ (LP, 15 de janeiro de 1905). O jornal fazia referência às políticas de

¹⁷² Ver capítulo 3.

¹⁷³ Eram comuns referências a reportagens publicadas tanto por jornais norte-americanos como por jornais brasileiros.

¹⁷⁴ *Se inicia una diplomacia imperialista, una hegemonía a compartirse entre el Brasil y Norte América, prestandose el primero a ser agente del segundo en sus ambiciones de dominio continental.*

¹⁷⁵ [...] *es inútil y costosa faustuosidad diplomática.*

¹⁷⁶ [...] *resuena como un eco lejano de la edad monárquica del Brasil.*

intervenção postas em prática pelo império brasileiro, sobretudo na década de 1850. A proximidade com os Estados Unidos, nesse sentido, poderia facilitar o êxito desse projeto. Assim, as demais nações latino-americanas reagiriam à criação da embaixada brasileira e se

sentiriam prejudicadas por tal pretensão e seguramente algumas fariam sentir seu desagrado e não aceitariam a posição de inferioridade no corpo diplomático de Washington, determinada pela embaixada brasileira. (LP, Buenos Aires, 15 de janeiro de 1905)¹⁷⁷

Apesar de, nesse caso, os dois jornais terem criticado a criação da embaixada brasileira nos EUA, havia divergências quanto à postura que o governo argentino poderia adotar. Enquanto *La Prensa* criticava os Estados Unidos, *La Nación* propunha que a Argentina deveria aproximar-se desse país para obstar a crescente amizade entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos (LN, 13 de janeiro de 1905, p. 3).

Na imprensa argentina, as relações entre Brasil e Estados Unidos foram abordadas também em 1906, ano em que se realizou no Rio de Janeiro a III Conferência Interamericana. A vinda do Secretário de Estado Elihu Root deu origem a reflexões entre os jornalistas argentinos. *La Nación*, no dia 10 de maio, publicou reportagem em que afirma que a vinda do secretário de Estado norte-americano ao Brasil tinha como objetivo principal o estabelecimento de um relacionamento mais próximo entre os dois países. Assim, a preocupação de Root, de acordo com o periódico, era unicamente concluir aliança com o Brasil. Citando o jornal norte-americano *Evening Star*, *La Nación* afirma que ao país vizinho – o Brasil – será confiada a tarefa de contribuir para a aplicação da Doutrina Monroe, e que o rearmamento naval brasileiro é um passo para que o governo brasileiro possa obter êxito nessa tarefa. (LN, 10 de maio de 1906, p. 3).

Essa posição de *La Nación* contrasta com reportagem do mês anterior. Em abril de 1906, esse jornal havia criticado o ataque que muitos periodistas argentinos dirigiam ao Brasil, afirmando que o governo brasileiro tem feito o que pode “para não perturbar a boa existência que reina entre os governos do Rio de Janeiro e de Buenos Aires” (*La Nación*, 10 de abril de 1906, p. 2)¹⁷⁸.

Por fim, a posição mais moderada de *La Nación* em relação ao Brasil voltou a ser demonstrada em 20 de maio de 1906, quando foi publicado, em reportagem intitulada *Notas brasileñas*, que o jornal não tinha sentimentos antibrasileiros e que as acusações, por parte dos

¹⁷⁷ sentirían agraviadas por tal pretensión y seguramente algunas harían sentir su desagrado y no aceptarían la posición de inferioridad en el cuerpo diplomático de Washington, determinada pela embajada brasileña.

¹⁷⁸ para não perturbar la buena existencia que reina entre los gobiernos de Rio de Janeiro y Buenos Aires.

jornais brasileiros, de que os argentinos não respeitavam o Brasil, eram infundadas (LN, 20 de maio de 1906, p. 2).

Percebe-se, então, que o jornal mitrista discordava, sim, da criação da embaixada brasileira em Washington e tinha receios quanto à presença de Root no Brasil, mas que, ao final, não defendia um posicionamento agressivo em relação a este, conforme será o caso de *La Prensa*. Ao abordar a Conferência, este jornal, em matéria do dia 25 de agosto, afirmou que ela havia sido inútil e que a Argentina não precisava de Conferências para ver realizado o seu destino (LP, 25 de agosto de 1906).

O jornal *El Diario*, por sua vez, afirmou que o objetivo do Secretário de Estado Elihu Root era o de “formar alianças que representarão sempre protetorados da grande república sobre os pequenos estados da América do Sul”¹⁷⁹ e que esse estadista norte-americano era “aquele cujas ideias imperialistas tem sido mais extremas”¹⁸⁰ (ED, 17 de janeiro de 1906, p. 7)

A partir de 1904, a formulação do Corolário Roosevelt foi outro tema que gerou reflexões por parte da imprensa argentina. *La Prensa* novamente demonstrou posicionamento bastante crítico em relação a esse tema. Segundo esse jornal,

O senhor Roosevelt incorre em um erro indesculpável; sua política ilegítima, de um imperialismo sabido, não é de amizade, de paz, tutelar da integridade política que lisonjeia com suas palavras (La Prensa, 17 de agosto de 1905)¹⁸¹

Para *La Prensa*, portanto, o Corolário era a expressão do imperialismo norte-americano. O jornal não aceitou o discurso oficial da diplomacia, visto no capítulo 3, o qual pregava que o Corolário deveria aproximar os Estados Unidos da América Latina.

Posicionamento semelhante fôra publicado dois dias antes:

A proteção que lhes oferece [à América Latina] o presidente dos Estados Unidos, absolutamente oficiosa, não é autorizada por nenhum perigo; é extemporânea. [As nações latino-americanas de forma alguma aderem à Doutrina de Monroe, muito menos à de Roosevelt. (La Prensa, Buenos Aires, 15 de agosto de 1905)]¹⁸²

¹⁷⁹ *formar alianças que representarán siempre protectorados de la gran república sobre los pequeños estados de Sud America*

¹⁸⁰ *aquel cuyas ideas imperialistas han sido mas extremas'*

¹⁸¹ *El señor Roosevelt incurre en un error indesculpable: su política ilegítima, de un imperialismo sabido, no es de amistad, de paz, tutelar de la integridad política que lisonjea con sus palabras."*

¹⁸² *la protección que les ofrece [à América Latina] el presidente de los Estados Unidos, absolutamente oficiosa, no es autorizada por ningún peligro; es extemporanea". [As nações latino-americanas] en forma alguna adhieren à la doctrina de Monroe, ni mucho menos à la de Roosevelt.*

Para La Prensa não existe, portanto, “o poder intervencionista que esse magistrado confere à sua pátria”¹⁸³. (LP, 15 de agosto de 1905). Entende-se, assim, o receio, expresso por esse periódico, de que

O senhor Root pedirá ao governo brasileiro que cuide da manutenção da doutrina de Monroe no sul deste continente. [O Brasil, por sua vez,,] parece estar disposto a assumir o papel de representante dos Estados Unidos em relação à defesa da doutrina de Monroe na América do Sul. (LP, 25 de março de 1906)¹⁸⁴

O jornal, portanto, criticou o Corolário tanto por temer o imperialismo norte-americano, como por temer que o Brasil pudesse, de alguma maneira, se beneficiar da aliança com os Estados Unidos.

Essa postura também revela a mencionada preferência que a política externa argentina dava à Europa, a qual não era novidade na época. Rufino de Elizalde, ministro do governo Mitre, já havia, anos antes, afirmado que

Ligados à Europa pelos vínculos de sangue de milhões de pessoas que se ligam a nossas famílias e cujos filhos são nacionais, fomentando a imigração que se mescla e se confunde com a população do país, robustecendo por isso nossa nacionalidade, recebendo da Europa os capitais que nossa indústria requer, existindo um intercâmbio mútuo de produtos, pode se dizer que a República está identificada com a Europa até mais que o possível (apud. José PARADISO, *El poder de la Norma y la política del poder – 1880-1916*, p. 16)¹⁸⁵

Estanislao Zeballos também exprimiu sua concepção sobre o comportamento dos Estados Unidos na RDHL. Anos após ter deixado o cargo de chanceler, Zeballos escreveu, em 1913, que

A Argentina não será protegida pela “atitude” Monroe, porque concluiu sua missão civilizadora e é um país respeitado e que sabe fazer-se digno do respeito do mundo. (RDHL, 1913, p. 572-3)¹⁸⁶

¹⁸³ *El poder intervencionista que ese magistrado adjudica a sua patria.*

¹⁸⁴ *Mr. Root pedirá al gobierno brasileño que vale por el mantenimiento de la doctrina de Monroe en el sur de este continente. [O Brasil, por sua vez], parece estar dispuesto a asumir el papel de representante de los Estados Unidos en cuanto a la defensa de la doctrina de Monroe en Sud América.*

¹⁸⁵ *Ligados a Europa por los vínculos de sangre de millones de personas que se ligan a nuestras familias y cuyos hijos son nacionales, fomentándose la inmigración que se mezcla y confunde con la población del país, robusteciendo por ello nuestra nacionalidad, recibiendo de Europa los capitales que nuestra industria requiere, existiendo un intercambio mutuo de productos, puede decirse que la República está identificada con Europa hasta lo más que es posible*

¹⁸⁶ *La Argentina no será protegida por la ‘actitud’ Monroe, porque há concluido su misión civilizadora y es un país respetado y que sabe hacerse digno del respeto del mundo*

Zeballos afirmava, então, que a Doutrina Monroe não era aplicável à Argentina. Nota-se que suas críticas não se dirigiam à Doutrina Monroe em si, mas à sua aplicação à Argentina. De fato, os princípios de Monroe, afirma Zeballos, poderiam servir de apoio para nações desorganizadas que ainda não conquistaram respeitabilidade internacional nem se tornaram civilizadas. É interessante observar a importância dada ao que se entendia por civilização; como visto acima, essa preocupação datava desde, pelo menos, a presidência de Sarmiento.

De diferentes maneiras, portanto, a imprensa de Buenos Aires criticou a aproximação entre Brasil e EUA. Nesse aspecto, tanto os realistas como os pacifistas concordavam, ainda que propusessem caminhos diferentes para lidar com a situação. Enquanto o primeiro grupo defendia uma política mais agressiva para contrabalançar uma possível entente entre Rio de Janeiro e Washington, o segundo defendia um arrefecimento das tensões tanto com o Brasil como com os Estados Unidos.

4.3.2 O BRASIL E A AMÉRICA DO SUL SOB A ÓTICA ARGENTINA

O governo argentino estava atento não apenas às relações entre o Brasil e os Estados Unidos, mas também às relações que o Brasil mantinha – ou poderia vir a manter – com os demais países da América do Sul. A Argentina procurou evitar, em especial, que o Brasil tentasse isolá-la na América do Sul, o que poderia se concretizar caso o Brasil estreitasse laços com países que tinham litígios com a Argentina, como o Chile. Assim, embora as divergências mais sérias ocorressem com o Chile, o antagonismo de maior peso corresponderia ao vizinho do Prata” (PARADISO, 2005, p. 52).

Sobre esse tema, *La Nación* publicou, em 10 de abril de 1906, matéria em que afirma que o governo brasileiro vinha se empenhando em não criar conflitos com seus vizinhos e que estava sendo, muitas vezes, alvo de ataques de periodistas argentinos (LN, 10 de abril de 1906, p. 3). O jornal fundado por Mitre, portanto, aceitava, naquele momento, o discurso da chancelaria brasileira, o qual se caracterizava precisamente pela defesa de que o Brasil não tinha quaisquer pretensões de isolar a Argentina ou de se envolver em conflitos no subcontinente. Destaca-se, em especial, a posição assumida em relação ao ministro Rio Branco: LN o apresentava como um estadista de respeito, com boas intenções (LN, 10 de abril de 1906, p. 3).

A posição de Zeballos, na *Revista de Derecho, Historia y Letras* foi bastante distinta. Uma aproximação entre o governo brasileiro e o chileno foi denunciada pelo chanceler argentino, que afirmou que

Enquanto o Brasil fez todo o possível, até o indiscreto, para ostentar *urbi et orbe* a existência real do tratado de aliança, o Chile, mais reservado e mais sério, o nega. Que existiu realmente uma entende ninguém oculta no Chile e há provas diplomáticas [...] de que ambas as nações continuam por uma solidariedade que a diplomacia argentina deve considerar seriamente. (RDHL, Buenos Aires, setembro de 1908, p. 235)¹⁸⁷

Zeballos acreditava que o Brasil estava conduzindo um plano para difamar a Argentina. Nota-se, portanto, que havia uma espécie de guerra de imagens. Nessa guerra, Zeballos utilizava os meios impressos para divulgar suas posições e para discordar dos supostos ataques que o Brasil desferia à Argentina. Sobre esse assunto, afirmou que

[...] suas legações [do Brasil] em Buenos Aires, em Montevidéu, em Assunção, na Bolívia, em Santiago do Chile, em Lima, em Washington e provavelmente na Europa divulgaram, obedecendo a ordens diretas do Rio de Janeiro [...] que a República Argentina persegue uma política de conquista dos países fracos. (RDHL, setembro de 1908, p. 448)¹⁸⁸

Em uma série de artigos intitulada “Diplomacia Desarmada”, a *Revista de Derecho, Historia y Letras* publicou, entre 1908 e 1910, a interpretação que Zeballos tinha da evolução geopolítica dos países platinos desde o período da Guerra do Paraguai. De acordo com o autor dos artigos, a política externa do Brasil havia se caracterizado pelo sentimento antiargentino e pela busca de hegemonia na América do Sul desde o período imperial. Neles, Zeballos sustentou que

Persistiu, pois, ainda que dissimuladamente, no Brasil, o espírito hostil de sua diplomacia, manifestado sem dissimulação no Prata e na América do Sul contra a República Argentina, especialmente durante a década de infidências, de hipocrisias e de intrigas de 1872 a 1882, cujas características expus e documentei nos capítulos anteriores. (RDHL, outubro de 1908, p. 125)¹⁸⁹

¹⁸⁷ *Mientras el Brasil ha hecho todo lo posible, hasta lo indiscreto, para ostentar urbi et orbe la existencia real del tratado de alianza, Chile, más reservado y más serio, lo niega. Que existió una entente nadie lo oculta en Chile y hay pruebas diplomáticas [...] de que ambas naciones continúan por una solidariedad que la diplomacia argentina debe considerar seriamente.*

¹⁸⁸ *[...] sus legaciones en Buenos Aires, en Montevideo, en Asunción, en Bolivia, en Santiago de Chile, en Lima, en Washington y probablemente en Europa han divulgado, obedeciendo a ordenes directas de Río de Janeiro [...] que la República Argentina persigue una política de conquista de los países débiles.*

¹⁸⁹ *Persistió, pues, bien que disimuladamente, en el Brasil el espíritu hostil de su diplomacia, manifestado sin embozo en el Plata y en Sur América contra la República Argentina, especialmente durante la década de infidencias, de dobleces y de intrigas de 1872 a 1882, cuyos caracteres he expuesto y documentado [...] en los capítulos anteriores.*

Zeballos, assim, afirma que Rio Branco era hostil à Argentina e que essa hostilidade já tinha sido manifestada anteriormente, especialmente na década de 1870, quando Brasil e Argentina tiveram de lidar com a reestruturação do Paraguai após a Guerra. Em um texto inflamado, afirma que

[...] afirmando seu poder e sua influência no Rio da Prata, os milhares de argentinos imolados, as lágrimas vertidas, os tesouros gastos, o tempo perdido na jornada de nossa cultura política e de nosso progresso material, para declarar, ao fim da Guerra, que o Chaco não nos pertencia, que havíamos lutado por ele sem direito, que tinha razão o Brasil para exigir que se abandonasse o Paraguai vencido e, por fim, a paz armada que o Rio nos impõe com tenacidade desde 1864 são acontecimentos sinistros e erros transcendentais, que fixou a história em suas páginas, para condenar inapelável e eternamente o romantismo político e as imprevidências do general Mitre. (Revista de Derecho, Historia y Letras, outubro de 1908, p. 126)¹⁹⁰

É possível reconhecer no trecho acima o rancor de Zeballos em relação ao fato de a Argentina não ter podido anexar o Chaco Boreal, que, após o tratado assinado entre os governos de Buenos Aires e Assunção em 1876, foi garantido ao Paraguai.¹⁹¹

Em seus escritos, Zeballos não dirige suas críticas à nação brasileira, mas, sim, ao Itamaraty. Para ele, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil era o responsável por uma política que – assim Zeballos acreditava – seria no futuro criticada pelos próprios brasileiros. Este trecho ilustra seu pensamento.

Os erros infantis do Itamaraty produzem apenas uma vítima: o Brasil. Essa nação, rica de homens de talento e de preparação, está dopada pela alquimia política do Itamaraty. A República brasileira é digna de todo nosso respeito e de nossa amizade; e não duvidamos de que voltará à leal e fértil solidariedade com os argentinos, quando despertar de sua letargia e puder pensar por si mesma, sem temor da falange avassaladora dos diários subvencionados e escritos pelo próprio Itamaraty (RDHL, fevereiro de 1909, p. 424)¹⁹²

¹⁹⁰ [...] afirmando su poder y su influencia en el Río de la Plata, los millares de argentinos inmolados, las lágrimas vertidas, los tesoros gastados, el tiempo perdido en la jornada de nuestra cultura política y de nuestro progreso material, para declarar, al fin de la Guerra que el Chaco no nos pertenecía, que habíamos luchado por él sin derecho, que tenía razón el Brasil para exigir que se abandonara el Paraguay vencido y, en fin, la paz armada que Río nos impone con tenacidad desde 1864 son acontecimientos siniestros y errores transcendentales, que ha fijado ya la historia en sus páginas, para condenar inapelable y eternamente el romanticismo político y las imprevisiones del general Mitre.

¹⁹¹ Um tratado mais benéfico à Argentina havia sido assinado entre os dois países em 1875, mas, devido a pressões do Brasil, não foi ratificado pelo governo paraguaio.

¹⁹² *Los infantiles traspiés de Itamaraty producen una sola víctima: el Brasil. Esta nación, rica de hombres de talento y de preparación, está narcotizada por la alquimia política de Itamaraty. La república brasileña es digna de todo nuestro respeto y de nuestra amistad; y no dudamos que tornará a la leal y fecunda solidariedad con los Argentinos, cuando despierte de su letargo y pueda pensar por sí misma, sin temor a la falanje avassaladora de los diarios subvencionados y escritos por Itamaraty mismo.*

Assim, para Zeballos, quando o Brasil tomasse consciência dos erros de sua política externa, as relações entre os dois países e mesmo em toda a América do Sul iriam se modificar para melhor. O então ex-chanceler prossegue afirmando que o Itamaraty

escandalizará o mundo com as somas gastas para subvencionar a maioria da imprensa brasileira para simular unanimidade de adesões nacionais e em intrigas e propagandas fantasmagóricas (RDHL, novembro de 1908, p. 233)¹⁹³

O cone sul, como assinalado, formava uma área em que Brasil e Argentina tentavam ampliar sua influência também por meio das relações que mantinham com os países vizinhos. Na primeira década do século XX, a Bolívia e o Paraguai tenderam a orbitar mais em torno da Argentina, enquanto o Uruguai voltou-se mais para o Brasil.

Sobre as relações com este país, Zeballos, em artigo de *La Prensa*, escreveu que “Não obstante nossa previsão, prudência e sinceridade, perdemos terreno no Uruguai, sob a pressão que os armamentos do Brasil exercem no espírito público deste país”¹⁹⁴ (apud GENTILE, 1982, p. 28).

Também em relação ao Uruguai, Augusto A. Maligne afirmou, na *Revista de Derecho, Historia y Letras*, que

O preceito supremo das nações, ainda quando não o formulam, é antes de tudo, ser forte para viver [...] e depois ser virtuoso caso de possa [...] Existe na América do Sul uma república, cuja superfície é de 250.000 Km², povoados por 700.000 habitantes, e que ainda permanece no estado anárquico [...] Uma nação civilizada tem o direito de estabelecer a paz sobre outra nação que não o é, com o que a torna mais feliz, engrandece a si mesma e contribui para a felicidade de toda humanidade (RDHL, Tomo XLV, 1912, p. 66-72).¹⁹⁵

Maligne concluía que uma nação civilizada tem o direito e mesmo o dever de impor a ordem a uma nação anarquizada. Reapareciam, desse modo, as propostas de se anexar o Uruguai. Assim, ideias expansionistas existiam e circulavam – ainda que não fossem consensuais - entre as elites pensantes argentinas. É interessante notar que o Brasil era acusado de querer se expandir na América do Sul, ainda que não tenha se envolvido em nenhuma guerra ao longo desse período.

¹⁹³ *escandalizará al mundo con las sumas gastadas en subvencionar a la mayoría de la prensa brasileña para simular unanimidad de adhesiones nacionales y en intrigas y propagandas fantasmagóricas*

¹⁹⁴ *No obstante nuestra previsión, prudencia y sinceridad, hemos perdido terreno en Uruguay, bajo la presión que los armamentos del Brasil ejercen en el espíritu público de este país. (apud GENTILE, 1982, p. 28)*

¹⁹⁵ *El precepto supremo de las naciones, aun cuando no lo formulan, es ante todo ser fuerte para vivir [...] y después ser virtuoso si se puede (...) Existe en la América del Sud una república, cuya superficie es de 250.000 km², poblados de 700.000 habitantes, y que todavía queda en el estado anárquico [...] Una nación civilizada tiene derecho de establecer la paz 'sobre' otra nación otra nación que no lo es, con lo cual hace más feliz a ésta, se agranda a sí misma y contribuye a la felicidad de la humanidad toda.*

A ala que defendia uma política externa mais moderada sofria ataques por parte do grupo ligado aos princípios expansionistas e belicosos. Em uma reunião com o presidente Alcorta e seus ministros, em 1906, Zeballos criticou os ministros de tendência roquista, os quais tinham mais simpatias pelo Brasil. Para o chanceler argentino,

Os ex-ministros do presidente Roca disseram que o Brasil não busca nada no rio da Prata; que o Brasil é um país imenso, cuja extensão exclui a ideia de maior expansão territorial. Que me seja permitido dizer que esse argumento me causou uma profunda surpresa em lábios de argentinos. Penso, Excelentíssimo Senhor, e comigo todos os que conhecem a fundo a política do Brasil, que se ele tem alguma aspiração internacional é a de chegar pela razão ou pela força até os limites ocidentais do Uruguai e do Paraguai. (apud CISNEROS; ESCUDÉ, 1999, T. VII, p. 198)¹⁹⁶

Outro posicionamento de acusação à chancelaria brasileira foi publicado pelo jornal *La Nación*, no dia 9 de novembro de 1909. Nesse dia, o periódico publicou um artigo de José Luis Murature, o qual mais tarde seria Ministro das Relações Exteriores do governo Vitorino de la Plaza.¹⁹⁷ Para ele, os atritos entre Uruguai e Argentina pela jurisdição das águas do Prata estavam sendo estimulados pelo Itamaraty e pelo ministério das relações exteriores do Uruguai. Murature escreveu que a crise fora provocada pelo

Ministro das Relações Exteriores uruguaio, cujas intemperâncias juvenis não foram contidas pela moderação e pela prudência que exigia o desempenho de seu cargo. (LN, 9 de novembro de 1907, p. 2)¹⁹⁸

As constantes referências, por parte da imprensa de Buenos Aires, à situação geopolítica na América do Sul, revelavam, portanto, o temor de que a Argentina ficasse isolada no subcontinente. Nesse contexto, o impasse brasileiro-argentino acerca dos armamentos navais desempenhou um papel importante na deterioração das relações bilaterais ao longo da primeira década do século XX.

¹⁹⁶ *Han dicho los ex ministros del general Roca, que el Brasil no tiene nada que buscar en el Río de la Plata; que el Brasil es un país inmenso, cuya extensión excluye la idea de mayor expansión territorial. Séame permitido decir que este argumento me ha causado una profunda sorpresa en labios de argentinos. Pienso, Excmo. Señor, y conmigo todos los que conocen a fondo la política del Brasil, que si tiene alguna aspiración internacional, es la de llegar por la razón o por la fuerza hasta los límites occidentales del Uruguay y del Paraguay.*

¹⁹⁷ La Plaza sucedeu o presidente Roque Sáenz Peña, após a morte deste, em 1914.

¹⁹⁸ *El ministro de las Relaciones Exteriores uruguayo, cuyas intemperancias juveniles no han sido sofrenadas por la mesura y la prudencia que exigía el desempeño de su cargo.*

4.3.3 A QUESTÃO DO REARMAMENTO NAVAL

O desejo do governo brasileiro de se reequipar militarmente, destacado anteriormente, repercutiu tanto na imprensa estadunidense como na argentina. A maneira de tratar esse tema, porém, foi diferente nos periódicos dos dois países. Enquanto o *New York Times* publicou matérias em que o projeto de modernização naval brasileiro não era visto como uma atitude ofensiva no contexto geopolítico da América do Sul, na Argentina a imprensa tendeu a criticar o Brasil e considerar que a compra de navios de guerra era um ato que punha em perigo a sua segurança.

Como o rearmamento naval do Brasil era assunto sensível nas relações entre os dois países, ele foi abordado por Zeballos em sua revista. Para o Itamaraty, o discurso era de que a modernização da esquadra brasileira era necessária, já que estava obsoleta. Em 1906, quando o Brasil encomendou 3 encouraçados do tipo *dreadnought*, na época o mais moderno do mundo, autoridades argentinas, sobretudo Zeballos, viram nessa medida uma ameaça à Argentina e passaram a defender que a o governo mantivesse sua superioridade nos mares. O chanceler argentino chegou mesmo a propor ao Chile – o tradicional rival – uma aliança ofensiva contra o Brasil, a qual acabou não prosperando. Zeballos, portanto, era um dos mais ferrenhos críticos das aquisições de novos navios e materiais bélicos por parte do Brasil, já que considerava que elas faziam parte de um plano de domínio sobre a América do Sul. Na RDHL, ele afirmou que

Se o Brasil ama a paz, se é amigo da República Argentina, se não se arma para se impor em ação diplomática ou militar, conclua em um dia, em uma hora, a negociação diplomática iniciada por mim, para dividir entre nossos dois países amigos sua nova esquadra [...] Mas se agora já não teme a chancelaria argentina, se rechaça toda ideia de equivalência, claro é que confirma minha propaganda. (RDHL, outubro de 1908, p. 280)¹⁹⁹

“A negociação iniciada por mim” a qual Zeballos refere-se, era um plano pelo qual o Brasil cederia à Argentina parte do material bélico (navios de guerra, sobretudo) que construísse ou comprasse. Como afirmado acima, Zeballos chegou a planejar um ataque argentino ao Brasil, caso este se recusasse a cooperar, pois pensava que a política externa do

¹⁹⁹ *Si el Brasil ama la paz, si es amigo de la República Argentina, si no se arma para imponérsele en la acción diplomática ó militar, concluya en un día, en una hora, la negociación diplomática que iniciada por mí, para dividir entre nuestros dos países amigos, su nueva esquadra. [...] Pero si ahora ya no teme a la cancillería argentina [...] si rechaza toda idea de equivalencia, claro es que abona mi propaganda.*

Itamaraty tinha como objetivos definidos o expansionismo. Para *La Razón*, a interpretação do chanceler argentino estava correta, já que

O Brasil se arma para impor sua supremacia à República Argentina, para evitar que esta faça guerra contra o Brasil, e suprime a independência dos países vizinhos (LR, 31 de outubro de 1908, p. 3)²⁰⁰

A posição de Zeballos, entretanto, não era consensual na Argentina. O jornal *El País*, após um discurso de Rio Branco em que este deixava claro que o rearmamento naval brasileiro não tinha fins expansionistas, afirmou que o discurso do ministro brasileiro

[...] é a palavra de um estadista de nota, de alta intelectualidade, que conhece e interpreta os sentimentos de seu povo e os nossos ao mesmo tempo, e que trabalha, em consequência, com a serenidade e elevado juízo que sua vantajosa e cômoda situação permite. (EP, 14.06.1908, p. 2)²⁰¹

El Sarmiento adotou postura diferente, pois acreditava que o discurso pacifista de Rio Branco era enganoso. *El Sarmiento* afirmou que

[...] garantimos que o departamento de marinha e as repartições técnicas sabem muito bem que os grandes barcos “Dreadnought” servirão ao Brasil melhor que os pequenos em caso de uma guerra com a Argentina. (ES, Palabras, 14.08.1908, p. 7)²⁰²

La Prensa, por sua vez, também desconfiou das intenções do Barão do Rio Branco. O periódico afirma que as palavras de amizade proferidas por Rio Branco escondiam suas reais intenções.

Quaisquer que seus desígnios internos fossem, não haveria de revelar nessa oportunidade olhares absorventes e agressivos. Gratas são sempre as palavras fraternais; mas os discursos públicos, do gênero do aludido, não são elementos de juízo para apreciar o pensamento que dirige a diplomacia. (LP, 16 de junho de 1908)²⁰³

²⁰⁰ *el Brasil se arma para imponer su supremacia a la república Argentina, para evitar que esta haga la guerra al Brasil y suprime la independencia de los países vecinos.*

²⁰¹ *[...] es la palabra de un estadista de nota, de alta intelectualidad, que conoce y interpreta los sentimientos de su pueblo y los nuestros à la vez, y que obra, en consecuencia, con la serenidad y elevado juicio que su ventajosa y cómoda situación le permiten.*

²⁰² *garantimos que el departamento de marina y las reparticiones técnicas saben muy bien que los grandes barcos ‘Dreadnought’ le servirán al Brasil mejor que los pequeños en un caso de guerra con la Argentina.*

²⁰³ *Cualquiera que sus desígnios internos fuesen, no había de revelar en esa oportunidad miras absorventes y agresivas. Gratas son siempre las palabras fraternales; pero los discursos públicos, del género del aludido, no son elementos de juicio para apreciar el pensamiento directivo de la diplomacia.*

Para se opor ao projeto brasileiro, Zeballos sustentava que a Argentina também deveria adquirir novos armamentos. Seu projeto armamentista não era apenas a expressão de uma vontade individual. Muitos membros da classe governante argentina apoiavam suas ideias, as quais estavam associadas ao citado contexto de crescimento econômico do país - o qual deu origem a uma percepção exagerada da importância da Argentina no mundo - e a um contexto mundial caracterizado pela expansão imperialista (CISNEROS; ESCUDÉ, 1999, T. VII, p. 124).

Outro elemento que ajuda a compreender as tensões armamentistas entre Brasil e Argentina encontra-se no chamado dilema da segurança. Esse dilema, um dos postulados das teorias realistas, postula que caso o estado A aumente seus investimentos em armamentos, o estado B também aumentará, já que interpretará os investimentos de A como uma ameaça (CARDOSO, 2003). Assim, cria-se uma espécie de círculo vicioso, o qual aumenta a insegurança internacional. Nota-se, assim, que o dilema da segurança tem forte componente psicológico e que dele pode resultar um paradoxo: mesmo que os dois Estados desejem a paz, as relações bilaterais podem se agravar até que uma guerra ecloda.

La Nación parece ter compreendido esse dilema. Em 1906, o periódico publicou que

É certo que a equivalência dos armamentos se conservará, quaisquer que sejam as aquisições brasileiras, pois a elas corresponderão, em idêntica medida, as de outras repúblicas americanas. (LN, 14 de agosto de 1906, p. 3)²⁰⁴

Luis P. Tamini era um dos que estimulavam uma guerra contra o Brasil, pois acreditava na superioridade moral do argentino.

Uma guerra naval de estratégia com o Brasil seria interminável e sumamente dispendiosa. [...] Suscitado um incidente no Rio de Janeiro, se pode fazer avançar imediatamente a esquadra argentina, com seus chefes preparados para saltarem como japoneses ou ingleses [...] A fé no futuro do argentino, sua tendência incoercível a expandir-se, sua confiança no trabalho não as possui o brasileiro, e como o homem é antes de tudo uma força moral, o argentino vale mais que o brasileiro e já o provou na paz e na guerra. (Apud ETCHEPAREBORDA, 1978, P. 124)²⁰⁵

Para André Cisneros e Carlos Escudé (1999, T. VII, p. 121), a influência das teses geopolíticas do Almirante A. T. Mahan também eram sentidas no Brasil e devem ser levadas

²⁰⁴ *Es seguro que la equivalencia de los armamentos se conservará, cualesquiera que sean las adquisiciones brasileñas, pues a ellas corresponderán, en idéntica medida, las de las otras repúblicas americanas.*

²⁰⁵ *Una guerra naval de estrategia con el Brasil sería interminable y sumamente dispendiosa. [...] Suscitado un incidente en Río de Janeiro, se puede hacer avanzar inmediatamente la escuadra argentina, con sus jefes preparados a hacerse saltar como japoneses o ingleses (...) La fe en el porvenir del argentino, su tendencia incoercible a expandirse, su confianza en el trabajo, no las posee el brasileño, y como el hombre es ante todo una fuerza moral, el argentino vale más que el brasileño y lo ha probado ya en la paz y en la guerra. (...)*

em consideração quando se avalia as causas dos desentendimentos navais entre Brasil, Argentina e Chile, países mais exitosos economicamente no cenário latino-americano.

4.3.4 ATRITOS COMERCIAIS E IMIGRAÇÃO

Atritos comerciais também abalaram as relações bilaterais entre Brasil e Argentina. A Argentina crescia como exportadora de cereais e procurava expandir seus mercados. Em 1888, por exemplo, ela foi o quarto maior exportador de grãos do mundo, subindo para a terceira posição em 1907.²⁰⁶ A estrutura da balança comercial argentina também é interessante para se verificar com que países eram mantidos os fluxos mais significativos. Os Estados Unidos representaram, em 1906, apenas 4,6% do destino das exportações argentinas. A Inglaterra, por sua vez, correspondia a 14,7% do total das vendas argentinas. A Inglaterra também aparecia como o principal vendedor para a Argentina. (RAPOPORT, 2005, p. 81).

Um episódio que repercutiu negativamente na imprensa argentina foi o das isenções tarifárias que o governo brasileiro fez a certos produtos dos Estados Unidos, como o trigo²⁰⁷. Nessa ocasião, *La Nación* publicou que a medida do governo brasileiro “é um dos tantos acidentes que criaram ressentimentos ou perturbaram nossas boas relações com esse país”²⁰⁸ (LN, 11 de julho de 1906, p. 4). Em outra ocasião, o jornal publicou que era um

[...] ato de favor que apresenta o governo brasileiro incitado pela influência norte-americana para aplicar as tarifas como instrumento de hostilidade a nossos produtos de acordo com um plano sistemático ensaiado. (LN, 29 de abril de 1904, p. 2)²⁰⁹

Para esse jornal, portanto, isentar produtos norte-americanos não era apenas uma simples medida comercial, já que integrava um plano sistemático contra os produtos argentinos. A menção à influência dos Estados Unidos no Brasil, por sua vez, dá a entender que o governo dos Estados Unidos tinha a capacidade de influir nas políticas domésticas brasileiras, o que feria, em última análise, sua soberania.

²⁰⁶ Em 1888, a Rússia era o primeiro exportador, e os Estados Unidos, os segundos. A situação se inverte em 1907 (RAPOPORT, 2005, p. 79).

²⁰⁷ Isso ocorreu em 1904. A medida era justificada devido ao fato de o café brasileiro entrar livre de impostos nos EUA.

²⁰⁸ *es uno de tantos accidentes que han resentido o perturbado nuestras buenas relaciones con ese país.*

²⁰⁹ *acto de favor que presenta al gobierno brasileño incitado por la influencia norte-americana para aplicar las tarifas con instrumento de hostilidad a nuestros productos de acuerdo con un plan sistemáticamente ensayado.*

Sobre essa questão, *La Prensa* afirmou que o objetivo do Brasil era isolar a República Argentina e que as reduções tarifárias aos Estados Unidos não haviam sido concedidas livremente, ‘mas sido impostos pelo colosso americano (LP. 29 de janeiro de 1911). A representação que *La Prensa* fez dessa questão, portanto, é semelhante à de *La Nación*, já que ambos faziam referência à influência exercida sobre os Estados Unidos no Brasil. O ataque de *La Prensa* ao Brasil, entretanto, é mais grave, na medida em que acusa o governo brasileiro de querer isolar a Argentina no contexto sul-americano. Assim, uma medida comercial de caráter bilateral era apresentada pelo jornal como parte integrante de um plano geopolítico de proporções continentais.

Em 1907, Zeballos ofereceu ao governo brasileiro um tratado pelo qual o Brasil concederia à Argentina uma redução de 20% nas tarifas alfandegárias de alguns produtos, como o trigo. Em troca, o Brasil poderia exportar seu café para a Argentina sem a cobrança de tarifas de importação. Rio Branco, no entanto, recusou a oferta. O argumento do Barão era econômico: os Estados Unidos compravam cerca de 50% da produção brasileira de café, o que exigia um tratamento diferenciado.²¹⁰

Concretamente, o Brasil tinha uma vantagem nessa batalha comercial, pois o mercado brasileiro era mais importante para a Argentina que o argentino para o Brasil. Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2002, p. 366) recordam que Rio Branco afirmara, sobre esse controverso assunto, que não caberia ao Brasil dar compensações à Argentina – fraco comprador dos produtos brasileiros. Caberia, sim, à Argentina dar compensações ao Brasil que importava produtos argentinos em maior quantidade

A questão, na verdade, era antiga, pois já em 1885 uma lei brasileira que aumentava os impostos de importação sobre alguns produtos argentinos foi mal recebida em Buenos Aires. O governo argentino reclamou junto ao brasileiro, o qual não modificou sua decisão. Tempos depois, uma medida argentina que tinha como objetivo evitar o contrabando gerou reclamações por parte do Brasil: tratava-se de uma medida que criava alguns limites ao comércio entre os portos argentinos e os portos de ribeirinhos das nações vizinhas. (CISNEROS; ESCUDÉ, 1999, T. VII, p. 110) Em outro episódio, ocorrido em 1891, a Argentina interditou o comércio argentino com o porto de Santos, devido a um surto de febre amarela na cidade paulista. Nessa ocasião, o Brasil novamente reclamou, mas não conseguiu reverter a decisão do governo argentino.

²¹⁰ A Argentina adquiria do Brasil 120.000 sacas de café com ano, enquanto os Estados Unidos adquiriam 6.100.000. O Brasil não concedia a outros países que compravam mais café que a Argentina direitos alfandegários especiais, entre eles Alemanha (2.000.000 sacas por ano) e França (748.000 sacas por ano) (CARDOSO, 2003, p. 54).

Também houve uma competição entre os dois países em relação à busca por imigrantes. O final do século XIX e o início do XX caracterizaram-se, afinal, por grandes fluxos migratórios da Europa em direção à América. Uma avaliação da imigração bruta para Estados Unidos, Brasil e Argentina desde a década de 1870 até a de 1910 indica a magnitude desses movimentos. Entre 1880 e 1890, o Brasil recebeu 219 mil imigrantes, e a Argentina, 261 mil. Na década seguinte, 531 mil imigrantes vieram ao Brasil, enquanto 841 mil dirigiram-se à Argentina. No último decênio do século XIX e no primeiro do XX, o Brasil foi o destino de, respectivamente, 1.144.000 e de 691 mil imigrantes. A Argentina, por sua vez, recebeu 648 mil e 1.764 mil, respectivamente (RAPOPORT, 2005, p. 57).

Os dois países também disputavam a vinda de colonos europeus. No Brasil, os trabalhadores que chegavam tinham como destino principal as lavouras de café, enquanto na Argentina os centros de pecuária os atraíam. Nos dois países, a vinda de imigrantes europeus modificou a composição étnica e as estruturas sociais. A *Revista de Derecho, Historia y Letras*, em artigo de 1909, dedicou atenção a esse tema. A revista afirma que o Brasil é um destino ruim para os imigrantes, na medida em que não oferecia condições dignas de trabalho.

[...] a radicação de colonos não prospera no Brasil apesar do que investe o Estado para custear passagens. Para cada emigrante espontâneo há dois italianos que regressam à Itália levando a desilusão experimentada em um país onde não se oferece ao colono nenhuma garantia de melhoramento material ou moral. Há que se repetir, uma vez mais, o conselho com que iniciamos essas linhas. Emigrantes – não vão ao Brasil! (RDHL, janeiro de 1909, p. 145)²¹¹

De qualquer modo, as representações publicadas na imprensa argentina e, sobretudo, aquelas matérias ou artigos escritos por Zeballos ou os seguidores de suas ideias, contribuíram para a difusão de um imaginário desfavorável ao Brasil. Ao se analisar tais representações, é possível também analisar a maneira como os próprios periodistas argentinos ligados ao grupo dos realistas/belicistas concebiam seu país. A Argentina, para eles, era um país rico do ponto de vista econômico e evoluído social e culturalmente, mas que tinha de conviver com um vizinho, o Brasil, que, apesar de ser menos avançado do ponto de vista econômico e cultural, ameaçava a grandeza argentina com sua extensão territorial e planos expansionistas.

²¹¹ [...] la radicación de colonos no prospera en el Brasil a pesar de que lo invierte el Estado para costear pasajes. Por cada emigrante espontáneo hay dos italianos que regresan a Italia huyendo la desilusión experimentada en un país en donde no se ofrece al colono ninguna garantía de mejoramiento material ó moral. Hay que repetir, una vez más, el consejo con que encabezamos estas líneas. Emigrantes – no vayas al Brasil!

4.4 AS RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA APÓS A QUEDA DE ZEBALLOS

Após o vazamento do plano de ataque ao Brasil, em 1908, Zeballos não conseguiu mais se manter no poder. Pouco tempo depois, quando eclodiu o caso do Telegrama número 9, sua posição se enfraqueceu ainda mais. Nesse cenário, sua queda pode ser compreendida como o êxito daqueles que propunham uma postura mais conciliatória com o Brasil. Apesar de seu afastamento, não houve alteração substancial imediata no quadro das relações bilaterais, visto que seu sucessor, Vitorino de la Plaza, ainda manteve certa atitude de rivalidade ao conduzir as relações argentinas com o Brasil.

As relações entre os dois países só alcançariam níveis mais cordiais a partir da eleição de Roque Saenz Peña, em 1910, o qual adotou postura de conciliação. Nesse ano, Sáenz-Peña visitou o Brasil e proferiu uma frase que se tornaria famosa: “tudo nos une, nada nos separa” (VARGAR GARCIA, 2005, p. 121). Desde momento em diante, os dois maiores países sul-americanos puderam solucionar, ou ao menos reduzir a níveis aceitáveis, os litígios que os separavam, enquanto os fluxos comerciais bilaterais também foram fortalecidos.

A questão do rearmamento foi superada em 1911, quando o Brasil desistiu de encomendar outro encouraçado para sua Marinha. O encouraçado Rio de Janeiro, que ainda estava em processo de construção, foi posteriormente vendido à Turquia. Depois, em 1914, ao incorporar dois encouraçados *dreadnought*, encomendados a estaleiros dos Estados Unidos, a Argentina recuperou a superioridade naval no subcontinente, a qual havia sido perdida após algumas aquisições que o Brasil fizera desde 1906.

Mais tarde, em 1915, quando Brasil, Argentina e Chile assinaram um acordo que ficou conhecido como o Pacto do ABC, o qual teria como objetivo facilitar a solução pacífica de controvérsias internacionais, nova aproximação foi buscada. O Congresso brasileiro, entretanto, não ratificou o acordo, por considerar que a amizade pan-americana não deveria “dar lugar a acordos sub-regionais, que seriam malvistas pelos demais países do continente.” (Vargas Garcia, 2005, p. 125)

Assim, ainda que tenha havido um arrefecimento da rivalidade entre os dois países a partir de 1910, o quadro geral das relações Brasil-Argentina não se modificou, pois ambos os países continuaram a orientar suas políticas externas pela busca da hegemonia – tanto política, como econômica e cultural – na América do Sul (CERVO; BURNO, 2002).

O Brasil manteve uma postura de aproximação com os Estados Unidos, a qual foi fortalecida pela visita que o chanceler Lauro Müller fez aos Estados Unidos em 1913, em

retribuição à visita feita por Root em 1906. No contexto da I Guerra Mundial, os dois países também escolheram caminhos opostos. Enquanto o Brasil reconheceu o estado de beligerância²¹² com o Império alemão em outubro de 1917, a Argentina manteve a neutralidade.

Dessa maneira, as instabilidades características das relações bilaterais permaneceram após 1910. Clodoaldo Bueno (2000, p. 254) resumiu as motivações dessas frequentes alterações no relacionamento brasileiro-argentino da seguinte maneira:

Embora a amizade Argentina-Brasil se assentasse num intercâmbio comercial expressivo, o contexto externo, e a instabilidade política interna no Prata contribuíram para provocar oscilações no relacionamento dos dois países, ensejando o aparecimento de inútil rivalidade. Tais oscilações manifestavam-se na alternância de atitudes de prevenção com expansões de amizade e promessas de amor eterno, como as contidas, por exemplo, na expressão: ‘tudo nos une, nada nos separa’

²¹² Para o Brasil, a opção pelo termo “reconhecimento de estado beligerante” era preferível, já que enfatizava o caráter defensivo brasileiro.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar as representações construídas sobre o Brasil por setores da imprensa e por diplomatas, na Argentina e nos Estados Unidos. A pesquisa buscou demonstrar que os sentimentos de rivalidade ou de aproximação entre Argentina e Brasil ou entre Estados Unidos e Brasil foram construídos não apenas com dados concretos, mas também com o recurso a imagens e a projeções sobre o futuro.

Na Argentina, a extensão territorial brasileira e a política de Rio Branco de ampliar a influência do Brasil no subcontinente foram interpretadas, por parte da imprensa e do governo, como um retorno às práticas intervencionistas que o Império brasileiro havia adotado em meados do século XIX. Acontecimentos como a Guerra do Paraguai, por exemplo, tinham gerado litígios entre os dois países no que dizia respeito à influência argentina sobre Assunção ou sobre os territórios que os argentinos poderiam anexar.

Os jornais que se opunham à política de Rio Branco, assim, recorreram, diversas vezes, à história do período imperial para construir uma imagem de um Brasil expansionista. Zeballos, em particular, valia-se habilmente de acontecimentos históricos que haviam marcado a trajetória argentina para justificar sua visão e sensibilizar o público leitor. O recurso a uma linguagem emotiva era outro elemento empregado: como vimos, eram constantes as referências às lágrimas vertidas pelo povo argentino e ao papel de potência imperialista desempenhado pelo Brasil.

As representações produzidas por esses setores, assim, permitiam vislumbrar tanto um futuro de glórias – caso a Argentina conseguisse se impor frente ao Brasil e pudesse ampliar sua influência, reconstituindo o Vice-Reino do Rio da Prata - como um futuro de perdas – caso o Brasil se expandisse na América do Sul.

Para que compreendamos as relações brasileiro-argentinas desse período, é preciso, pois, levar em consideração não apenas os acontecimentos concretos que os ligavam, mas também as percepções que cada país tinha do outro. A esse respeito, foi destacado o chamado dilema da segurança - um dos postulados da teoria realista das relações internacionais -, o qual foi um dos fatores que condicionaram as decisões dos governos do Rio de Janeiro e de Buenos Aires na primeira década do século XX. Cada país, temendo que o seu vizinho se armasse mais, passava a investir somas vultosas em materiais bélicos. Esse clima de “paz

armada” era um dos processos que ocorriam na Europa e foram reproduzidos na América do Sul, ainda que em escala menor.

Nos Estados Unidos, a imagem que prevalecia, nas matérias do NYT, nos discursos de Root e nos trabalhos de John Basset Moore, era a de que o Brasil se constituía em um Estado estável, o que contrastava com a situação de seus países vizinhos. Mesmo Argentina e Uruguai, nesse sentido, eram considerados menos aptos e desenvolvidos que o Brasil.

Esse fato se torna mais notável quando nos recordamos que o início do século XX caracterizou-se pela disseminação na crença de uma América Latina atrasada, dominada por caudilhos. O NYT, em especial, foi veículo que divulgou tais representações, as quais revelavam e reforçavam imaginários negativos em relação à América Latina. O poder dessas imagens não se limitou ao período analisado, já que elas foram retomadas ou reforçadas ao longo do século XX. O Brasil, nesse contexto, se não era visto como verdadeiramente civilizado, ao menos era apresentado como um país mais avançado em relação aos seus vizinhos.

Deve-se lembrar que as diversas representações divulgadas na Argentina e nos Estados Unidos criavam diferentes imaginários, os quais se sobrepunham e conviviam. Assim, na Argentina pôde-se verificar tanto a disseminação da crença – divulgada pela corrente realista/belicista - em um Brasil expansionista, como a crença em um Brasil amigável e em um Barão do Rio Branco ético.

Isso nos leva ao conceito de luta de representações, empregado por Chartier (1990). Ficou demonstrado que tais lutas ocorriam na Argentina, onde periódicos como *La Prensa* e a RDHL tinham posicionamento bastante distinto daquele de *La Nación* e *El País*. Pode-se afirmar que, naquele momento, a corrente mais pacifista da política externa argentina, endossada por LN e EP, foi a vitoriosa, se levarmos em consideração a queda de Estanislao Zeballos do Ministério das Relações Exteriores e Culto, em 1908, e a eleição de Roque Sáenz-Peña, em 1910.

Da mesma forma, as imagens que se produziam sobre o outro acabavam ecoando na concepção que se tinha de si próprio. A ideia de um Brasil agressivo, divulgada por Zeballos e por aqueles ligados a suas ideias, era o reflexo da imagem de uma Argentina pacífica, que se armava apenas para se defender. A imagem de um Brasil atrasado social e culturalmente, patrocinada por indivíduos como Luís P. Tamini, era o reverso da imagem de uma Argentina próspera, em que predominavam a população branca e os gostos culturais refinados, vindos da Europa.

Nos Estados Unidos, ocorria processo análogo. Representar a América Latina como uma área incapaz de se auto-governar contrastava com uma auto-imagem de que os Estados Unidos eram um país dinâmico, avançado e escolhido por Deus para avançar pela América Latina e pelo Pacífico.

O trabalho também procurou demonstrar como Brasil e Argentina determinaram as formas de sua participação no cenário internacional. Inseridos em órbitas diferentes, o Brasil na norte-americana e a Argentina na europeia, os dois maiores países da América do Sul estabeleceram táticas distintas ao se relacionarem com os demais países do continente e do mundo.

Enquanto Rio Branco soube tirar proveito da aliança não-escrita (utilizo uma última vez o termo de Bradford Burns (1966) com os Estados Unidos para ampliar sua influência no continente sul-americano, a Argentina afastou-se do governo de Washington e apresentou-se aos demais países sul-americanos como uma alternativa ao Brasil e aos Estados Unidos.

No que diz respeito à possibilidade de o Brasil ser uma espécie de intérprete dos Estados Unidos na América do Sul, vimos que ela foi cogitada pelos três países. Rio Branco, nesse sentido, valorizava a aproximação com os Estados Unidos, mas sempre ressaltava - diversos autores, como Lins (1995), Cervo (2002) e Ricúpero (2002) concordam nesse ponto - que o Brasil não tinha planos de exercer controle hegemônico sobre os demais países da região. Rio Branco reconhecia, na verdade, a necessidade de que houvesse uma espécie de hegemonia compartilhada com a Argentina.

Na Argentina, porém, essa possibilidade foi entendida - mesmo pelos periódicos mais favoráveis ao Brasil - como uma ameaça que poderia elevar o poder brasileiro e, conseqüentemente, diminuir o argentino. As representações que reforçavam a associação com a Europa - com a Inglaterra em particular - eram utilizadas, portanto, como um instrumento para se diminuir os riscos de uma hegemonia norte-americana.

Nos periódicos e nos discursos políticos da época, eram frequentes, aliás, as referências à origem europeia que a Argentina tinha. A imagem de uma Argentina moldada tendo como referência os valores do Velho Mundo ("pertencemos à zona do concerto europeu", como diria Zeballos), assim, era articulada por setores da imprensa e do governo para legitimar a oposição feita aos Estados Unidos e ao Brasil, já que este se mantinha próximo do governo norte-americano.

José Paradiso (2005, p. 52) sintetizou as tensões que distanciavam o Brasil da Argentina e enfatizou como estas eram alimentadas pelo que, em um país, se acreditava que estava sendo planejado no outro.

As atitudes alegadas pelo “**nacionalismo imaginário**” dos dois lados se reforçavam mutuamente. Em Buenos Aires, dava-se ênfase ao expansionismo territorial brasileiro, em particular no estuário do Prata, ou o seu apoio às posições contrárias à Argentina assumidas pelo Chile, Bolívia, Paraguai ou Uruguai. No Rio de Janeiro, denunciava-se a insistente aspiração portenha de reconstituir o Vice-Reinado do Rio da Prata. (grifos meus)

Outro ponto que pôde ser observado era a luta em torno do conceito de americanismo. Enquanto nos Estados Unidos a imprensa divulgava a ideia de que as repúblicas de todo o continente tinham certas semelhanças e que deveriam se unir (em torno da liderança estadunidense, naturalmente), na Argentina prevaleceu a ideia de que os Estados Unidos deveriam se abster dos negócios sul-americanos.

No caso norte-americano, é perceptível a dubiedade que caracterizava os discursos de Elihu Root. Se, por um lado, ele enfatizava os destinos comuns de todas as nações do continente americano, por outro, ele também afirmava que a democracia era uma arte a ser aprendida e que, naquele momento, nem todos estavam preparados para exercê-la. Representar a América Latina como um continente em que o auto-governo ainda não poderia ser exercido, portanto, justificava o Corolário Roosevelt e a política do Big Stick, caracterizadas pelas intervenções nos assuntos domésticos dos países latino-americanos.

Em relação ao relacionamento do Brasil com Argentina e Estados Unidos ao longo do século XX, é correto afirmar que as representações construídas durante a primeira década desse século serão retomadas e reinterpretadas em diversas ocasiões. Na Argentina, a imagem de um Brasil expansionista foi retomada, por exemplo, a partir da década de 1960, quando os dois países envolveram-se em litígios gerados pela construção de Itaipu.²¹³

Por fim, é preciso apontar que o tema e o objeto dessa pesquisa ainda permitem outras análises. Pode-se averiguar, por exemplo, de que maneira outros periódicos norte-americanos se posicionaram frente às relações entre Brasil e Estados Unidos. Ou, então, verificar como a oposição democrata ao governo T. Roosevelt se colocava no que diz respeito ao mesmo tema. Sabe-se que os democratas se opuseram ao projeto de conquista das Filipinas. Eles teriam alguma posição definida em termos de América Latina ou Brasil?

Na Argentina, outras perguntas podem ser feitas também. Como os jornais consultados representaram as relações bilaterais entre os governos do Rio de Janeiro e de Buenos Aires no período que se seguiu à morte de Rio Branco? Como a RDHL se posicionou sobre o mesmo tema na década de 1910?

²¹³ Solucionado, por fim, com a assinatura de um acordo trilateral entre Argentina, Brasil e Paraguai em 1979.

Dessa forma, o período Rio Branco, tradicional tema de estudo para historiadores e especialistas em relações internacionais, pode ser abordado sob outros enfoques, os quais complementam as abordagens já produzidas.

FONTES CONSULTADAS

Archivos

Hemeroteca da Biblioteca do Congresso Nacional da Argentina

- La Nación, El País

Hemeroteca da Biblioteca Nacional da República Argentina

- La Prensa, El Diario, El Sarmiento, La Razón

Biblioteca Miguel Cané (biblioteca municipal de Buenos Aires)

- Revista de Derecho, Historia y Letras

Fontes disponíveis online

Arquivos do jornal *The New York Times*

Disponível em: <<http://query.nytimes.com/search/query?srchst=p>>

Acesso em: 21.10.2010

Discursos de Elihu Root por ocasião de sua visita à América do Sul em 1906

Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/29003/29003-h/29003-h.htm>>

Acesso em: 28.10.2010

Latin America and the United States. Addresses by Elihu Root. Collected and edited by Robert Bacon and James Brown Scott. Harvard University Press, 1917.

Os princípios da diplomacia americana, obra de John Basset Moore

MOORE, John Basset. **The principles of American diplomacy.** New York, Harper and Brothers, 1918.

Disponível em:

<<http://www.archive.org/stream/principlesameri00moorgoog#page/n4/mode/1up>>

Acesso em: 12.12.2010

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ALBERTO, Carlos. **El analfabetismo en la República Argentina**. 1970. In: Serie artíc. y docum. N° 13. CENDIE. Ministerio de Educación y Justicia. Buenos Aires, s/f. Argentina. Ministerio de Educación y Justicia. Comisión Nacional de Alfabetización. CONAFEP. Plan Nacional de Alfabetización.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. In Enciclopédia Einaudi, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985.

BANDEIRA, Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e integração na América do Sul: da Tríplice Aliança ao Mercosul**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

_____. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BUENO, Clodoaldo. **A República e sua política exterior (1889 a 1902)**. São Paulo/Brasília: Editora da Universidade Estadual Paulista/ Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.

_____. A Proclamação da República no Brasil e seus efeitos nas Relações com a Argentina: um interlúdio na rivalidade. In: **A visão do outro: seminário Brasil-Argentina**. Brasília: FUNAG, 2000. Pags. 234-254.

_____. O Barão do Rio Branco e o projeto da América do Sul. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João. **Rio Branco: a América do Sul e a modernização do Brasil**. Rio de Janeiro: EMC, 2002.

BURNS, Bradford. The Unwritten Alliance. New York: Columbia University Press, 1966.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história no Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

_____. **Multidões em Cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo.** Campinas: Papirus, 1998.

_____. **Imprensa, uma mercadoria política.** In: História & Perspectiva. Uberlândia, Jan/jun. 1991.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Rodrigo Andrade. **O paradigma da rivalidade nas relações Brasil-Argentina (1906-1912).** Dissertação (Mestrado em Diplomacia). Instituto Rio Branco, Brasília, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Os Bestializados:** o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CHARTIER, Roger. **História cultural entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (orgs.). **Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina.** Parte II, Tomo VII. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1999.

_____. **Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina.** Parte II, Tomo VIII. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1999.

CONDURU, Guilherme Frazão. **O subsistema americano, Rio Branco e o ABC.** Revista Brasileira da Política Internacional. (41): 59-82 (1998).

COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à república:** momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 2008.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **A Política Platina do Barão do Rio Branco**. Revista Brasileira de Política Internacional 43 (2): 130-149 (2000).

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As Conferências Pan-Americanas (1889-1928): a questão das identidades**. Anais eletrônicos do IV Encontro Internacional da ANPHLAC. Vitória 2008 ISBN - 978-85-61621-01-8

ESPIG, Márcia Janete. **O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: O caso do Contestado**. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXIV, n, 2, dezembro, 1988, p. 269-289.

ETCHEPAREBORDA, Robert. **Historia de las Relaciones Internacionales Argentinas**. Buenos Aires: Pleamar, 1978.

FAUSTO, Boria. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

GARABEDIAN, Marcelo H.; SZIR, Sandra M.; LIDA, Miranda. **Prensa Argentina: siglo XIX: Imágenes, textos y contextos**. Buenos Aires: Teseo, 2009.

GARCIA SEBASTIANI, Marcela. **Crear identidades y proyectar políticas de España en la Argentina en tiempos de transformación del liberalismo: El Diario Español de Buenos Aires (1905-1912)**. Trabajo publicado en la Estudios Migratorios Latinoamericanos, N° 55 (diciembre de 2004), p. 525-554.

GENTILE, Nora L. Siegrist de (org.) **Tres estudios argentinos**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1982.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Fronteiras: o estilo negociador do Barão do Rio Branco como paradigma da política exterior do Brasil** In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João (orgs.). **Rio Branco: a América do Sul e a modernização do Brasil**. Rio de Janeiro: EMC, 2002.

HAICKEL, M. P. **Barão do Rio Branco**. Brasília: Thesaurus Editora, 2007.

HEINSFELD, A. **A Busca da Hegemonia Regional: a recepção da doutrina do Big Stick no Brasil e na Argentina**. In: Segundas Jornadas de História Regional Comparada, 2005, Porto Alegre. Anais [recurso eletrônico] / 2ª Jornadas de História Regional Comparada. Porto Alegre: PUCRS, 2005. v. 01. p. 00-00.

_____. **O papel de Joaquim Nabuco na política externa de Rio Branco.** In: Encontro Estadual de História – O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o nacional e o regional, 2010, Santa Maria. Caderno de Resumos do X Encontro Estadual de História, 2010.

_____. **As ações Geopolíticas do Barão do Rio Branco e seus Reflexos na Argentina.** Tese (doutorado) Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil, 2000.

_____. **Falsificando Telegramas: Estanislau Severo Zeballos e as relações Brasil-Argentina no início do século XX.** In: IX Encontro Estadual de História, 2008, Porto Alegre. Anais do IX Encontro Estadual de História. Porto Alegre: ANPUH, 2008. v. único.

HERRING, George C. **From colony to superpower: US foreign relations since 1776.** New York: Oxford University Press, 2008.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

_____. **A Era dos impérios.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

INGENIEROS, José. **Ensayos escogidos.** Buenos Aires: Centro editor de América Latina, 1980.

KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI.** São Paulo: Contexto, 2010.

LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Campos, 1990.

LINK, Arthur S. **História Moderna dos Estados Unidos (vol. 1).** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

LINS, Alvaro. **Rio Branco** (biografia). São Paulo: Editora Alfa Omega, 1995.

LYRA JÚNIOR, Américo Alves de. **Brasil e Estados Unidos nas percepções de Oliveira Lima e Salvador de Mendonça.** História Revista, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 315-330, jul./dez. 2008

MAGNOLI, Demetrio. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1908-1912).** São Paulo: UNESP, 1997.

MORIN, Violette. **Aplicação de um método de análise da imprensa**. São Paulo: ECA, 1970.

MORISON, Samuel Eliot; COMMAGER, Henry Steele; LEUCHTENBURG, William E. **Breve Historia de los Estados Unidos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

MORRIS, Richard B. **Documentos básicos da história dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A, 1964.

MOURA, Gerson. **Estados Unidos e América Latina**. São Paulo: Contexto, 1991.

NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. Erechim: EDELBRA, 1990.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Faperj/DP&A Editora, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. A Ilusão americana. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.) **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

PARADISO, José. **Um lugar no mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

_____. El Poder de la Norma y la Política del Poder 1880-1916. In: JALABE, Silvia (org.) **La Política Exterior Argentina y Sus protagonistas**. Buenos Aires: Grapo Editor Latinoamericano, 1996.

PRADO, Eduardo. **A Ilusão Americana**. São Paulo: Ibrasa, 1980. 5 edição.

RAPOPORT, Mario. **Historia económica, política y social de la Argentina: 1880-2000**. Buenos Aires: Ariel, 2005.

RÉMOND, René. **Historia dos Estados Unidos**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

RICUPERO, Rubens. **O Brasil no mundo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

_____. Rio Branco: definidor de valores nacionais. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João (orgs.). **Rio Branco: a América do Sul e a modernização do Brasil**. Rio de Janeiro: EMC, 2002.

ROMERO, José Luis. **América Latina: as cidades e as idéias**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **O Brasil entre a América e a Europa**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **O dia em que adiaram o Carnaval: política externa e a construção do Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

SCHILLING, Voltaire. **Estados Unidos e América Latina**. Da Doutrina Monroe à ALCA. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: Poder e Submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina**. Bauru: EDUSC, 2000.

SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe de. A visão do Brasil. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João (orgs.). **Rio Branco: a América do Sul e a modernização do Brasil**. Rio de Janeiro: EMC, 2002.

SOARES, Gabriela Pellegrino. **Conformando uma argentina leitora: educação pública, bibliotecas e mercado editorial entre fins do século XIX e meados do século XX**. História, São Paulo, 22 (2): 133-150, 2003.

SOMBRA SARAIVA, José Flávio (org.). **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2008.

TOPIK, Steven C. O Barão do Rio Branco e a aliança com os Estados Unidos. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João. **Rio Branco: a América do Sul e a modernização do Brasil**. Rio de Janeiro: EMC, 2002.

VARGAS GARCIA, Eugênio. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro, 2005.

VIANA FILHO, Luís. **A vida do Barão do Rio Branco**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1988.

WATSON, Adam. **The Evolution of International Society: a Comparative Historical Analysis**. New York: Routledge, 1992.

WEHLING, Arno. A visão do Barão do Rio Branco. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João. **Rio Branco: a América do Sul e a modernização do Brasil**. Rio de Janeiro: EMC, 2002.